

UFRRJ

INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS

**CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E
SOCIEDADE**

DISSERTAÇÃO

O Morro das Andorinhas e a nossa família é uma história só:

**Família e território de parentesco em uma
Unidade de Conservação de Proteção Integral.**

Juliana Lopes Latini

2010



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO,
AGRICULTURA E SOCIEDADE**

***O MORRO DAS ANDORINHAS E A NOSSA FAMÍLIA É UMA HISTÓRIA SÓ:
FAMÍLIA E TERRITÓRIO DE PARENTESCO EM UMA
UNIDADE DE PROTEÇÃO INTEGRAL.***

JULIANA LOPES LATINI

Sob a orientação da Professora Doutora:
Maria José Teixeira Carneiro

Dissertação submetida como requisito
parcial para a obtenção do grau de
Mestre em Ciências, no Curso de Pós-
Graduação em Desenvolvimento,
Agricultura e Sociedade.

Niterói, RJ
Outubro de 2010

306.83
L356m
T

Latini, Juliana Lopes

O Morro das Andorinhas e a nossa família é uma história só: família e território de parentesco em uma Unidade de Conservação de Proteção Integral / Juliana Lopes Latini, 2010.

124 f.

Orientador: Maria José Teixeira Carneiro
Dissertação (mestrado) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto de Ciências Humanas e Sociais.

Bibliografia: f. 118-122

1. Território de parentesco - Teses. 2. Conservação ambiental - Teses. 3. Morro das Andorinhas - Teses. I. Carneiro, Maria José Teixeira. II. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Instituto de Ciências Humanas e Sociais. III. Título.

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E
SOCIEDADE**

JULIANA LOPES LATINI

Dissertação de mestrado submetida como requisito parcial para a obtenção do grau de **Mestre em Ciências**, no Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, área de Concentração em Natureza, Ciência e Saberes.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM / /

Maria José Teixeira Carneiro - UFRRJ
(Orientadora)

John Cunha Comerford - UFRRJ

Mônica Cox de Britto Pereira - UFF

Dedico esta dissertação a Américo de Souza Fernandez, seu Bichinho, e a Aída Dutra de Abreu que me receberam em sua casa. Os seus cuidados comigo ajudaram a diminuir a inicial sensação de estranhamento e a me *sentir em casa*.



Seu Bichinho, eu e Aída no quintal de sua casa.
Ao lado, Napólio, um dos cachorros da casa (Acervo pessoal).

AGRADECIMENTOS

Este trabalho é o fruto da minha trajetória pessoal e acadêmica. Tenho muito a agradecer pelas pessoas que encontrei ao longo desse caminho. Muitas delas marcaram-me com os aprendizados que deixaram. Sou muito grata a Deus por todas essas experiências vividas.

Aos meus pais, agradeço por terem sido os meus primeiros professores. Por todo o esforço empreendido para minha formação, pelo incentivo, carinho e pela dedicação.

Ao Guilherme e à Paloma, meus irmãos, tenho muito a agradecer. Verdadeiros companheiros, sempre presentes, tanto nos momentos de alegria, quanto de dificuldades.

Ao Pedro agradeço por ter ensinado-me a acreditar nos meus sonhos.

Agradeço aos moradores do Morro das Andorinhas por terem me proporcionado esta convivência. Agradeço a paciência, a hospitalidade, os cuidados e ensinamentos.

À Maria José Carneiro agradeço por todo o trabalho dedicado à minha orientação. Sempre criteriosa, e também compreensiva, paciente e motivadora. Obrigada, com todo o meu coração!

Aos demais professores do CPDA - John Comerford, Regina Bruno, Verôncia Secreto, Héctor Alimonda, Elisa Guaraná e Fátima Portilho - agradeço pelas discussões, leituras, sugestões e atenção.

Agradeço em especial, aos professores John Comerford, Teresa Rosa e Mônica Cox pelas importantes contribuições na qualificação do projeto e na defesa da dissertação.

Tenho muito a agradecer aos meus companheiros de turma. Tornarmo-nos verdadeiros amigos. Cada um marcou-me de maneiras diferentes. Manu, Bernard, Aline, Elicardo, Zé, Sergio, Felipe, Fernanda, Julia, Sheila, Marcelo, Hugo; não tenho palavras para expressar tudo que vivi e aprendi com vocês. Não posso deixar de ressaltar a minha gratidão a todos, por terem dividido seu precioso tempo em ajudar-me sempre que precisei.

Agradeço a todos integrantes do NUFEP, em especial, a Ronaldo Lobão, Fábio Reis Mota, Roberto Kant de Lima e Lênin Pires. Obrigada por ter apresentado-me à antropologia, aos pescadores de Itaipu e aos moradores do Morro das Andorinhas. Sou grata pela oportunidade e por terem acreditado em mim. Ao participar do Núcleo, aprendi muito com as discussões, leituras, orientações e a realização de trabalhos.

Desejo agradecer à Marcella Beraldo pelas leituras, sugestões, críticas e incentivos. Obrigada de coração!

Às amigas, Lívia, Luiza, Camila, Morgana, Maya, Maria, Fê, Liu, Marllete e Jô! Amo vocês! Obrigada pelos ouvidos, ombros, colos, incentivos e orações.

À Laura França e Eliana Leite sou grata pelas conversas proveitosas e pelos empréstimos de materiais.

Minha gratidão aos funcionários do CPDA - sempre solícitos, pacientes e eficientes.

À CAPES por ter viabilizado a realização desta pesquisa.

Todos contribuíram para a concretização deste trabalho, mas a responsabilidade do seu conteúdo cabe somente a mim.

RESUMO

LATINI, Juliana Lopes. *O Morro das Andorinhas e a nossa família é uma história só: Família e território de parentesco em uma Unidade de Conservação de Proteção Integral.* 124p. Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade. Instituto de Ciências Humanas e Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade. Seropédica: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2010.

O objetivo dessa dissertação foi compreender como a questão pública ambiental se expressa nas relações familiares e no cotidiano do grupo social afetado. A metodologia da pesquisa baseou-se em trabalho de campo com observação participante. O recorte espacial é o Sítio da Jaqueira, localizado no topo do Morro das Andorinhas, região oceânica do município de Niterói, RJ. Entre as interferências promovidas pela transformação dessa área em preservação permanente (APP) e, posteriormente, Parque Estadual da Serra da Tiririca, destacou-se a formação da Associação de Moradores da Comunidade Tradicional do Morro das Andorinhas por integrantes de uma única família. Nesse sentido, buscou-se compreender o que acontece quando a família vira uma entidade pública. Recorreu-se à noção de “território de parentesco”, baseado nas lógicas de reciprocidade e pertencimento ao “lugar” para entender os modos de viver e de habitar dos moradores do Sítio da Jaqueira. A sobreposição de um “território de preservação” torna esse o contexto social mais complexo e ambíguo. A Associação de Moradores foi compreendida como uma entidade híbrida, regida ao mesmo tempo pelas regras da “casa” – das relações familiares – e as da “rua” – das relações com “os de fora”. Esta entidade pública é entendida pelos moradores como um instrumento necessário para lutar pela permanência no lugar e pela manutenção de seus modos de vida. A pesquisa revelou a versatilidade deste sistema organizativo local que, ao mesmo tempo em que tenta uma convivência com as novas regras impostas pelo poder público, não abre mão da conservação desse território como de “parentesco”.

Palavras-chave: Território de parentesco, Conservação ambiental, Morro das Andorinhas.

ABSTRACT

LATINI, Juliana Lopes. *O Morro das Andorinhas e a nossa família é uma história só: family and kinship territory in a integral protection conservation unit.* 124 p. Master's Dissertation in Social Sciences. Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade. Seropédica: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2010.

The purpose of this dissertation is to understand how the environmental public subject interferes in the familiar relationships and in the affected social group daily. The methodology used in this research is based on fieldwork and participative watching. The studied space is Sítio da Jaqueira, located on top of Morro das Andorinhas, on shore, in the city of Niterói, RJ. Among the observed interferences since the region became a permanent preservation area and eventually Parque Estadual da Serra da Tiririca, we can highlight the foundation of an association of neighbors from Morro das Andorinhas by relatives from one family only. Thus, we tried to understand what happens when a family becomes a public representative. We are based on the notion of "kinship territory", which refers to the reasoning of reciprocity and belonging to a place, to understand how the inhabitants live in the Sítio da Jaqueira. The superposition of a "preservation territory" makes this social context more complex and more ambiguous. The neighbors association was understood as a hybrid entity, regulated by inside and outside rules, that is, familiar rules and rules from the relationship with people who do not belong to the family. This public entity is understood by the neighbors as a necessary tool for fighting for living there and for keeping their way of life. This research showed the versatility of this local system, where we try to balance the new rules imposed by the State and the conservation of this region as a kinship territory.

Key-words: kinship territory, integral protection conservation unit, Morro das Andorinhas.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	01
2. CAPÍTULO I - O SÍTIO DA JAQUEIRA	
2.1. O Morro das Andorinhas como território de preservação.....	11
2.2. Uma história da ocupação no Morro das Andorinhas	18
2.3. <i>Aqui só mora família</i>	24
2.4. O Sítio da Jaqueira como um território de parentesco	37
2.4.1 Terra abundante, água escassa	44
3. CAPÍTULO II - CASA E FAMÍLIA DO MORRO DAS ANDORINHAS	
3.1. A comunidade na hermenêutica local	49
3.1.1. A pesca artesanal, a roça e o trabalho em outras atividades.....	74
3.2. <i>Uma mão lava a outra e as duas lavam o rosto</i>	77
3.3 <i>Minha família do Morrão.</i>	84
4. CAPÍTULO III - QUANDO A FAMÍLIA VIRA ASSOCIAÇÃO DE MORADORES	
4.1. <i>A casa se foi, mas a nossa luta não.....</i>	92
4.2. Tecendo relações entre público e privado	102
4.2.1. <i>O dono do Morro:</i> relações de poder local	102
4.2.2. Festa Junina: a celebração das relações sociais e políticas.....	112
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	116
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	118
ANEXOS	
ANEXO A: Quadro de entrevistas.....	123
ANEXO B: Composição da Associação da Comunidade Tradicional do Morro das Andorinhas.....	124

*O Morro das Andorinhas é a história da nossa família.
Nossa família é reunida aqui em cima, não tem nada que separar
(Seu Bichinho).*



Seu Bichinho no topo do Morro das Andorinhas aponta para a ilha ao fundo e conta as histórias de quando pescava (Acervo pessoal).

1. INTRODUÇÃO

Nada nos pode ensinar melhor lição do que o hábito mental que nos permite tratar as crenças e valores de outro homem do seu próprio ponto de vista (Malinowski, 1978).

A conservação da natureza ganha maior dimensão em terras brasileiras com a promulgação da Constituição Federal de 1988. O artigo sobre o meio ambiente, nº 225, impõe ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e as futuras gerações através da definição de espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos. Desde então, o poder público passa a ter a incumbência de criar áreas protegidas e preservar o meio ambiente ecologicamente equilibrado. Conservar a natureza passou a significar priorizar o direito de uso público das áreas naturais protegidas.

Sob essa base constitucional e após muitos debates concebeu-se a legislação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC)¹ no qual as categorias e definições de unidades de conservação são apresentadas (Bensusan, 2006). A partir do SNUC unifica-se e integra-se, em um único sistema, as diversas categorias legais já criadas até então, sendo divididas em dois grupos, com características específicas: Unidades de Proteção Integral; e; Unidades de Uso Sustentável. De maneira geral, o objetivo básico da primeira é preservar a natureza, sendo admitido apenas o uso indireto dos seus recursos naturais, enquanto a segunda compatibiliza a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais. Durante o período de discussão do SNUC, desenvolveram-se intensos debates e disputas entre os defensores do conservacionismo, apoiando um modelo restritivo de áreas protegidas versus os socioambientalistas, defendendo o direito à permanência de populações nativas nos territórios protegidos, numa tentativa de conciliar seus modos de vida, atividades econômicas e os objetivos de conservação.

Para esse estudo interessa adentrar no grupo das Unidades de Proteção Integral², mas especificadamente na categoria Parque. Segundo as normas vigentes no SNUC, o Parque é de

¹Lei nº. 9.985/00.

²O grupo das Unidades de Proteção Integral é composto pelas seguintes categorias de unidade de conservação: “Estação Ecológica”; “Reserva Biológica”; “Parque Nacional”; “Monumento Natural”; e, “Refúgio de Vida Silvestre”. Dentre essas modalidades, para esta pesquisa interessa em especial a categoria “Parque Nacional”, que ao ser criada pelo Estado ou Município, são denominadas, respectivamente, “Parque Estadual” e “Parque Natural Municipal”.

posse e domínio públicos, voltado para a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, assim como para a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico. Neste universo, destaco o Parque Estadual da Serra da Tiririca (PESET), localizado na Região Oceânica de Niterói, área metropolitana do Rio de Janeiro.

A criação do PESET foi aprovada e sancionada com a lei estadual nº 1.901, em 29/11/1991 (Giuliani *et al*, 2008), mas os limites definitivos foram estabelecidos somente no final do ano de 2007. A votação da delimitação definitiva realizou-se na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (ALERJ), através da qual decidiu-se pela anexação do Morro das Andorinhas, limite natural entre as praias de Itaipu e Itacoatiara.



Imagen de satélite de parte da Região Oceânica de Niterói, compreendendo os bairros de Itaipu, Itacoatiara, Camboinhas, parte de Piratininga e Engenho do Mato. O Morro das Andorinhas localiza-se no bairro de Itaipu, e estabelece o limite entre as praias de Itaipu e Itacoatiara. Na praia de Itaipu, ao pé do Morro das Andorinhas forma-se uma enseada, e, se em continuação ao Morro, vêem-se três ilhas: Ilha da Menina, Ilha do Pai e a Ilha da Mãe. As praias de Itacoatiara e de Itaipuaçu são separadas pela Serra da Tiririca, pela qual é demarcada os limites dos municípios de Niterói e Maricá. (Fonte Google Earth.)

É oportuno salientar que a instauração da preservação ambiental do Morro das Andorinhas e da Serra da Tiririca iniciou-se em 1990, quando suas áreas territoriais foram declaradas como Área de Preservação Permanente, segundo as Leis Orgânicas do município

de Niterói³. A APP é uma categoria restritiva que pertence ao Código Florestal (Lei nº 4.771 de 15 de setembro de 1965), cuja função é preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica, a biodiversidades, o fluxo gênico de fauna e flora, e proteger o solo.

A transformação destas áreas em APP foi fruto das diversas pressões realizadas pela sociedade civil⁴, que a partir da década de 1980, começaram a reagir contra o modelo desenvolvimentista e a política da ocupação vigente no município de Niterói e Maricá (Simon, 2003). Entretanto, este aparato legal municipal de proteção à Serra não impediu a incidência dos projetos imobiliários, de exploração mineral, de cultivo de banana, de invasões, desmatamentos, queimadas, caça e extração ilegal de plantas nativas. (Simon, 2003:125).

A categoria Parque foi acionada, sob a justificativa de possuir mecanismos mais eficientes para impedir a devastação, na medida em que estaria sob a responsabilidade do estado, e não mais do município. Desde o momento em que se iniciou a discussão para preservar a Serra da Tiririca e o Morro das Andorinhas a questão da diversidade de usos e ocupações existentes em seu interior passou a ser colocada, já que a área é considerada historicamente habitada por comunidades locais de pescadores e de colonos em terras desapropriadas para plano de ação agrária (Simon, 2003).

A recorrência da presença de populações nativas é uma situação verificada nas Unidades de Conservação de Proteção Integral em diversos locais do mundo, em especial em regiões densamente povoadas, como no caso do Estado do Rio de Janeiro, por exemplo. Este tem a especificidade de ter população no interior da maior parte das unidades de conservação restritiva, gerando uma série de conflitos que incidem negativamente sobre a conservação da área e sobre o modo de vida das populações locais⁵ (Diegues & Nogara, 1999).

Dentre a multiplicidade de conflitos sócio-ambientais envolvendo populações locais no Parque Estadual da Serra da Tiririca, esta pesquisa selecionou o topo do Morro das Andorinhas e seus moradores. A investigação baseou-se no trabalho de campo e na observação participante e buscou desvendar as particularidades do modo de vida destes moradores. De antemão, posso adiantar ao leitor algumas dessas características: antiguidade da ocupação; relações de parentesco e afinidade entre seus membros; relação de

³ Através do decreto municipal nº 5.902, de 05/06/90. A Lei Orgânica de Maricá, em seu artigo 339, declara a Serra da Tiririca como Área de Proteção Ambiental.

⁴Em especial representados por militantes ambientalistas, como veremos a seguir.

⁵ A dimensão dessa questão pode ser percebida quando verificamos que no Estado do Rio de Janeiro até 2002, foram criadas 29 UCs, sob jurisdição estadual, abrangendo 109.000 ha de áreas de proteção integral (parques, reservas e estações ecológicas) e 194.400 ha de uso sustentável (Áreas de Proteção Ambiental - APAs) (Diegues & Nogara, 1999).

pertencimento ao lugar; relação com a pesca artesanal de Itaipu; relação com grupos de pesquisadores acadêmicos; e, a própria constituição da Associação da Comunidade Tradicional do Morro das Andorinhas (ACOTMA).

A construção do objeto de pesquisa se deu em função da problemática teórica, trabalhada nas disciplinas do curso de mestrado, e do convívio com os moradores, proporcionado pelo trabalho de campo. Estes dois elementos fizeram-me perceber a família como um das principais formas de organização social local, e, a partir disso, direcionei o meu olhar sobre esta lente, com a qual busquei problematizar o contexto da preservação da biodiversidade a partir da perspectiva da família e do cotidiano. É importante ressaltar que a discussão pelo viés da família não foi aprofundada pelos trabalhos anteriores (Simon, 2003; Mendes, 2004; Lobão, 2006; Maranhão, 2007; Mota, 2009).

O sentido da categoria família acionada nesta dissertação é o mesmo usado por Comerford (2003). Na pesquisa busco incorporar a concepção de família, que abrange a dinâmica destas relações sociais, assim como a noção de “território de parentesco”, definidos através da conjugação família, localidade e reputação. A noção de “território de parentesco” é acionada como uma opção analítica para descrever o sistema organizativo deste grupo social. Para Comerford (2003) é mais adequado, em termos de análise, falar em:

processos de familiarização e desfamiliarização do que, propriamente, em famílias como unidades empiricamente delimitadas. A familiaridade da família e daqueles que são ‘como família’ está sempre sendo posta à prova, e essas provas passam pela interpretação mútua dos atos e relatos. Estas práticas e retóricas de familiarização são formas de sociabilidade, que por sua vez, definem territórios de parentesco.

Esta pesquisa inspirou-se nos trabalhos de Comerford intitulado *Como uma família: sociabilidade, territórios de parentesco e sindicalismo rural*, publicado em 2003, e de Mariana Pantoja intitulado *Os Milton: cem anos de história nos Seringais*, publicado em 2004. Os dois são frutos de pesquisa etnográfica e têm como eixo a família e o parentesco, sendo que o primeiro analisa o Sindicato dos trabalhadores rurais da Zona da Mata Mineira e o segundo destaca o trabalho e a atuação política *dos Milton* no contexto da formação da associação dos seringueiros e da Reserva Extrativista no Alto Juruá – AC.

A questão central da pesquisa é: em que medida a transformação desse território social⁶ em condição de Unidade de Conservação restritiva e a criação de uma Associação de

⁶ (Raffestin, 1986)

Moradores para liderar o movimento de resistência a essa desterritorialização⁷ marcam o cotidiano e a dinâmica das relações sociais do grupo do Morro das Andorinhas? A justificativa dessa pesquisa é a importância de trazer à tona as narrativas dos moradores do Morro das Andorinhas, pelo fato de por meio delas estes atores sociais tomarem a palavra, anunciam-se como sujeitos, contarem as suas histórias e suas perspectivas sobre o contexto vivenciado: o Parque Estadual da Serra da Tiririca e a Associação de Moradores. Além de tratar este estudo como um compromisso com a história local, para que essas histórias não se percam, a pesquisa busca contribuir para a visibilidade das formas de sociabilidade de populações que vivem em território especialmente protegidos.

A realização dessa pesquisa mostra-se relevante visto que os demais estudos realizados no local, apesar de contribuírem imensamente ao debate, não esgotaram toda a complexidade envolvida na questão. Considero como um dos diferenciais desta pesquisa o tipo de envolvimento que se travou entre a pesquisadora e os moradores através do trabalho de campo e da técnica da observação participante. Esta foi a segunda pesquisa na área das Ciências Sociais que tem como recorte espacial apenas o Morro das Andorinhas, e a primeira que contou com a permanência do pesquisador no topo do Morro, dormindo e acordando em uma das casas durante o período de um mês.

A pesquisa de campo realizou-se especialmente nos locais de moradia e convívio do grupo familiar do Morro das Andorinhas, assim como nas reuniões do conselho consultivo do Parque Estadual da Serra da Tiririca – RJ. O período da primeira estadia no Morro foi de quinze dias no mês de março de 2009, e mais quinze dias no mês de agosto deste mesmo ano. Entretanto, no intervalo entre uma ida e outra, assim como após a última, frequentei o local com diferentes graus de intensidade, e sempre estabeleci contato, mesmo que por telefone. Durante todo o trabalho de campo, busquei participar de diversas atividades sociais que envolviam os membros da comunidade, como por exemplo, assistir o futebol, jogar vôlei, churrascos, aniversários, chá-de-bebê, festa junina, cultos em igreja evangélica, tomar conta de crianças, etc. Em um primeiro momento, realizei conversas informais e em seguida, selecionei informantes-chaves e realizei entrevistas semi-estruturadas com roteiro previamente definido.

⁷ (Haesbaert, 2004).

1.1. Inserção no Campo

O meu contato com os moradores do Morro das Andorinhas iniciou entre os anos 2004 e 2005, quando na graduação de História na UFF, fui bolsista de iniciação científica concedida pelo CNPq, orientada pelo antropólogo Roberto Kant de Lima, este coordenador do Núcleo Fluminense de Estudos e Pesquisas (NUFEP-UFF). Essa pesquisa tinha como objetivo refletir sobre a pesca em Itaipu através da história de vida de um pescador artesanal, na época mestre de uma *companha* de pesca de arrasto de praia⁸. Na ocasião, realizei trabalho de campo na praia de Itaipu e conheci diversos pescadores e pescarias, atravessadores, limpadores de peixe, vendedores, pesquisadores, estes que predominavam da área de biologia.

Durante o período que realizava o trabalho de campo para essa pesquisa, participei de muitas reuniões onde se discutia a tentativa de implementação da Reserva Extrativista Marinha de Itaipu (RESEX-MAR ITAIPU)⁹. O NUFEP estava bem envolvido nesse debate, e por conta disso, seus pesquisadores participavam de reuniões e encontros com os pescadores e representantes institucionais. O Núcleo confeccionou um *folder* explicativo sobre a Reserva Extrativista, no qual exibia em sua capa a foto de um pescador *atando*¹⁰ a rede na praia. Este pescador tempo depois viria a conhecer, era o seu Bichinho.

Nesse contexto, participei de inúmeras reuniões e alguns encontros, como o IV Encontro dos Povos das Águas em dezembro de 2004, realizado, em São João da Barra, RJ. O evento buscava proporcionar um diálogo entre as organizações formais e informais de pescadores com o poder público, ONGs, universidades, institutos de pesquisa, empresas e autoridades. Seu principal objetivo era identificar soluções para os problemas do meio ambiente, da pesca e da aquicultura. Neste evento conheci a mestrande do Programa da EICOS/UFRJ, que por sua vez me convidou para assistir a defesa de sua dissertação sobre o conflito sócio-ambiental no Morro das Andorinhas. Eu aceitei o convite e pude me aproximar da questão vivenciada pelos moradores.

A memória me falha quando tento lembrar-me da primeira ida ao Morro das Andorinhas, mas de fato o meu maior contato com a questão dos moradores iniciou-se no ano

⁸ A categoria “pescador” é definidora apenas em relação ao “não pescador”. Internamente, ela nada esclarece. A pesca de Itaipu possui uma organização complexa, e apesar de ser tratada como uma unidade, não é homogênea. Em Itaipu, as pescarias são classificadas através de “pescarias de canoas pequenas” - também conhecida por “de emalhar”, “de rede de espera”, “rede alta” –; e de “pescaria de canoas grandes” – também designadas por “de arrasto”, “de redes de arrasto” ou de “arrastão”⁹. As equipes que pescam em uma determinada “pescaria” são denominadas “companha”, categoria que significa tanto o ato de pescar como o conjunto de aparelhos pertencentes a um “dono de pescaria”. (Kant de Lima, 1997, p 80-98)

⁹ Para mais detalhes ver Lobão (2006:143-155).

¹⁰ Na realidade local significa remendar as partes da rede que foram rasgadas durante a pesca.

de 2007, quando acompanhei as discussões sobre a anexação do Morro ao Parque Estadual da Serra da Tiririca. Por esse envolvimento ao longo desses anos, participei de algumas festas juninas da comunidade, de reuniões da Associação dos Moradores do Morro, da homenagem da entrega da medalha Tiradentes ao seu Bichinho em Itaipu e da votação dos limites do Parque Estadual da Serra da Tiririca, na Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, ALERJ.

O meu contato com os moradores se deu através do NUFEP/UFF e da Associação de Moradores, e por isso, conheci primeiramente os membros que dela se engajavam. Ao ingressar no mestrado do CPDA/UFRRJ, retomei os contatos com os moradores do Morro, mas especificadamente, o presidente da Associação. Nas minhas tentativas de aproximação, o presidente mostrava-se sempre solícito e bastante atencioso, mas, ocupado com seus trabalhos pessoais. Já seu Bichinho e seu filho Marcelo tinham mais disponibilidade e costumavam me receber. Estes dois moradores também são atuantes na Associação; no período da pesquisa ocupavam os cargos de Conselheiro Fiscal e Vice-Presidente, respectivamente.

Nas ocasiões que me dirigia ao Morro, costumava ir à casa de seu Bichinho e sentia uma grande receptividade também por parte dos filhos, netos e esposa. Em uma visita realizada no dia 16 de fevereiro de 2009, perguntei um pouco envergonhada ao seu Bichinho, sobre a possibilidade de permanecer por alguns dias no Morro para realizar o trabalho de campo. Surpreendi-me com a pronta resposta: *Só depende de você!* Logo me ofereceu um quarto vago em sua casa. As portas abertas encontradas no campo foram fruto de uma relação travada anteriormente pelos antropólogos da UFF, e percebi isto claramente quando desejei contribuir com as despesas da minha estadia e ouvi a resposta de Aída: *Para de palhaçada, está pensando que aqui é hotel!* e seu Bichinho completou: *Vocês já fizeram muito pela gente. Quem dá ajudinha é aquele lá de cima.* Nesse momento senti que tinha de certa forma ofendido os anfitriões da casa, pois para eles a minha estadia era compreendida como uma retribuição. Sem dúvida, essa referência facilitou muito o início da construção da relação de confiança mútua entre mim e os moradores, mas no campo foi necessário o trabalho de compreensão e respeito das lógicas locais para conviver com cada pessoa dessa rede.

Dias antes de ir a campo com “mala e cuia” senti muito medo, de ir ao desconhecido e lá permanecer, sem saber se seria aceita, sem saber se iria conseguir. Respirei fundo, fiz as minhas malas, liguei avisando e fui. No caminho, seu Bichinho me ligou perguntando se eu precisava de ajuda para subir o Morro com a bagagem. Cansada de carregá-las, prontamente aceitei. Encontrei-o na entrada da trilha e antes de subirmos, ele entrou num terreno baldio e voltou com uma sacola de plástico cheia de limão que pegou do pé. Começamos a subida, e,

quanto mais subia, mais ficava exausta. Subíamos e seu Bichinho conversava, sem sinal de cansaço. O assunto era os problemas relativos ao caminho, que é uma trilha. Reclamava da subida de motos, que deterioravam a trilha e também de visitantes usando drogas perto da casa dos moradores, etc.

Enquanto subíamos, desciam alguns moradores e também alguns familiares de seu Bichinho. O primeiro que encontramos foi o neto Douglas com dois amigos. Logo em seguida, desceu o Euclides, genro e pai daquele neto. Logo à frente, cruzamos com um vizinho, este foi o único ao qual fui apresentada: *Estou levando essa menina, vai ficar duas semanas na minha casa para fazer um trabalho, vai encher o livro! (risos)*(seu Bichinho).

Ao chegarmos à casa, Aída e alguns netos que lá estavam me receberam e seu Bichinho foi preparar a limonada. Aída fritou uns peixes que seu esposo ganhou de um amigo pescador em Itaipu e disse que foram solicitados por causa da minha chegada. Em seguida tomei banho e descansei um pouco, enquanto ao fundo escutava os gritos do futebol no campinho. A minha presença era uma grande novidade para todos e as crianças eram as que mais a demonstravam.

Sentia-me muito constrangida de entrar na casa, usar o banheiro, almoçar, etc. No convívio, entretanto, as formalidades foram aos poucos se quebrando, não que tenham-se perdido. É importante dizer que foram sendo quebradas, principalmente, pelos próprios moradores, sempre me chamando a atenção, dizendo para ficar à vontade, para me *sentir em casa*; que ninguém ia ficar fazendo tudo para mim a toda hora, por isso, se eu quisesse beber água, eu teria que buscá-la, o que significava abrir a geladeira.

Do sentimento de completo estranhamento, aos poucos fui me acostumando, gostava de estar ali. Aliás, nunca tinha estado em um lugar como aquela com tantos parentes e afins. Nunca convivera com uma família tão grande, com tantas crianças correndo, brincando, sorrindo e chorando para um lado e para o outro. O sentimento que aos poucos fui tendo se aproximava com uma estadia na casa dos meus avós, mesmo que de uma forma nunca antes vivida. Nesta experiência, compartilhei um pouco do que os moradores do Morro das Andorinhas possuem de maior valor, a família. Um exemplo disso foi quando algumas pessoas falavam: “Vá lá, entrega isso para seu pai”, se referindo a seu Bichinho, enquanto Aída, a esposa de seu Bichinho, aos poucos foi me tratando como “filha adotiva”. No início do campo o tom era mais de brincadeira. No final, mais como uma demonstração de carinho e cuidado com a minha pessoa. Seu Bichinho e Aída se preocupavam se eu estava comendo; se

estava muito magra; se saísse, demorasse e não telefonasse, brigavam; quando precisei sair cedo, me chamavam: *Juju, olha a hora.*

Seu Bichinho se tornou o meu informante principal, não só por ter me recebido em sua casa, por sua disponibilidade, conhecimentos, mas, principalmente, pelo seu envolvimento e dedicação com a minha pesquisa. Ele chamava a atenção dos demais moradores em relação à minha presença e inclusive me dava orientação de como me aproximar e conversar. Além de me acompanhar nas idas às casas de alguns familiares que não moravam no Morro. Na construção da dissertação, optou-se pela identificação dos demais moradores e familiares através das relações de parentesco ou afinidade que travavam com o EGO da pesquisa, com o intuito de facilitar a compreensão das múltiplas relações existentes entre os membros: vizinhança, parentesco, afinidade, associação de moradores, etc. Essa opção, por outro lado, esbarra na inevitável repetição.

1.2. Estrutura da Dissertação

O primeiro capítulo intitula-se **O Sítio da Jaqueira**. O capítulo tem como objetivo apresentar o histórico desta ocupação e analisar as suas particularidades, nas quais, destaca-se a relação da família com o lugar. A partir da forma de gestão local sobre o acesso às terras, defino este território como sendo de parentesco.

O capítulo **Casa e família no Morro das Andorinhas** busca aprofundar os significados locais da noção de “comunidade”, através das noções analíticas “casas e configurações de casas” acionadas por Marcellin (1996). O intuito é descrever a “comunidade”, que é composta por casas que possuem relações de interdependência umas com as outras, ou melhor, participam desta configuração de casas. A ajuda mútua entre membros das configurações de casas estabelece circuitos de trocas de bens variados, como a circulação de crianças, objetos, alimentos, etc. Esta reflexão não desconsidera o domínio em que se exerce o princípio de autonomia e intimidade, mas antes busca compreender o esquema organizativo deste grupo familiar.

O terceiro e último capítulo intitula-se **Quando a família vira Associação de Moradores** e seu objetivo é analisar como esses atores sociais comprehendem e vivem a questão pública ambiental. É importante salientar que o corte aqui empreendido em relação a esta dimensão pública se dá em virtude de uma opção analítica, mas não corresponde a realidade empírica, já que esta faz parte do cotidiano. Inicialmente realiza-se um breve

balanço desde a formação da Associação da Comunidade Tradicional do Morro das Andorinhas (ACOTMA), em 2003, após a demolição da casa centenária, até a homenagem do morador mais antigo com a medalha Tiradentes, em 2007. Em seguida, as relações entre a associação e família são analisadas através do nível mais íntimo, a família e o cotidiano.

2. CAPÍTULO I - O SÍTIO DA JAQUEIRA

A natureza é uma representação cultural e sempre será um fenômeno de ordem social, correspondendo a uma visão de mundo, dada no espaço e no tempo, o que não implica necessariamente uma separação cabal entre a vida do homem em sociedade e a preservação da natureza (Viana, 2008).

O Sítio da Jaqueira é o recorte espacial da pesquisa, e localiza-se no topo do Morro das Andorinhas¹¹. O objetivo deste capítulo é apresentar as particularidades desta ocupação e suas histórias. O ponto de partida é a contextualização do processo de transformação do Morro das Andorinhas em território de preservação, para em seguida, tratar sobre a relação dos moradores e/ou familiares com a localidade, o que denomino por “território de parentesco”.

2.1. O Morro das Andorinhas como Território de Preservação



Mirante no topo do Morro das Andorinhas. Vista de parte da Serra da Tiririca e do bairro de Itacoatiara.
(Acervo pessoal).

A luta em prol da Serra da Tiririca e adjacências partiu inicialmente de ações isoladas de alguns técnicos ambientalistas que na década de 1980 já vinham chamando atenção sobre as agressões ambientais sofridas na região. A defesa da Serra ganhou maior força com a criação do Movimento de Cidadania Ecológica – MCE, em 1989. O Movimento era formado

¹¹ A extensão da área do Sítio correspondia a 3,8 hectares, conforme registro no INCRA (Mendes, 2004).

por militantes ambientalistas com grande atuação na cidade, além de biólogos, engenheiros florestais, segmentos do movimento comunitário, pesquisadores, vereadores e estudantes. (Simon, 2003). O Parque Estadual da Serra da Tiririca torna-se a única unidade de conservação no Brasil criada por proposta não-governamental.

O MCE iniciou uma série de trabalhos, projetos, programas técnicos e comunitários e atuou intensamente na elaboração do projeto de lei da Lei Orgânica de Niterói, no qual incluiu a Serra da Tiririca e o Morro das Andorinhas como Área de Preservação Permanente – APP. Os ambientalistas também elaboraram o anteprojeto de lei¹² para a criação oficial do Parque Estadual da Serra da Tiririca junto ao então deputado estadual Carlos Minc e apresentaram à Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (ALERJ).

Apesar de ser aprovada a criação do Parque, não se definiu os seus limites. Criou-se uma área de estudo a ser aprovada por uma comissão, conforme expresso em 1993, através da publicação do decreto estadual¹³ que dispôs sobre os “limites da área de estudos para demarcação do perímetro definitivo” do Parque. A partir desse ano, 1993, se constituiu a Comissão Pró-Parque Estadual da Serra da Tiririca¹⁴, através de resolução da Secretaria de Estado de Meio Ambiente – SEMAM, como garantia de participação da sociedade civil na definição dos limites definitivos.

Os principais atores envolvidos na Comissão eram vinculados às entidades ambientalistas e ao poder público. De acordo com Mendes (2004: 103) a Comissão Pró-Parque era formada pelas prefeituras de Niterói e Maricá, por ONGs, Batalhão Florestal, Instituto de Engenharia Florestal (IEF) e pela Fundação Estadual de Engenharia e Meio Ambiente (FEEMA).

Esta Comissão se constituiu em um campo de disputas que culminou em uma proposta de delimitação definitiva que reduziu os limites do Parque substancialmente. Segundo Simon (2003:154) “dois episódios marcam de forma definitiva o processo de delimitação definitiva do PEST: a escolha do critério para a delimitação e a inclusão de mais um segmento de Mata Atlântica, o Morro das Andorinhas, que abriga, além de uma grande diversidade biológica, uma comunidade de pescadores tradicionais”. Estes critérios de inclusão e exclusão que a autora remete-se foram urbanísticos, o que provocou a redução da área original do PEST. A proposta da anexação do Morro das Andorinhas foi uma sugestão técnica que defendia dois pontos: a área do Morro era contígua ao Parque e com as mesmas características ambientais,

¹² Anteprojeto de lei nº 1.341, em 27/11/90.

¹³ Decreto estadual nº 18.598, em 19/04/93.

¹⁴ A Comissão foi criada pela portaria IEF/RJ/PR n.º 68 de 26/-5/1999.

uma vez que a área original estaria praticamente recomposta, ao menos, nas questões relativas à beleza da paisagem (Simon, 2003:161). A ideia da anexação era uma forma de viabilizar a liberação dos recursos já historicamente comprometidos e alocados para o Parque, já que a redução da área poderia complicar ainda mais a sua liberação.

Os moradores do topo do Morro das Andorinhas, apesar de estarem intimamente envolvidos na questão, não participaram do processo de definição dos limites do Parque realizado através de tais comissões. Na época da discussão sobre a inclusão do Morro ao PESET, mais especificadamente no ano de 2001, ocorreu a demolição de uma das casas centenárias no local. Em resposta, os moradores fundaram a Associação da Comunidade Tradicional do Morro das Andorinhas – ACOTMA, no ano seguinte, 2002¹⁵.

Desde então, esta questão passou a ser abordada em alguns estudos acadêmicos. Um destes foi uma dissertação do Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental, da Universidade Federal Fluminense em 2003¹⁶. A autora, envolvida diretamente com a gestão de Unidade de Conservação no Estado do Rio de Janeiro, analisou os conflitos do Parque Estadual da Serra da Tiririca, e defendeu a necessidade de se construir o entendimento do espaço da conservação enquanto espaço da gestão das relações sócio-ambientais. Na discussão sobre as populações tradicionais, um dos casos abordados foi o dos moradores do Morro das Andorinhas, definidos pela autora como “pescadores tradicionais”.

Outro estudo realizado foi a dissertação de mestrado do Programa EICOS da UFRJ defendida em 2004¹⁷. Nesta pesquisa, o conflito sócio-ambiental vivenciado pelo grupo de moradores do Morro das Andorinhas foi a base da discussão sobre o conceito “desenvolvimento sustentável”. A metodologia adotada pela autora foi o trabalho de campo e esta foi uma das primeiras vezes que os moradores do Morro conviveram com pesquisadores em suas moradias, sendo entrevistados, fotografados, etc. Um dos pontos relevantes deste estudo foi a descrição detalhada da acusação de degradação ambiental através de uma carta denúncia que instaura o inquérito civil e desencadeia uma ação civil que culminou com a demolição da casa no local. Outro ponto relevante foi a realização da genealogia dos moradores, pela qual se verificou a antiguidade da ocupação.

Outro trabalho acadêmico foi a tese defendida no Programa de Antropologia Social da Universidade de Brasília, em 2006¹⁸. O antropólogo busca construir uma trajetória para as

¹⁵ Em 05/10/2002. Ver mais detalhes no capítulo 3.

¹⁶ (Simon, 2003).

¹⁷ (Mendes, 2004).

¹⁸ (Lobão, 2006)

Reservas Extrativistas Marinhais enquanto uma política pública e incorpora outras situações de Unidades de Conservação, como a vivenciada no Morro das Andorinhas. Em relação ao caso do Morro, o pesquisador aponta que esses indivíduos ao buscarem na visibilidade, uma identidade pública – força e reforço para seu desejo de permanecer vivendo no lugar onde sempre viveram, foram convidados a ingressar em um novo universo cognitivo, mas desde que façam de forma subalterna, sem poder tornar-se senhores dos seus próprios destinos. O antropólogo aponta que as construções de identidades de fora para dentro, a resignificação de seus lugares como Unidades de Conservação sob a égide do Meio Ambiente e submissão aos ditames do Desenvolvimento Sustentável, como um dos instrumentos mais comuns neste aprisionamento.

Uma monografia do curso de Bacharel em Direito da UFF, defendida em 2007, buscou analisar a defesa judicial do meio ambiente a partir do caso do Morro das Andorinhas. A proposta do estudo foi identificar as diferentes perspectivas adotadas pelos atores envolvidos no conflito entre as distintas formas de apropriação do espaço territorial do Morro. A autora concluiu que o exercício de direitos culturais está assegurado pela Constituição, e a defesa judicial do meio ambiente requer a consideração dos significados atribuídos concretamente aos elementos que o constituem, o que seria impossível se for adotado um conceito único de meio ambiente descolado das dinâmicas sociais.

No ano de 2009 defendeu-se uma tese em Antropologia, vinculada à Universidade Federal Fluminense¹⁹, sobre os processos de mobilizações coletivas que envolvem demandas de direitos e de reconhecimento vinculadas às reivindicações de identidades diferenciadas, como os "remanescentes de quilombos" e as "populações tradicionais". Um dos capítulos desta tese discorre sobre o conflito entre o “Meio Ambiente” e a “Comunidade Tradicional do Morro das Andorinhas”. O antropólogo observou que, no caso do Morro das Andorinhas, os modos em que estes atores lançaram mão para justificar suas reivindicações foram a mobilização através da Associação de Moradores e da “tradicionalidade”. Nesse momento já se configurava outra imagem sobre a ocupação dos moradores, que deixaram de ser vistos como potenciais destruidores do “meio ambiente”, mas aqueles que empreenderam esforços para a manutenção e conservação dos recursos naturais do topo do Morro, impedindo inclusive, a ocupação do mesmo por pessoas de fora (Mota, 2009).

Desde 1990, quando o Morro torna-se APP, até 2007, ano da anexação ao PEST, observou-se a conquista de maior visibilidade, legitimidade e fortalecimento do grupo de

¹⁹ (Mota, 2009).

moradores do Morro das Andorinhas. A legitimidade conquistada pelos moradores do Morro teve seu auge com a homenagem do morador mais antigo, seu Bichinho. Este recebeu a medalha Tiradentes da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro²⁰ em junho de 2007, na “Praça de São Pedro”, em Itaipu. O evento contou com a presença do deputado estadual, amigos, alguns pescadores, familiares, pesquisadores e militantes. O contexto em que realizou esta homenagem é de extrema relevância, visto que os limites definitivos do PESET estavam para ser votados na ALERJ, que realizou-se no final deste mesmo ano.

A primeira tentativa de diálogo depois da delimitação definitiva foi a participação dos moradores nas reuniões do Conselho Consultivo do Parque Estadual. Neste período ocorria um projeto político-institucional desenvolvido para a operacionalização e facilitação dos processos dialógicos entre sociedade civil e poder público, na constituição dos conselhos consultivos (Irving et al., 2008). A resposta a este projeto de fortalecimento dos Conselhos foi positiva, e as reuniões passaram a funcionar com regularidade e ampla participação, inclusive das entidades representantes das populações locais, como os pescadores de Itaipu, os sitiantes do Engenho do Mato, os índios de Camboinhas e os moradores do Morro das Andorinhas.

A participação das “comunidades tradicionais” nos conselhos consultivos era incentivada pelo gestor da Unidade, que justificava que “*todo o conflito tem que ser trazido para o conselho, se resolver por aqui e achar equações de gestão por aqui*”²¹. A participação destas populações é prevista na Lei Federal (SNUC) e Estadual (Lei Minc), mas a sua prática é fruto das mobilizações destes atores sociais, como o grupo de moradores do Morro, por exemplo.

Nos conselhos os moradores começaram a colocar suas demandas, como a reclamação da falta de fiscalização frente a visitantes motorizados, o consumo de drogas próximo as suas casas, a falta da liberação de água encanada e luz elétrica de qualidade. A representação da Associação neste fórum foi avaliada pelo presidente da Associação de forma positiva:

Só da gente está participando desse Conselho, a gente ter voz, é uma coisa boa. A gente falava, perguntava. Acho que vai ser muito bom a ACOTMA está representada no Parque (José, Presidente da ACOTMA).

No Conselho formaram-se Grupos de Trabalho classificados por temas: “turismo”, “populações do entorno”, e “usos e ocupações tradicionais”, mas os gestores enfatizavam que o trânsito para todos conselheiros era livre entre qualquer reunião deste GTs. Durante o

²⁰ Resolução nº119 de 28 de junho de 2007, concede a medalha Tiradentes ao pescador Américo Fernandes de Souza, Sr. Bichinho.

²¹Gestor do PESET no período de 2007 a 2009.

período de campo, a GT de Usos e Ocupações Tradicionais iniciava suas atividades e era composto pelas seguintes entidades: Associação dos Sitiante Tradicionais da Serra da Tiririca (ASSET), Associação da Comunidade Tradicional do Morro das Andorinhas-(ACOTMA), Associação da Comunidade Tradicional do Engenho do Mato (ACOTEM), Associação Livre de Pescadores e Amigos da Praia de Itaipu (ALPAPI) e Associação da Comunidade Tradicional do Morro da Peça – Duna Grande (ACODUNA). Na reunião do dia 13 de junho de 2009 o GT produziu um documento que enumerava as demandas, nas quais destaco a seguir:

Que sejam delimitadas Zonas Histórico-Cultural-Antropológicas, contemplando todas as comunidades que habitam há várias gerações a região do parque e seu entorno, hoje devidamente representadas por suas organizações formais, a saber: ASSET (Associação dos Sitiante Tradicionais da Serra da Tiririca e amigos), ACOTEM (Associação da Comunidade Tradicional do Engenho do Mato), ACODUNA (Associação da Comunidade Tradicional do Morro da Peça – Duna Grande.) e ALPAPI (Associação Livre de Pescadores e Amigos da Praia de Itaipu). No Plano de Uso Tradicional do PESET, deverão ser assegurados todos os direitos das comunidades tradicionais, inclusive aqueles previstos nos Tratados Internacionais dos quais o Brasil é signatário, como a Convenção sobre a Diversidade Biológica e Resoluções da Organização Internacional do Trabalho, que a seguir elencamos: direito de controle da terra e território; direito de acesso ao recurso tradicional; direito aos lugares sagrados; direito ao conhecimento próprio (direito de determinar o uso, a proteção e a compensação para o seu conhecimento e tradições); direito de preservar a língua, simbolismos e modos de expressão locais.

A instauração da preservação ambiental também proibiu o cultivo da roça, o que também é considerada uma grande perda e não faltam formulações que justifiquem a sua retomada. A demanda pela roça não se limita aos moradores do Morro das Andorinhas, mas a todas as entidades representantes do Grupo de Trabalho intitulado por Usos e Ocupações Tradicionais, composto pelas seguintes entidade: como demonstra algumas solicitações:

Definimos como fundamental uma política de segurança alimentar voltada para estas populações, contemplando, entre outras ações:

- 1- *Permissão para a prática agroflorestal, resgatando uma prática tradicional de plantio, mas agora consorciando a regeneração florestal com a produção de alimentos, tais como: milho, mandioca, batata doce, inhame, banana, tainha, ora-pro-nobis, feijão guandu, bortalha, e outros de importância alimentar.*
- 2- *Não permissão para a retirada de espécies exóticas úteis à comunidade tradicional, que inclusive possuem forte valor afetivo para as mesmas, tais como espécimes de jaqueira, bananeira, café*

e outras, plantas locais que se encontram em plena adaptação ecossistêmica hoje.

- 3- *Que seja feito com urgência projeto de resgate do conhecimento tradicional relativo ao uso medicinal e alimentar da vegetação presente nos territórios tradicionais, pelo imenso valor que este conhecimento representa para a toda a humanidade.*

A contratação de um representante destas populações nos projetos de ecoturismo e educação ambiental era mais uma das solitações dos membros do GT. Neste caso, o pedido foi atendido e um morador do Morro das Andorinhas foi contratado para a função de Guarda-Parque durante o período de um ano. Esta foi a primeira vez em que um morador se beneficia diretamente e oficialmente com o Parque, pois o turismo realizado no Morro das Andorinhas não gera renda significativa para os moradores²².

Apesar do início de um diálogo, estes não possuíam um consenso e nem um acordo concreto, firmado por ambas as partes de interesse. Essa atual situação se dá pela não realização do Termo de Compromisso Ambiental, e poder-se-ia dizer que este foi o primeiro impasse vivenciado na relação entre PEST/INEA/Comunidade. A tentativa de realização do Termo de Compromisso Ambiental passou pelo crivo do gestor, mas não pela sede do INEA.

Nesta primeira tentativa de regularizar as condições de permanência buscou-se um diálogo entre os direitos do Parque e da comunidade, embasada no cumprimento da Lei 9.985/00 (Snuc) e na Lei Estadual 2.393/95 (Minc). Essa proposta de Termo de Compromisso Ambiental previa a solicitação à concessionária de água e esgoto, Águas de Niterói, a instalação da infra-estrutura necessária para escoamento dos efluentes domésticos e para fornecer água na comunidade, de forma ordenada e harmônica com a paisagem, assim como a solicitação da concessionária AMPLA para adequar o abastecimento de energia elétrica. Entretanto, não foi aprovada pela diretoria do INEA, justificada pelas controvérsias jurídicas, conforme explicou o administrador do Parque. Isto revela a complexidade que envolve o próprio órgão, marcado pela burocracia, influenciado por conjunturas políticas e distintas visões em relação à conservação da natureza. Uma alternativa ao mal sucedido Termo de Compromisso Ambiental - TCA é o Termo de Ajuste de Conduta – TAC, realizado entre o grupo de moradores e o Ministério Público²³.

Esse panorama é relevante para aproximar o leitor do contexto recente vivenciado pelos moradores do Morro das Andorinhas, mas o intuito deste capítulo é analisar as

²² Um morador trabalha como guia turístico de caminhadas ecológicas, outros vendem bebidas e sacolés, produtos estes divulgados por placas espalhadas no Morro.

²³ Maiores detalhes ver Maranhão (2007).

especificidades desta ocupação. Quais são as suas histórias? Qual a relação que estes indivíduos têm entre si e com o lugar? Tais questões norteiam esse capítulo.

2.2. Uma História da Ocupação

De acordo com a memória do grupo, a história da família se origina em fins do século XIX, com o estabelecimento no local de Leonel Siqueira da Silva e sua esposa Mariana Gusmão. O casal construiu a casa e gerou os frutos; filhos, árvores, roças, hortas, etc. A força de trabalho familiar distribuía-se entre as tarefas domésticas, roça e pesca artesanal na praia de Itaipu.



Uma jaqueira da Praça dos Balanços, topo do Morro das Andorinhas, mirante Itacoatiara.
(Acervo pessoal).

O pano de fundo deste capítulo é a história da ocupação do Morro das Andorinhas. Os objetivos desta seção são apresentar as particularidades desta ocupação e analisar em que medida pode ser caracterizada como um território de parentesco. O ponto de partida para analisar tal ocupação será a história que os moradores contam deles próprios. Esta é conhecida por todos os que se sentem pertencer ao topo do Morro e é transmitida pela oralidade de geração a geração. Mas para os que são “de fora” da família, como no meu caso, foi contada

por quem tem a autoridade conferida pelo grupo, José, o presidente da Associação de Moradores. A entrevista foi realizada em sua casa e acompanhada por sua esposa. Esta casa é a que ele se refere na entrevista e pertenceu a seus avós Leonel e Mariana. Foi a primeira edificação no Morro das Andorinhas e após a morte dos avôs, pertenceu a seu pai Manoel.

Eu vou contar a história que o meu pai sempre contava, um pouco da criação deles. Primeiro tem que começar por eles. O que meu pai sempre contava para a gente era que o meu avô veio para cá na faixa de 26 anos. Eles vieram para cá e se estabeleceram nessa casa. Essa casa é de 1870, ela era metade de sapê e de telha de coxa. O meu avô (Leonel) e minha avó (Mariana) tiveram nessa casa 6 filhos, né? Meco, Cecena, meu pai (Manoel), Solino, Olga e Tashinha. Eles tinham uma roça, tinha muita fartura, chovia muito. Plantava milho, arroz, feijão, aipim, laranja, abóbora. Fazia farinha, tinha uma casa de farinha. Nessa época, meu pai e meu tio contavam isso, que eles dividiram os irmãos, porque nem todos queriam trabalhar na roça. Aí eles dividiram, a moça, a Olga, cuidava da casa junto com a minha avó, e os homens, a metade ficava na roça e a outra metade ficava na pesca. E tinha um que pescava e fazia canoa. O seu Meco e Solino que ficaram na pesca. E a criação deles foi basicamente aqui em cima. Basicamente sobreviveram de toda a cultura, trocavam mercadoria, porque sempre faltava uma coisa, faltava outra. Não tinha luz, era lamparina, fogão de lenha, essas coisas. [...] Mas a cultura foi basicamente tudo da roça. Aqui se plantava muita coisa, farinha, café. Aqui tinha muito café. Tinha muita cana-de-açúcar. Tinha muita cana. Moía cana, juntava a família. Para fazer colheita fazia um mutirão. Juntava as mulheres aqui em cima, e todos vinham soltar o milho da espiga. Aqui nessa área tinha uma pedra que eles usavam o cesto e jogavam para secar, depois juntava, vendia, trocavam, plantava de novo. Basicamente, a agricultura era muito farta. [...] Vendia e trocava. Fazia um cesto e trocava por coisa que não tinha aqui. Trocava por querosene. Tinha muita casa aqui em cima. Hoje que foi reduzido aqui em cima, totalmente. Apesar do tempo, as famílias foram reduzidas porque as pessoas não aguentaram mais permanecer aqui. Era muita falta de água. E o recurso né. As pessoas antigas ficavam adoecendo e dificultava a descida deles né. Então a família foi se separando nesse tempo. Mas basicamente eles sobreviveram aqui em cima, colhendo da terra. Trocava por mercadorias que faltava, óleo, querosene, sal, arroz. Meu pai foi criado aqui até uns 98 anos. Tio Cecena foi para 100 anos. Basicamente os únicos dois que permaneceram aqui em cima. O resto, seu Meco no meio aí saiu daqui com uns sessenta anos. Os outros também saíram. Basicamente os dois que ficaram aqui em cima, meu tio Cecena e meu pai, Manoel. Meu tio Cecena sobreviveu da agricultura e da pesca. Meu pai também. E depois com o passar, a pesca já não era aquela coisa toda, a agricultura também não e meu tio Cecena começou a cortar cabelo e meu pai começou a trabalhar de construção, foi trabalhar de encarregado (José).

De acordo com a narrativa, o estabelecimento da ocupação se efetivou com a construção de uma casa de estuque e o nascimento dos seis filhos do casal: Arsênio, Américo,

Olga, Anastácio (Tashinha), Manoel e Solino. O tempo pretérito é marcado pela “fartura”. Fartura de roça, de pescado, de água e de família. A lembrança de “muita família” remete-se ao tempo em que os filhos de Leonel e Mariana casaram-se e tiveram seus filhos. Nesta época todos os herdeiros viviam juntos no topo do Morro das Andorinhas, o que significava muita mão-de-obra na roça, na pesca artesanal e nos demais empreendimentos necessários à moradia.

É importante contextualizar que Itaipu era considerada distante da área urbana do município de Niterói até a década de 1920, quando foi construída a estrada (DER-RJ) que realiza a ligação da localidade com os bairros da zona sul e centro de Niterói (Motta, 1983 apud Soares et al, 1994). Itaipu é uma antiga ocupação que remonta as sesmarias do século XVI. Nesse período, os jesuítas não se estabeleceram oficialmente, mas eventualmente realizavam trabalhos de assistência religiosa com os moradores locais.

No ano de 1716 foi construída a primeira capela de Itaipu, situada nas proximidades do Morro das Andorinhas. Em 1755, através de alvará, Itaipu foi elevada à condição de freguesia, que era para a região oceânica como uma espécie de sede administrativa e religiosa, que congregava os habitantes locais chamados de fregueses: sitiante, pescadores²⁴, pequenos negociantes, escravos africanos e indígenas (Simon, 2003, p.139).

A antiguidade da ocupação de Itaipu e dos pescadores se verifica nos volumes das Memórias históricas do Rio de Janeiro de José de Souza Azevedo Pizarro e Araújo, o monsenhor Pizarro, que ao coligir dados e documentos sobre o estado do Rio, a partir de 1781, observou que a Freguesia de São Sebastião de Itaipu, paralelamente aos produtos da lavoura de cana-de-açúcar, mandioca, milho, feijão, etc, havia “bons, fartos e saborosos peixes” (Pessanha, 2003, p.21).

Motta (1989) reconstituiu a estrutura fundiária de São Gonçalo e Itaipu através dos Registros Paroquiais de terras existentes na década de 1850 e verificou que havia no local desde grandes proprietários de terra à arrendatários, que possuíam níveis de pobreza e riqueza bastante flexíveis²⁵. O sistema de lavouras nas fazendas e sítios da região entrou em um longo processo de decadência a partir de meados do século XIX, por conta da proibição do tráfico negreiro e da instituição da Lei de Terras, a qual determinava que a terra só poderia ser

²⁵ Entre as propriedades, havia minifúndios, com extensão inferior a 50 hectares de terra; médias propriedades, com extensão entre 50 e menos de 200 hectares de terra; como também, grandes propriedades ou fazendas com extensão superior a 200 hectares de terra.

adquirida através da compra, sendo proibido, seu acesso pelo apossamento. A instituição destas leis resultaram na dificuldade de repor mão-de-obra e na elevação do preço da terra.

Neste contexto, a autora aponta que os minifundistas foram os que por mais tempo perduraram, já que buscaram manter a reprodução de seus mini-sítios acionando medidas como o recurso à força de trabalho familiar²⁶ e o não esfacelamento da pequena propriedade após a morte do responsável, continuando os herdeiros a viverem juntos²⁷. Ao contarem com a propriedade da terra, portanto, os minifundistas impediram sua transformação em trabalhadores de outros e, por conseguinte, puderam manter ainda um maior grau de autonomia em relação à classe dominante local. Entretanto, o golpe final aos proprietários de mini-sítios foi a investida do setor imobiliário, intensificadas a partir da década de 1940 (Motta, 1989, p.119, 123-124).

A transformação das áreas agrícolas em áreas urbanas teria sido incentivada pelo poder público, através de algumas medidas, como a “devolução” de Itaipu ao Município de Niterói, que até 1943, pertenceu ao Município de São Gonçalo (Valverde, 2001 apud Simon, 2003, p. 142). Outro movimento que atendeu ao mercado imobiliário foi a venda da fazenda que compreendia grande parte do que hoje é o bairro de Itaipu à Cia. Territorial de Itaipu²⁸, que inicia o loteamento e a comercialização dos terrenos (Soares et al, 1994). De acordo com os relatos da população local, este novo proprietário registra-se como dono, não só da área da fazenda, como também das três ilhas da Praia de Itaipu, o Morro das Andorinhas e a lagoa de Itaipu. Na mesma década, a área de Itacoatiara foi comprada por outro proprietário que também iniciou o loteamento na década de 1950.

Vale lembrar que apesar do longo processo de decadência nas lavouras frente à valorização das terras, a pesca artesanal continuou a ser uma das principais atividades da economia local nesse período (Silva, 1993). A presença da Colônia de Pescadores, inclusive, é um dos elementos que confirmam a definição administrativa de Itaipu como área que desenvolvia intensa e tradicional atividade pesqueira (Kant de Lima, 1997).

A atividade da pesca artesanal sofreu intensas interferências a partir da década de 1970, período em que a *Cia. Territorial de Itaipu* é vendida a *Cia. Veplan Residência*. Esta nova imobiliária promoveu a retirada de grande parte das moradias dos pescadores através de

²⁶ O que foi verificado no período de 1875 a 1885, dos 22 inventários encontrados referentes às propriedades menores de 50 hectares, 10 eram de lavradores não escravistas. (Motta, 1989)

²⁷ Segundo Motta (1989) há algumas indicações presentes nos inventários de que a terra não é subdividida entre os herdeiros. Inventários POST-OMRTEM (1850-1885) Cartório do 3º Ofício de Notas de Niterói.

²⁸ Este proprietário era de origem portuguesa, naturalizado brasileiro, e não foi considerado pessoa idônea pelo Banco do Brasil, devido a quantidade de trapalhadas financeiras produzida no trato de negócios imobiliários (cheque sem fundo, concordatas fraudulentas, títulos apontados e protestados, etc.) (Albuquerque et al, 1992)

“indenizações”. Entre as demais ações empreendidas pela companhia imobiliária destacam-se a ligação da lagoa à praia de Itaipu através de um canal artificial, o que dividiu a antiga praia de Itaipu e destruiu um dos sítios arqueológicos de Itaipu, a Duna Pequena. A partir de então, o lado direito do canal artificial passou a ser denominado praia de Camboinhas²⁹, e a lagoa que era de água doce, passou a ser salgada.

Os pescadores que restaram na praia de Itaipu se estabeleceram na área aforada pela Colônia de Pescadores, localizada no canto esquerda da praia de Itaipu, junto ao Morro das Andorinhas. Os demais, que moravam ao redor da lagoa, na restinga e dunas da parte que se designou Camboinhas se deslocaram para locais mais distantes da costa, como os loteamentos do Engenho do Mato, Maravista, o Morro do Cantagalo, etc. De maneira geral, a urbanização afetou diretamente os pescadores em três sentidos:

pela ação altamente poluidora do lançamento de dejetos na lagoa e pelo assoreamento de suas margens para nelas construir casas etc., o que levou à diminuição gradual de sua fauna e flora; pela expulsão dos pescadores e suas famílias de suas moradias à beira da praia e da lagoa, locais altamente atrativos para a especulação imobiliária, e induzindo o seu deslocamento para lugares distantes e menos valorizados, dificultando sua vinda para o local de trabalho e cortando violentamente parte de seus vínculos com a comunidade; e finalmente, atraindo grande parte da mão-de-obra crescentemente disponível em virtude do próprio esvaziamento da atividade, tornando-se cada vez mais comum a saída de jovens à procura de empregos como operários, funcionários de empresas privadas ou estatais, e para serviços domésticos (Pessanha, 2003, p.26).

No imaginário local, o enfraquecimento da pesca também está intimamente associada à ideia do fim da pesca da tainha. Esta pesca marcava o tempo em Itaipu, o tempo do inverno e possuía uma importância econômica, social e simbólica na realidade local (Ver Kant de Lima, 1997). A partir da década de 1970 as tainhas deixaram de passar em Itaipu, o que marcou o tempo do “fim da fartura”, o “fim da previsibilidade”. Embora não quer dizer que este novo evento tenha sido ressignificado entre os pescadores de Itaipu³⁰.

Diante disso, quando o assunto é a pesca artesanal em Itaipu, é muito comum ouvir a história da gradual transição de um “tempo de fartura” ao tempo do “enfraquecimento”. A

²⁹ De acordo com relatos da população local, Camboinhas é um nome de um ponto da praia onde ocorreu um naufrágio de um barco com esse nome. Camboinhas, por sua vez, tornou-se um bairro luxuoso, em que a atividade da pesca é dificultada por diversas regras de conduta. Um pescador de Itaipu me relatou que a dificuldade de pescar em Camboinhas é muito grande, pois não pode fazer barulho, não pode entrar com o carro para buscar o pescado, entre tantas outras exigências.

³⁰ Mais detalhes ver (Mibielle, 2004).

partir da década de 1970, novas correlações de forças se instauram em Itaipu, tensionada pelos investimentos imobiliários e suas transformações empreendidas, assim como outras oportunidades de trabalho, em especial na construção civil. Além, é claro, do “fim da previsibilidade” e “fartura”. Sem dúvida, os pescadores estavam do lado mais “fraco”, embora, a perpetuação da prática da pesca artesanal em Itaipu até os dias atuais demonstre a capacidade destes pescadores de se adaptar e resistir.

A Resistência dos Pescadores se manifestou de diversas formas. Um exemplo foi a instauração da Ação Popular contra os empreendimentos imobiliários em Itaipu, em especial contra a construção do canal artificial. Outro movimento foi a criação da Associação Livre de Pescadores e Amigos de Itaipu – ALPAPI, em 1988, pelo Frei Alfredo, sugerida pela Pastoral da Pesca.

Segundo relatos da população local, no momento em que a imobiliária *Veplan*³¹ comprou as terras em Itaipu, realizou um acordo com o proprietário de Itacoatiara Mathias Sandri e o objetivo era fazer um *resort* em Itaipu, no qual o Morro das Andorinhas seria uma área de lazer. A Veplan empreendeu a demarcação física de toda a sua propriedade e, no Morro das Andorinhas, até hoje há vestígios. Nesta delimitação, não houve a contestação das moradias do Sítio da Jaqueira. Apenas o irmão caçula de seu Bichinho foi indenizado por uma roça que tinha na área considerada “da Veplan”. Em relação ao outro proprietário, Mathias Sandri, seu Bichinho acrescenta que seu pai, Arsênio, era barbeiro e cortava cabelo de *seu Mathias*, e que este sabia da sua moradia e de sua família e nunca entrou nesse assunto com seu pai.

A Cia. imobiliária para implantar a demarcação física abriu um novo caminho na vegetação do Morro das Andorinhas que facilitou o acesso ao topo do Morro, já que antes o acesso se dava por uma trilha próxima à Igreja de São Sebastião. O caminho antigo é lembrado pelos moradores por seu maior grau de dificuldade, devido a sua alta inclinação. A partir disso, pessoas que não eram da família e nem afins, começaram a subir para apreciar as belas paisagens, promovendo mudanças no cotidiano do grupo. Na década de 1980, a imobiliária abre falência e abandona este caminho aberto, que foi ocupado por novas moradias distribuídas ao longo da subida.

Frente as transformações promovidas pelos empreendimentos imobiliários iniciados na década de 1940, e consolidadas nas décadas seguintes, em especial a década de 1970, o que chama a atenção em relação a ocupação do Morro das Andorinhas é a sua antiguidade. São

³¹ Tempos depois a imobiliária faliu, e teria sido comprada por um grupo de imobiliárias.

mais de 100 anos! Ao debruçar na história desta ocupação observei alguns fatores que podem ter contribuído para a permanência até os dias de hoje, entre elas destacam-se as seguintes: a regra local de só morar quem é da família; a não divisão das terras entre os herdeiros; a difícil localização do sítio; o fato das moradias serem encobertas pela mata, o que contribuía para a sua invisibilidade; a conjugação da pesca artesanal com a roça proporcionando uma situação de maior autonomia frente ao capital especulativo; a resistência dos pescadores artesanais; o crescimento do mercado de trabalho na região, em especial na área da construção civil e serviços.

2.3. Aqui Só Mora Família

Atualmente o Sítio da Jaqueira possui 13 casas e aproximadamente 40 moradores. Uma importante particularidade desta ocupação em relação as adjacências são as relações de afinidade e parentesco entre os moradores. Outra especificidade relevante é o fato das terras serem em primeiro lugar, pensadas como um ancestral comum, o que faz com que, a priori, elas sejam terras comuns, terras de toda a “comunidade”.

O ato inaugural de fundação da comunidade pelo casal Leonel e Mariana é um dos princípios mais gerais de pertencimento que confere identidade ao grupo. Na memória coletiva há informações muito precisas sobre a genealogia. Conhecem, inclusive, com detalhe, os parentes e os casamentos dos parentes que saíram do Sítio. Mas no sentido vertical, essa memória para em Leonel Siqueira da Silva e Mariana Gusmão.

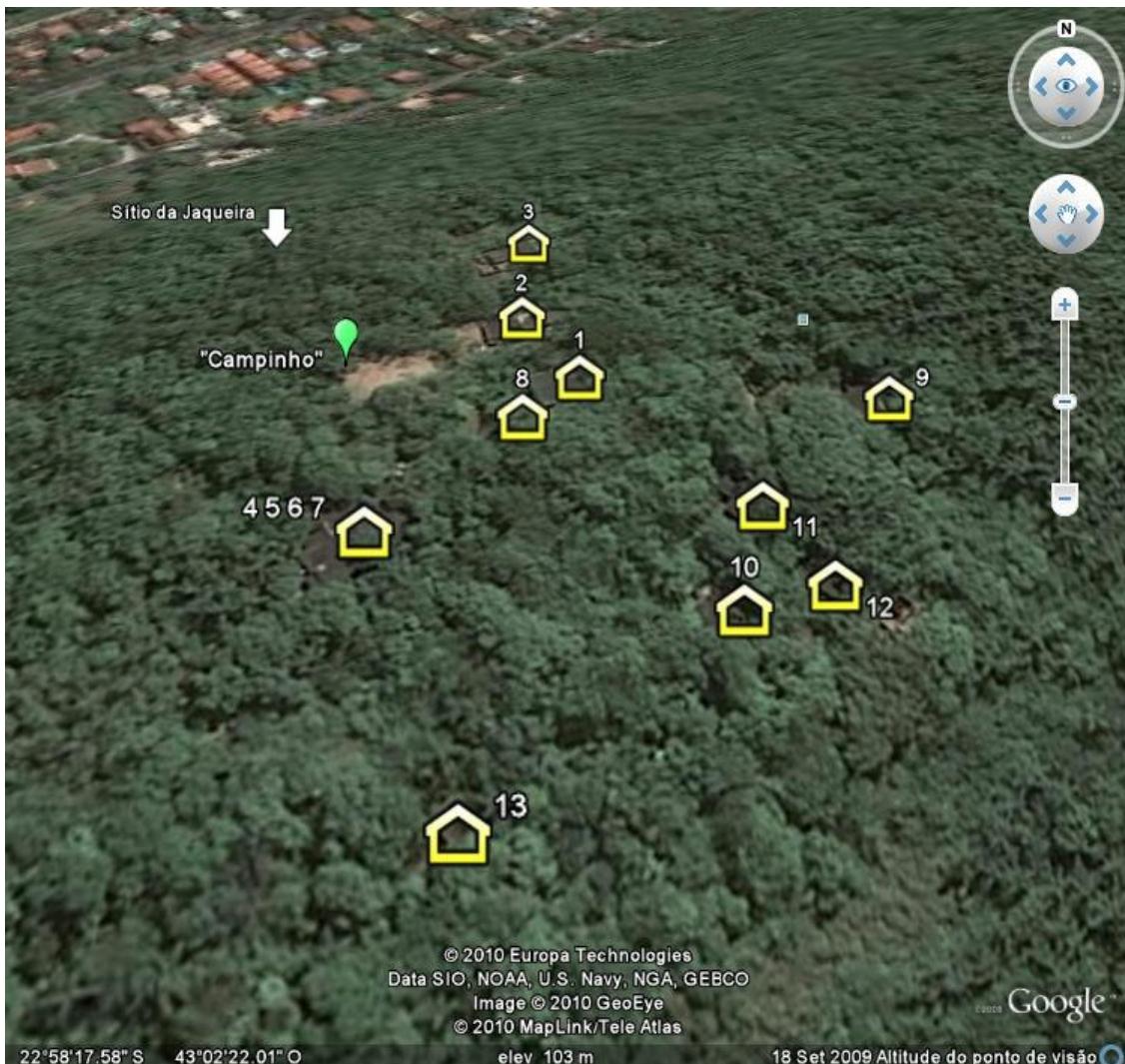
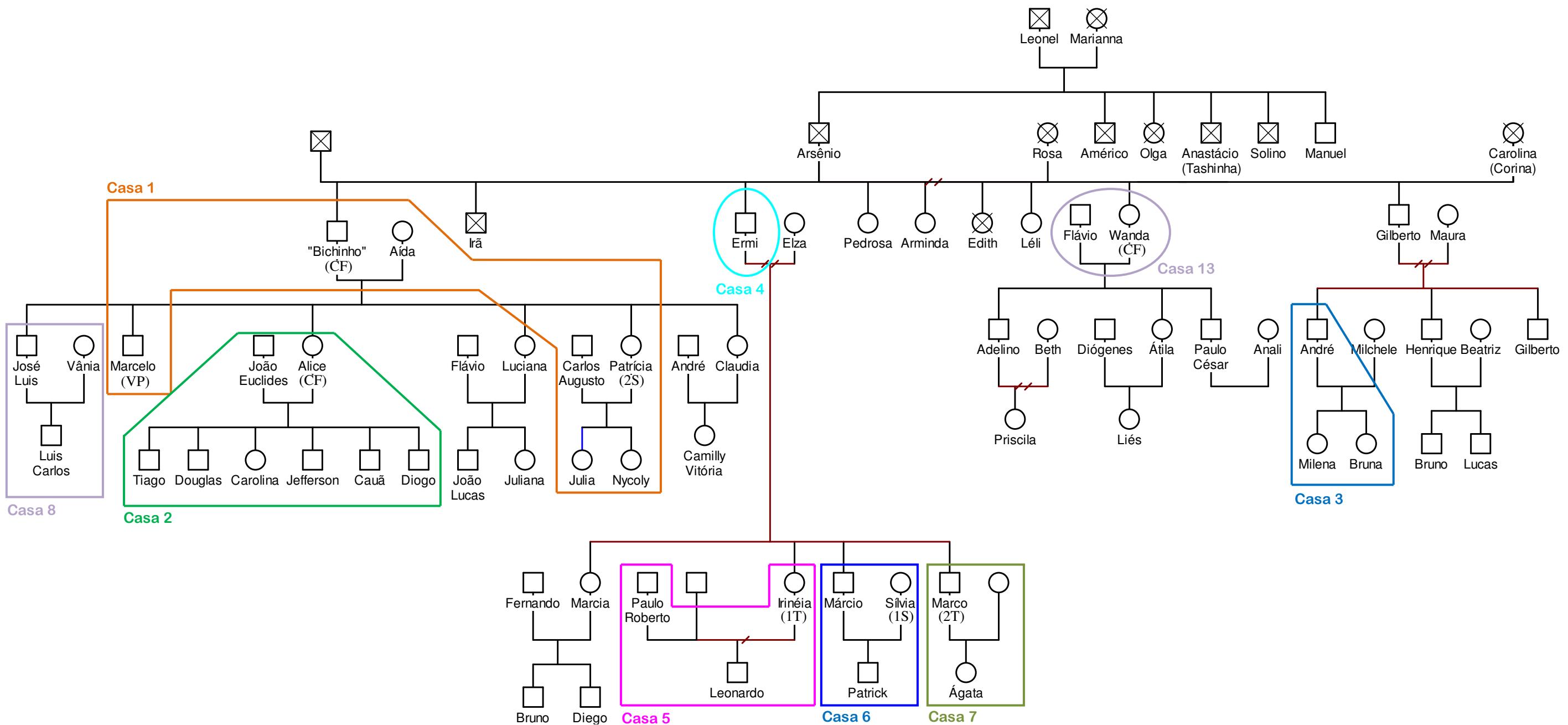
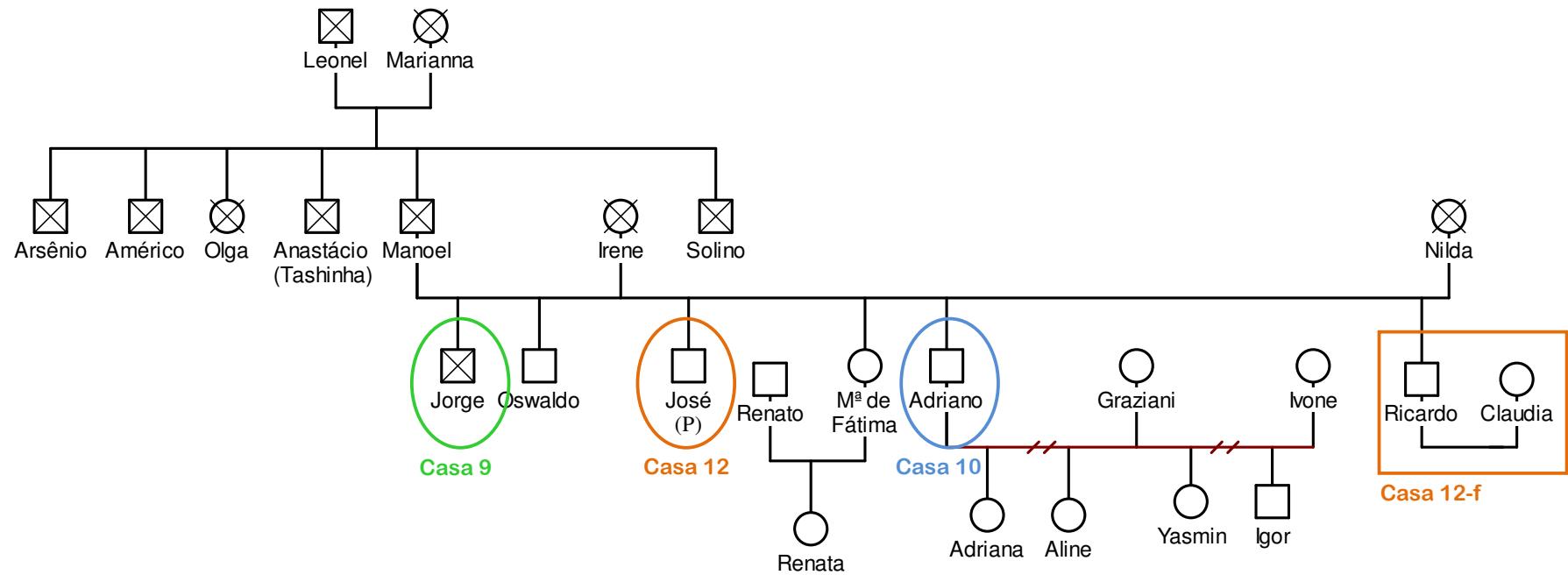


Imagen de satélite aproximada do Sítio da Jaqueira. **Casa 1:** Bichinho; **casa 2:** filha de Bichinho; **casa 3:** sobrinho de Bichinho; **casa 4:** irmão de Bichinho; **casas 5,6,7:** filhos do irmão de Bichinho; **casa 8:** filho de Bichinho; **casa 9:** destelhada, do filho de Manoel do primeiro casamento; **casa 10:** filho do meio de Manoel do segundo casamento. Esta casa foi construída pela a filha de Manoel, quando casou-se. Quando este casou se mudou, o irmão do meio ocupou a casa; **casa 11:** filho do meio do segundo casamento de Manoel. Esta casa é de pau-a-pique e está em condições precárias; **casa 12:** pau-a-pique. É dividida em duas para o filho caçula e o primogênito do segundo casamento de Manoel; **casa 13:** pau-a-pique, irmã de Bichinho.

(Fonte Google Earth, acessado 13/07/2010)





A história da ocupação do topo do Morro é marcada pelos deslocamentos “para fora” e fixação dos seus membros. Entre os filhos do casal fundador, Arsênio e Manoel foram os únicos que permaneceram no Morro das Andorinhas. Estes dois irmãos também tiveram períodos de deslocamento, entretanto, ao se casarem pela segunda vez retornaram à moradia, a roça e continuaram a se reproduzir. Por conta destas trajetórias de vida, os atuais moradores do Sítio da Jaqueira estão ligados por laços de descendência ou afinidade a estes dois irmãos, Arsênio e Manoel.

Arsênio era o primogênito. Um jovem pescador que *ajudava* os pais no trabalho da roça no Morro das Andorinhas. Pescava em canoa pequena junto com seu irmão Manoel. Inscreve-se na Colônia de Pescadores, na época Z-10, em 1915. Arsênio ao *fazer família* construiu uma casa e teve quatro filhas. Anos mais tarde, Leonel, Mariana e a esposa de Arsênio falecem. As filhas já estavam casadas e moravam fora do Morro. Estes fatores incentivaram Arsênio a morar em um “quartinho” que tinha na praia de Itaipu, onde guardava os seus apetrechos da pesca.



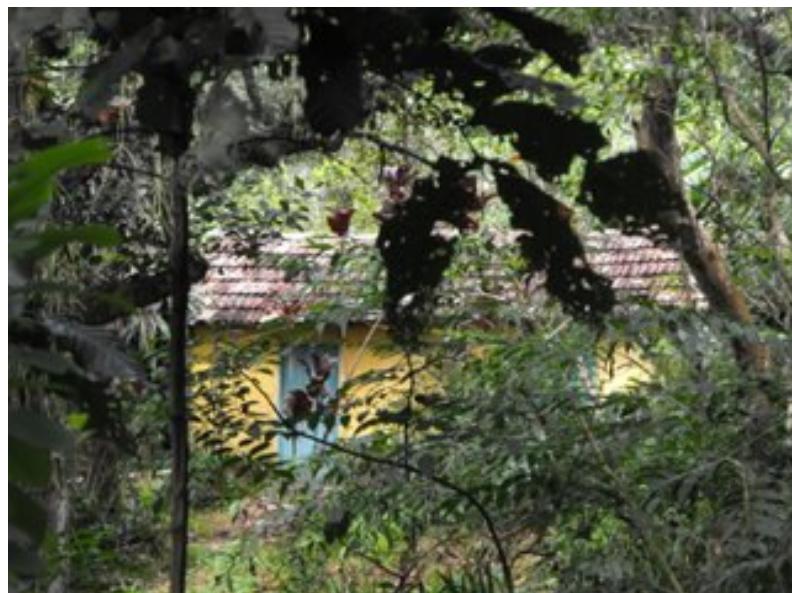
Carteira de Pescador de Arsênio, inscrita no porto do Rio de Janeiro em 27/09/1915. A Colônia de Pescadores de Itaipu (Z-7), na época era Z-10. (Acervo pessoal presidente da Associação)

Pouco tempo depois, devido ao “enfraquecimento” da pesca, Arsênio “deixa” a atividade e começa a exercer a profissão de barbeiro. Esta mudança lhe permitiu circular por novos ares, como a praia de Itaipuaçu, localizada no município de Maricá. Lá conheceu a mulher que seria a sua segunda esposa, Carolina. Ela, mais conhecida por dona Corina, também era viúva, e tinha três filhos pequenos, com idades entre 1 e 8 anos. O mais velho era Américo, conhecido por Bichinho, o do meio Irã e o mais novo Ermi.

Arsênio, com a “família recomposta”³² volta para o Morro das Andorinhas. A moradia se efetivou depois do árduo trabalho da construção de uma casa de pau-a-pique, já que a anterior tinha caído, além da reativação da roça. O trabalho foi empreendido por Arsênio e o filho mais velho de Corina. Desta nova união, são gerados mais dois filhos.

No âmbito interno da comunidade, uma pessoa reconhece como seus parentes tanto os descendentes dos fundadores, reconhecidos como tais pela comunidade, assim como aqueles que estabelecem alianças matrimoniais com os primeiros, mesmo que não sejam descendentes daqueles fundadores. Isto é, através da aliança, tornam-se parentes aqueles que “são de fora”, ou seja, os que não nasceram na comunidade e não são descendentes dos fundadores, como expressa esta fala:

não mora estranho nenhum, só mora pessoa da família. Se a gente mora aqui é porque nós entramos na família do meu padrasto. É por isso que nós estamos aqui. Meu padrasto trouxe a gente para aqui. Seu Bichinho ressalta: “*Como diz o ditado: pai não é o que faz, é o que cria. Muitas coisas eu aprendi com ele. Eu fiquei morando com ele mais de 20 anos, até arrumar família. E ele ficou me segurou até arrumar família. Tudo ele fez com a gente, ele apoiava a gente* (Bichinho).



Casa de pau-a-pique construída por Arsênio e Bichinho. A casa esconde-se em meio a vegetação.
(Acervo pessoal)

³² De acordo com Fonseca (2002, p.62-63), a família deve ser pensada enquanto *sistema familiar* – um processo que possui arranjos e rearranjos durante etapas do seu ciclo. Este processo se expressa através da forma como se apresenta a unidade residencial: “*família conjugal*”, unidade residencial constituída por casal e filhos. Em sua maioria possuem “agregados”(pais ou amigos) pelo menos esporádicos; “*família recomposta*”, unidade residencial constituída por casais em segundas núpcias (de um ou de outro cônjuge); e, “*unidade mãe-filhos*”, unidade residencial constituída por uma mulher sozinha e seus filhos.



Arsênio, com a pasta de barbeiro de um lado e do outro, uma das filhas do primeiro casamento. Os dois passeiam em Itaipuaçu (Acervo irmã Bichinho).



Pintura à óleo de Arsênio e Corina. Quadro pendurado em posição de destaque na sala da antiga casa do casal, hoje sob a guarda de Wanda (Acervo pessoal).



Arsênio, Corina e a filha desta união, Wanda, ao lado da casa.
(Acervo Wanda)

O caso de Manoel se assemelha em algumas partes ao de seu irmão Arsênio. Manoel casa-se com Irene, que morava no Sapê³³ e *deixa* a pesca para atuar como encarregado de obra na região. Na localidade do Sapê teve dois filhos, Jorge e Oswaldo, entretanto freqüentava o Morro assiduamente. Após a separação de Irene, Manoel casa-se novamente e retorna ao Morro das Andorinhas com sua segunda esposa, Nilda. Os dois moraram provisoriamente na casa de um dos seus irmãos, que na época, tinha se mudado a pouco do Morro com toda a sua família, como veremos a seguir. Nesse período inicial, os recém-casados adequaram as condições da antiga casa de Leonel e Mariana para o seu futuro estabelecimento, já que depois de suas mortes a casa passou a ser usada como depósito dos produtos da roça e como baia de cavalo. Manoel e Nilda também retomaram o trabalho na roça e tiveram seus quatro filhos: Maria de Fátima, José, Adriano e Ricardo.

³³ Localiza-se no bairro de Pendotiba, região serrana do Município de Niterói.



Manoel e Nilda caminhando pelas trilhas do Sítio. (Acervo José. Foto Laura França).



Aniversário de 90 anos de Manoel na sua casa no Morro das Andorinhas. Esta casa pertenceu a Leonel. No lado esquerdo de Manoel, Corina, Isaura (esposa de Solino) e sua esposa Nilda (Acervo José).

Os quatro demais filhos de Leonel e Mariana tiveram trajetórias distintas, como veremos. Tashinha, por exemplo, morava com esposa e seus dois filhos no Morro. Entretanto, foi o primeiro dos irmãos a falecer. A viúva de Tashinha *deixou* o Morro e levou consigo um

filho. O outro filho desta união foi *criado* no Morro das Andorinhas por um tio paterno, Meco. Seu nome era Valmir e viveu da pesca de Itaipu até recentemente. Foi um dos companheiros da *pescaria de arrasto* do pescador e mestre Cambuci.

Há outro irmão que morou no Morro com esposa e dois filhos, Solino. Pescava na *pescaria de arrasto* na *companha* do pescador e mestre Natalino. Após a separação, sua ex-esposa e filhos *deixam* o Morro. Solino decide morar em um quarto de pesca na praia de Itaipu, local onde guarda os apetrechos da pescaria. Solino não se casou novamente e não voltou a morar no topo do Morro, embora convivesse intensamente com seus familiares. Um dos sobrinhos lembra que ele e os demais tios subiam o Morro frequentemente. Solino, em especial, gostava de contar histórias para os sobrinhos.

No sábado e às vezes no domingo também. E muitas vezes, os tios, os outros tios, o Solino subia, né. Ele gostava muito de subir aqui em cima. Ele ficava muito aqui com a gente, reunia os sobrinhos todos em volta do chão e contava muito história daqui. Contava história de mula sem cabeça, de bruxa que andava por cima do telhado para pegar as crianças, contava história de cemitério, que tinha um que andava à cavalo e sumia no cemitério. Ele contava muitas e muitas histórias daqui e a gente ficava até 3 horas, 4 horas da manhã contando essas histórias daqui de Itaipu, de pesca, essas coisas todas né, família, fazia café, essas coisas todas, aí ficava brincando (José, filho de Manoel)

O terceiro irmão, Meco, morou com esposa e os dez filhos em uma casa de pau-a-pique no Morro das Andorinhas. Meco era pescador artesanal em Itaipu, e tempo depois *deixou* a atividade para se dedicar ao trabalho de marceneiro, inclusive na construção de canoa. Dos filhos de Meco somente um *seguiu* a atividade da pesca em Itaipu. Este é Lourival, apelidado de Leile. As filhas que primeiro se casaram foram morar na localidade onde seus maridos possuíam casa, o Morro do Souza Soares, localizado no bairro de Santa Rosa. As outras filhas moraram com os pais até aproximadamente seus sessenta anos. Estas trabalharam como empregada doméstica em Santa Rosa e a distância estimulou a mudança para perto das outras irmãs.

A esposa de Meco teve uma doença quando Meco tinha aproximadamente 60 anos de idade. Diante deste quadro, uma das filhas, que já havia saído do Morro, convidou os pais para morarem com ela no Morro do Souza Soares. Diante da oferta da assistência da filha, o casal mudou-se e, gradualmente, todos os demais filhos também. O deslocamento de Meco não significou a perda do convívio com os seus familiares do Morro das Andorinhas.

Na época, Itaipu não tinha nada, tinha aquele caminho de lá vai um, aquilo ali era estrada de chão. Não tinha nada, o ônibus aqui era duas vezes por dia, era sete horas da manhã e cinco horas da tarde. Eram dois ônibus. Se fosse sair daqui sete horas para ir lá em baixo, se não quisesse vir a pé, você tinha que esperar cinco horas para você vir de ônibus. Ainda me lembro de quem era o motorista aqui, se chamava seu Jacú. Um moreno fortão. Era ruim, não dava uma carona para ninguém. Eu me lembro disso tudo. Andei muito. No tempo que Meco morou aqui, depois que ele foi embora para o Souza Soares, eu fui muitas vezes no Souza Soares, eu saí a pé daqui. Por aqui a fora, passava pelo Largo da Batalha, e ia embora pela estrada velha. De primeiro, era a estrada velha, não era a cachoeira que é mais fácil. Passava pelo Grotão aonde tem um monte de moradores ali, passava pelo Salesiano, aí subia a Souza Soares. Muitas vezes eu fui a pé daqui pra lá (Bichinho).

Os casos de Solino e Meco revelam que seus deslocamentos “para fora” não significa necessariamente sair do campo de julgamento do círculo social³⁴. Por outro lado, há saídas seguidas de rompimento, como o caso da única filha de Leonel e Mariana. Ela ao se casar mudou-se para o Morro Souza Soares, e, não ouvi mais nenhuma informação sobre ela, nem mesmo o nome do marido e dos seus dois filhos.

A atual configuração do Sítio da Jaqueira corresponde a permanência dos irmãos Arsênio e Manoel, que perpetuaram a ocupação deste território ao longo período de ocupação. Segundo (Raffestin, 1986, p.172) a interferência humana sob determinado espaço natural produz um território social, na medida em que este pode ser definido como uma reordenação do espaço, resultado de um trabalho humano e marcado pelas relações de poder. Distinguindo-se do espaço, que é simplesmente uma combinação de forças e ações mecânicas, físicas, químicas e orgânicas. Há inúmeros exemplos sobre as formas de gestão local sobre o espaço.

Seu Cecena (Arsênio) posso botar um barraquinho lá? Não, pode fazer lá em baixo, mas aqui em cima não, aonde me pertence só quero quem é da família, portanto só tem até hoje quem é da família. Não tem estranho não, só moramos aqui quem é da família. Eu, principalmente, aqui já recusei boas propostas de vender uma casa, vender um pedaço só (...) se eu sou um cara de má intenção, vendia um pedaço pra um, vendia um pedaço pra outro, e ganhava um trocado bom (...) Desde sempre, desde o princípio fazia aquela pressão ah, me vende um pedaço, me vende um pedaço, me vende um pedaço, ah, só pra fazer um barraco, não, aquilo é só pro pessoal de família morar, não tem condição não, a gente lá em cima não podemos vender nada (Seu Bichinho, 2009).

³⁴ (Comerford, 2003)

Outro caso, é a recusa do pedido de moradia de um amigo dos membros da família que pediu para fazer uma casa no Morro e ouviu de seu Bichinho a resposta: *não, porque você não é da família, mas não me leva a mal, isso não vem de agora, vem de muito antes. Amanhã ou depois, se a gente liberar pra você vai ter uns quatro ou cinco, vai ter vários moradores aqui.*

Quando o pedido de moradia vinha pela parte de alguém da família, o discurso mudava. O filho do segundo casamento de Manoel (filho de Leonel e Mariana), por exemplo, morava em outra localidade com a sua primeira esposa. Ao se separar pediu para construir uma casa no Morro das Andorinhas, como conta seu Bichinho: *Aí, primo, vou fazer um barraquinho aí. Ué, isso aí é de vocês mesmo. Aí ele fez uma casinha para ele lá. Eu até ajudei a carregar alguma coisa ali embaixo para ele fazer o barraquinho dele lá.*

Entre os que são da família ou “como da família” compartilha-se a mesma esfera dos direitos e deveres, e por isso estão sob o seu controle social. Estes indivíduos são aqueles com quem se pode contar, isto quer dizer, aqueles que retribuem ao que se dá, aqueles com quem se tem obrigações (Sarti, 1994). Para se ter o direito de participar do “território de parentesco” é necessário respeitar as obrigações fundamentais que compõe este universo moral - dar, receber e retribuir (Mauss, 1974).

Esse primo de seu Bichinho constrói uma casa no Morro das Andorinhas e para isso conta com a ajuda de alguns parentes. Após alguns anos de divorciado e morando sozinho, se casa novamente. O primo e a nova esposa vivem juntos por aproximadamente oito anos. O casamento acaba com o falecimento do primo de seu Bichinho. Este primo faleceu em sua própria casa, no Morro das Andorinhas.

A viúva decidiu sair do Morro das Andorinhas e tentou alugar a casa, mas foi impedida pelos demais moradores. De acordo com seu Bichinho ela falou para José: *Eu vou alugar essa casa*. Aí ele falou: *Não, senhora. Ou você dá para uma pessoa morar, que alugar não pode*. *Ela queria alugar para estranho. Para estranho não, não vai alugar para estranho de maneira nenhuma aí.*

A viúva quando se viu impedida de alugar a casa, decidiu vender. Ela conseguiu uns interessados, que foram até o Morro. Seu Bichinho percebeu a movimentação, e se dirigiu até eles para explicar que a casa não estava à venda.

Não, você não leva mal, mas aqui não tem casinha nenhuma para vender não. Aí eles perguntaram: *“é do senhor essa casa? Não, a casa não é minha, mas está dentro daqui da comunidade e aqui dentro da comunidade a gente não aluga para ninguém estranho e para vender ainda é pior ainda.” Eles: “Ah”. “Não, vender não vai vender não. Se tiver que vender nós vamos botar à baixo. Eles: “Mas*

você não podem fazer isso. Nós podemos fazer isso. Não deixamos vender não, de maneira nenhuma. Veio dois caras para comprar. Aí ela ficou meio coisa: “Ah, a casa é minha!”. Eu disse: “A casa é sua não, a casa é do seu marido, a casa foi do seu marido. Você quando veio para cá fez a casa, você morou com ele aqui, ta certo, a casa é sua, se você quiser morar ou colocar um parente seu para morar tudo bem, agora alugar para estranho e vender para estranho aqui não vai fazer não (Bichinho).

Nesta disputa por direitos de propriedade, a viúva saiu contrariada e decidiu levar os telhados da casa. A atitude da viúva pode significar tanto uma tentativa de tomar para si ao menos uma parte da casa e com isso ter um retorno financeiro, já que foi impedida de alugar e vender. A ação pode ser interpretada também como uma tentativa de inviabilizar o uso da casa, já que ela não o pode fazer, ninguém mais faria. Seja o que for, a casa está até hoje sem telhas e desde então, ninguém a ocupou. Entretanto, esta opção foi preferida diante da possibilidade de alugar ou vender para um “estranho” (à família).

A pessoa quer vender, eu hein, não pode deixar, chamei Wanda (irmã), chamei José (sobrinho) e disse: isso não pode acontecer!. Aí José: Não Bichinho, isso não vai acontecer. Ninguém vai vender nada para estranho. Chega de ficar segurando peteca para os outros aí. A gente que está morando aqui, a gente sabe quem é, bota um estranho não vai saber quem é o estranho. Às vezes pode ser um boa pessoa, às vezes pode ser uma má pessoa. E a gente aqui está acostumado a lidar só com o pessoal da família. Foi o que eu falei para ele: Olha meu amigo, aqui não mora estranho nenhum, você pode ver aí, só mora aqui em cima só quem é da família. Não podemos vender nada aqui, nem podemos alugar. Se ela quiser tirar o telhado para desmanchar, a gente até concorda, vender e alugar é que não pode (Bichinho, 2009).

2.4. O Sítio da Jaqueira como um Território de Parentesco

No Sítio da Jaqueira, as relações de reciprocidade fundadas no parentesco, na amizade e no compadrio, regulam o processo de apropriação de recursos, e, isso, se constitui como um fator de diferenciação em relação ao entorno. As pessoas no Morro das Andorinhas se percebem diferentes também por isso. A terra também é um patrimônio indivisível de uma parentela, conjunto de parentes consangüíneos e afins. Assim como no seu ethos – tempo da reciprocidade – a terra não é tomada como alvo; não se mercadoriza a confiança.

A noção território de parentesco é acionada por alguns autores em distintas realidades empíricas (Woortmann, 1995; Comerford, 2003; Anjos, 2004; Almeida, 2006). Anjos (2004)

realizou sua etnografia na comunidade de São Miguel dos Pretos a qual se auto-identificou como “remanescentes de quilombos”. O autor buscou analisar a concepção local de direitos sobre as terras através das suas formas de apropriação, regida por princípios de parentesco e sucessão, por fatores históricos, políticos organizativos e econômicos, e por fatores étnicos. Woortmann (1995) trata do Sítio de Lagoa da Mata, localizado em Itabaiana, Nordeste brasileiro. A autora também observou que os princípios que definem o direito à terra, e os deveres entre as pessoas são a noção de parente, informada pela categoria sangue, que por sua vez, se soma o princípio de território, isto é, o lugar. Todos os habitantes de Lagoa da Mata são parentes entre si. O contexto de Lagoa da Mata se assemelha em partes com o do Morro das Andorinhas, visto que apesar do princípio da descendência, não se verificou a prática da endogamia, entretanto, em todos os contextos é inconcebível a venda de terras a estranhos, que não sejam da família. A noção trata-se de uma variante do tipo “terras de parente” ou “terras de herança” (Almeida, 2006), na qual o que legitima o direito à terra é, em primeiro lugar, a filiação que modela as possibilidades de residência. O princípio de ascendência comum tende a recobrir os princípios do direito sobre a terra e que, por sua vez, rege o lugar de moradia e onde se pode ocupar.

No direito local, a terra não é tomada como alvo, mas sim a família. Um lado da moeda é o direito à moradia aos familiares, o outro são os deveres. Na lógica de restringir a moradia somente aos familiares, obtém-se maior possibilidade de controlar o território, na medida em que a família pode ser compreendida enquanto uma “comunidade moral”, já que seus membros compartilham do mesmo padrão moral, ou seja, um conjunto de valores e categoriais pelos quais julgam uns aos outros (Bailey, 1971).

Um dos deveres é se submeter ao controle social inerente a esta “comunidade moral”. Em contraposição, desfruta-se dos sentimentos de maior liberdade, de *estar à vontade*, por estar com pessoas com as quais se tem *mais intimidade*. Assim como a sensação de segurança, gerada pelo fato de estar somente entre familiares, ou melhor, *pessoas de sua confiança*, como revela esse comentário.

Apesar daqui ser um lugar muito bonito, essas coisas todas, a gente tem um espetáculo aqui, uma vida maravilhosa, se não fosse essa altura toda e a água, falta água realmente. Mas até então, é uma coisa muito boa, a gente pode ficar de porta aberta até a hora que a gente quer, né. Só tem família, só mora família aqui em cima (José, filho de Manoel).

Os sentimentos que temos com um lugar, designado por “topofilia” (Tuan, 1980), pode se expressar de diversas formas, mas quando é em relação ao lar, lócus de reminiscências e o meio de se ganhar a vida, são as mais permanentes e mais difíceis de

realizar. O Sítio da Jaqueira é compreendido enquanto uma propriedade conjunta. As pessoas que se sentem pertencer àquele lugar, definem-no como seu lar. Este sentimento baseia-se no investimento de parte de suas vidas emocionais no Morro das Andorinhas. O lar funciona como um invólucro, que devido à sua familiaridade protege o ser humano das perplexidades do mundo exterior. O lugar passa a ser uma extensão das suas personalidades.

O interessante no Sítio da Jaqueira é a dimensão da propriedade conjunta entre familiares, no qual permite que a “topofilia” em relação ao lar possa se expandida para além da casa, abrangendo toda a extensão deste território comum, que faz com que grande parte dos familiares se sintam *ligados* ao Morro não se reduz a isto. Além de viver entre familiares, há a questão do tempo em que esta família está no lugar. O aspecto das gerações anteriores terem tido esse lugar como lar e investido suas vidas ali fortalece ainda mais os laços com o local. O Morro das Andorinhas faz parte das histórias e heranças desses indivíduos.

A permanência dos familiares de Manoel e Arsênio no Morro das Andorinhas soa como a responsabilidade de guardar, zelar por um bem coletivo, familiar. Pina Cabral (1991) chama de “identidades continuadas” a identidade comum compartilhada pelas casas dos filhos, pelo fato de seus membros centrais terem sido membros de pleno direito de uma casa que hoje, formalmente, já não existe – a casa dos pais. A preservação da lembrança da identidade anterior é em certa medida um fator de integração que une as pessoas através da identificação comum com unidades sociais primárias passadas e presentes.

O fato de permanecer no mesmo local ao longo das gerações, a lembrança da identidade anterior não é preservada somente pelas pessoas, mas o próprio lugar se encarrega de contá-las, através das casas, das vegetações, ruínas, objetos, e etc. O Sítio da Jaqueira funciona como lembrança concreta dos parentes mortos, e sobre esta herança se preserva um sentimento de propriedade conjunta. Neste caso, o proprietário legal atual deste bem, é senão guardião de uma propriedade que continua a pertencer à casa original. – neste caso – (Leonel e Mariana/ Arsênio e Corina/ Manoel e Nilda).

A relação com a vegetação também é baseada no sentimento de familiaridade. Existem regiões de memória, onde estão contidos todos os acontecimentos que marcaram a vida do grupo, e esses grandes acontecimentos se distribuem pelo espaço do Morro das Andorinhas sob a forma de marcos simbólicos. As casas costumavam ser construídas de pau-a-pique, e muitas já desapareceram na mata, entretanto, a grande presença de árvores frutíferas que se espalham na vegetação, como as jaqueiras, mangueiras, figueiras, jaboticabeiras contribuem para demarcar esse território doméstico diferenciado.

As árvores demarcam a posse e se tornam referências para o mapeamento local. Uma Jaqueira, por exemplo, marca o local do nascimento do neto do tio Manoel, outra lembra o nascimento da neta de Arsênio. Há outra Jaqueira que delimita onde era a casa do tio Solino, uma Mangueira morta remonta a época de Leonel, e assim vai.

Esses arvoredos grandes aí, quem foi que plantou? Isso no tempo do meu padrasto já tinha. Essa jaqueira aí, essas árvores frutíferas foi ele(Leonel) que plantou. Árvore frutífera não nasce assim à toa, tem que plantar. Tem muitas frutas, jaqueira, jaboticaba. Aquela jaqueira antiga que nós passa lá. Aquela desde o tempo que me conheço, eu conhecia aquela jaqueira ali. Aquela jaqueira tem mais de cem anos. Aquilo é obra de seu Leonel (Seu Bichinho, 2009).



Marcelo sentado sobre uma pedra. No local, os moradores não vêem só uma Jaqueira, mas onde era a casa do tio Solino (Acervo pessoal)



Para os moradores, essa foto não significa só uma árvore morta em meio a vegetação, mas uma mangueira plantada no tempo de Leonel. (Acervo pessoal)

O conhecimento empírico sobre esse espaço concreto que é o Morro das Andorinhas – que remete à memória de suas vidas e antepassados – é um dos princípios de pertencimento do grupo. Há uma organização interna desse território, sem necessariamente demarcações físicas – mas marcas naturais, como trilhas, árvores, plantas, raízes, formigueiros, ninhos de marimbondos, etc.

Para os moradores a natureza, por ser usada e conhecida, demarca limites, suscita lembranças, produz alimentos, retira-se remédios, e diversos outros fins. Alguns possuem grande familiaridade com os usos medicinais e alimentares de inúmeras plantas do Morro das Andorinhas. Durante as caminhadas na mata com seu Bichinho, por exemplo, recebia tantas as aulas sobre o nome de cada planta e algumas de suas características, que resolvi registrar um pouco dos seus saberes e a sua relação com os *remédios do mato*:

Esse negócio de medicina está vindo agora, de primeiro não tinha. Qualquer doençazinha era do mato que a gente fazia. Quando eu era criança eu não me lembro de ir à médico. Só fui à médico depois de barbado. Plantas medicinais a maioria a gente que plantou. Nós temos muitas plantas aí. Teve outra planta que é um excelente remédio. Só olhando no mato que a gente vai olhando e lembrando. Erva aqui em cima tem muito, depende é de conhecimento. Eu fui

tomar uma injeção depois de casado, eu tinha mais de 40 anos. A velha (Corina) também não acreditava muito em remédio de médico não. Ela dizia: Isso aí eu faço em casa, amanhã vocês estão bom.. Antes a velha fazia tudo para a gente. A dificuldade era grande. O posto de saúde era no Engenho do Mato, não tinha ônibus, tinha que ir a pé. Esse posto começou em 70. Antes era só erva do mato mesmo, não tinha esse negócio não. Eu fui mais criado com remédio de mato do que de médico. A velha me ensinava, o velho também.” (...) “O velho (Arsênio) ensinava para criança que tem verme pega erva santa-maria, esfrega na mão, quando sai um sumozinho coloca num lenço e coloca a criança para cheirar. Passava a mão no peito e nas costas e o verme afastava da criança. (...) A velha fazia chá com uma erva que tem no mato, a erva São João. Uma ervazinha cabeluda. A velha lavava, dava aquela fervura e fazia aquele xarope, exprimia um limão. Aquilo era bom, em um instante curava gripe. Da babosa, fazia xarope, era ótimo expectorante. Eu e meus irmãos tomamos muito xarope de babosa. Minha mãe tinha uns pés de cibalena e novalgina, que são boas para gripe. (...) Cana-do-brejo é bom para quem urina pouco. Faz o chá da cana-do-brejo e coloca na geladeira e vai bebendo. É ótimo para o rim. É um excelente remédio. (...) Carobinha é bom para banho. Qualquer inflamação que o sujeito tem pega a carobinha, cozinha ela, antes de tomar banho com ela, tira um pouco para beber. Porque faz o descarreço por fora e por dentro. De repente pode tomar banho ela pode recolher, mas você tomando o chá coloca tudo para fora. (...) Aroeira é uma planta que dá uma casca que tem uma química. Aquela casca dá uma cica é bom para ferida na pele. É um excelente remédio. A vassorinha também é bom para quem tem ferida. Você coloca aquele montinho de folha em cima de uma chapa no fogo e quando tiver bem torradinha, a esprieme e vira um pó. É um excelente cicatrizante. Espinheira santa é um excelente remédio para quem sofre de estômago. (...) Saião é um excelente remédio para hematoma. O saião no feitiço de xarope, socado é um excelente remédio para estômago. A erva-passarinho é um excelente remédio para fraqueza. Espinhela caída. Pega ela, mói ela e sai aquele sumo e bota um pingo de azeite e toma uma colherzinha de chá duas, três vezes por dia. A erva-de-passarinho dá em laranjeira, pé de sunomono. Tem muitas plantinhas aí. O chá das folhinhas do broto da goiabeira é bom para diarréia. Pega elas, faz o chá e dá para criança beber. Sempre a velha fazia (Bichinho).

A fronteira deste território é conhecida por todos os que dele fazem parte ou ao menos conhecem os moradores. No contexto recente há inúmeros visitantes que buscam desfrutar das belas paisagens do Parque e não reconhecem esses limites. O fato de pessoas “estranghas” transitarem em frente a suas casas gera grande incômodo entre os moradores. Isto incentivou a implantação de placas feitas pelos próprios moradores. Os locais são estratégicos e direcionam os visitantes ao lugar compreendido como público, os mirantes do Morro.



Placa feita pelos moradores. Informe da *trilha andorinhas* escrito à mão (Acervo pessoal).



Placa colocada pelos moradores indicando a continuação da trilha para evitar a passagem pelas suas casas. A corrente foi colocada pela administração do PESET para evitar a subida de motos nos mirantes (Acervo pessoal)



Placa realizada pelos moradores com dizeres: *Sem acesso* (Acervo pessoal).



Outro placa realizada pelos moradores para impedir o acesso as casas. Dizeres: “*Stop, pare, não ultrapasse, respeite*” (Acervo pessoal).

2.4.1. Terra abundante, água escassa

Como vimos, no Morro das Andorinhas terra tem abundante, e todos familiares têm direito a terra e o dever de guardar este bem coletivo. Entretanto, há a necessidade de trabalhar cotidianamente para a moradia ser viabilizada. Este sem dúvida é um fator que legitima o sentimento de pertencimento ao lugar.

No Sítio, a água é escassa, e em princípio, é restrita aos moradores. Inclusive, a exigüidade da água pode ser uma explicação para a fartura de terra por número de parente/morador. Com isso, há uma diferenciação em relação ao acesso dos recursos, como terra e água. A decisão de compartilhar a água cabe aos moradores - seja entre parentes ou visitas em geral.

Até os dias de hoje, o grupo não tem acesso a água encanada. Todos vivem do armazenamento da água da chuva e de uma nascente (olho d'água) no topo do Morro das Andorinhas. Em relação à energia elétrica, somente na década de 1990, que os moradores tiveram acesso. Isto porque um dos moradores juntou dinheiro com os demais e puxou um fio desde Itaipu. Depois a CERJ instalou os relógios de luz.

Foi cada um colocando o seu fio, e a gente tem a luz precariamente. A luz demorou muito para chegar aqui. A primeira pessoa a colocar a luz aqui em cima foi o nosso primo ali. Nós demos um dinheiro à ele, e de primeiro colocou dois fios só. Aí um puxou do outro. Foi uma farra, foi uma bagunça quando chegou a luz aqui em cima. ÉÉÉ, acabou a lamparina, acabou de ficar com o rosto todo preto, com o nariz todo preto (rss). Ele puxou o fio lá de baixo, do poste. A água tem que esperar, tem aquele pocinho que mina ali, mas nas épocas do meu pai, ele contava que aquele poço jogava água para fora. Mas era bem antes de 1970. Até 1970 jogava água para fora, depois foi secando, o calor, não chove tanto, muita gente dependendo da água. Hoje, acho que dá umas 4 latas por noite, sem chover. O sistema de chuva tem coletagem da água, tem galão, tem caixa d'água, tem a calha, um filtro. Cada casa tem seu sistema, de caixa e depósito para por a água. Sistema de água com calha tem que chover para juntar água. Esperar dar chuva, aí leva para a caixa d'água e aí a gente coloca cloro para manter a água mais tempo, para dar para toda família, cozinhas, tomar banho (José, filho de Manoel).

As dificuldades proporcionadas pela falta d'água e pela subida íngreme incentivou o deslocamento para fora do Morro por parte de alguns familiares. Em especial em contextos de doença, divórcio, falecimento, ou mesmo problemas de convivência. Estas dificuldades foram acrescidas nas décadas seguintes com a pressão da especulação imobiliária e a consequente preservação da área. Estas questões são importantes de ressaltar, visto que há o trabalho de

construir essa rede de parentesco, manter o bom convívio na vizinhança formada por parentes, proteger e cuidar do território, e, além disso, administrar as dificuldades materiais.

Dificuldade sempre teve aqui nunca teve nada fácil pra gente não. (...) a luta continua aqui em cima, pra nego viver aqui é trabalho, só vence com trabalho sem trabalho a gente não vence". (...) Não é conforme eles estão pensando, ah morar lá em cima é bom. Morar aqui em cima é uma beleza, mas não é nada sem trabalho. Sem trabalho não faz nada. Em lugar baixo já faz as coisas reclamando. A moradia aqui é uma beleza, é um descanso, fica a vontade, dorme a hora que quer, acorda a hora que quer, mas não é para qualquer um não. Isso é para quem já está habituado aqui em cima. Para morar aqui em cima tem que ter trabalho, quando nada, pra subir já é um trabalho. (silêncio) Pensa que é fácil, que não paga nada, não paga água, não paga aluguel, não paga IPTU. Vocês precisam ver a luta que a gente ta vivendo, a luta é grande, se a gente tem alguma coisinha hoje em dia, aquele barraco que fizemos lá, maior trabalheira, não é brincadeira não, carregar material aqui pra cima, não é nada não é nada, o barraco lá em casa tem quase 4 mil tijolos. De lá de baixo para cima ele não subia, tivemos de carregar, areia, areola. (...) Graças a Deus estou satisfeito de no tempo do meu padrasto ele me trazer pra aqui, me criei aqui e estou satisfeito até hoje. Não estou contrariado, graças a Deus. A luta é grande, não é mole não. Para sobreviver aqui tem que trabalhar (Seu Bichinho)



Caixa d'água em cima de uma jaqueira. Abastecimento de uma das casas do topo do Morro das Andorinhas. (Foto cedida gentilmente pelo ex-administrador do PEST)



Outro sistema de recolhimento da água da chuva em uma das casas (Acervo pessoal).



Nascente de água no topo do Morro. Principal fonte de água dos tempos antigos. (Foto cedida gentilmente pelo ex-administrador do PEST, realizada na visita do dia 21/05/08)

Ser da família funciona como requisito para acessar a terra, mas o trabalho³⁵ empreendido na terra que legitima a posse (Woortmann, 1995). Reciprocamente, só se pode trabalhar no lugar, sendo de lá, e estando lá, isto é, sendo descendente de Leonel ou ter *entrado* na família pelo casamento. O processo cotidiano de moradia, abrigo, alimentação reforçam os laços entre família e território. Nesta perspectiva, o lugar (casa, quintal, fogo, mata, etc..) existe enquanto a pessoa está cuidando, dedicando seu trabalho. Enquanto está se

³⁵ “Trabalho” é usado em vários sentidos: 1)cuidado com o lugar; 2) a subida íngreme; 3) a necessidade diária de armazenar e gerir a água; 4) proteção das fronteiras e da gestão do território; 5) atividade da roça; 6) carregar material de obra para construção e/ou reforma das casas; 7) luta; 8) manutenção da rede familiar.

agindo sobre o lugar ele existe. É na relação entre as pessoas e as coisas, e entre elas, que mantém essa relação viva (Viegas, 2007).

O Sítio da Jaqueira, por ser um território de parentesco, é o “território de reciprocidade” (Woortmann, 1988 apud Woortmann, 1995). Nas sociedades baseadas na reciprocidade, existe o senso de que o valor da relação cresce tanto mais quanto mais tempo passa entre dádiva e o contra-dom. O Sítio é o lugar da troca. O Sítio não é lugar de negócio, porque a relação à priore é igualitária. No capítulo que segue buscarei aprofundar através do cotidiano dos moradores como esse modelo baseado no parentesco e na reciprocidade se configura na prática.

3. CAPÍTULO II: CASA E FAMÍLIA DO MORRO DAS ANDORINHAS

A combinação família-casa se soma a localidade como categoria significativa, que seus integrantes tomam como referência. As memórias estão atreladas à história das localidades nas quais foram construídas, fazendo com que a localidade assuma em muitas situações a qualidade de sinônimos. No contexto analisado, a casa, o bairro e a vizinhança reúnem elementos imprescindíveis para a manutenção e reprodução da família. Casa, família e localidade estão integradas nas lembranças do grupo por sua longa vinculação no tempo.

Neste capítulo serão analisados os sentidos de viver e de habitar no Morro das Andorinhas. Busco compreender o esquema organizativo deste grupo familiar, sem desconsiderar o domínio em que se exerce o princípio de autonomia e intimidade de cada indivíduo. O caminho percorrido realizou-se através das noções analíticas “casas e configurações de casas” acionadas por Marcelin (1996). A descrição das casas que compõem este território de parentesco tem como o objetivo apresentar as formas em que se dão as relações de interdependência entre a rede de casas e os familiares.

Ao falar em casa, portanto, é importante considerar que não se limita à edificação em si, mas a uma unidade de identificação e vivência social, que, nos remete para uma problemática mais vasta da experiência de habitar e da “apropriação do mundo”, como lembra Viegas (2007). Duarte (2008:169-170) acrescenta que a casa é o reduto do sujeito, lugar que o resguarda das “forças exteriores”, pautadas na fluidez e pelo anonimato, não percebida como um espaço funcional, passível de ser medido objetivamente, nem como um cenário onde as relações familiares se atualizam no cotidiano intenso dos entrelaçamentos das gerações; tampouco é um bem ou objeto individual meramente transmissível. Trata-se de um “espaço moral” demarcado não somente com o seu contraste com a rua, mas também com as demais casas. Esse espaço pode se estender por metros e quilômetros, por meio das relações afetivas estabelecidas entre os membros de diferentes gerações. Segundo o autor, esse “espaço moral”, pode ser chamado de “configuração de casas”, que constitui-se num “conjunto de casas vinculadas por uma ideologia da família e parentesco”. Este autor afirma que dessa interação decorre a equivalência entre os termos “casa” e “família”, irmanados numa “significação ontológica” comum.

3.1. A Comunidade na Hermenêutica Local

No senso comum, o termo comunidade é recorrentemente associado entre a delimitação de grupos concretos e à idéia da qualidade comunitária das relações. A tarefa do sociólogo, entretanto, é se libertar das representações pré-estabelecidas de seu objeto de estudo, que induzem a maneira de apreendê-lo, e por isso, defini-lo e concebê-lo (Lenoir, 1998). O sentido empregado por esta pesquisa desta terminologia aproxima-se da vertente que a vê como “construída a partir dos planos de organização social”. “Cada plano consiste de um conjunto de instituições sociais baseadas numa totalidade diferente de princípios de afiliação, uma diferente maneira de agrupar indivíduos ou deixá-los à parte” (Geertz, 1976 *apud* Carneiro, 1976). A instrumentalização do conceito de comunidade na análise permite integrar elementos que no senso comum poderiam ser considerados “externos” à esta dependendo do ponto de vista geográfico.

No contexto estudado, o termo comunidade se aproxima da idéia de território de parentesco, e em especial ao que Comerford (2003:39) observou na realidade de camponeses da Zona da Mata Mineira. Segundo o autor, o padrão de território de parentesco concentram residências e/ou locais de trabalho (lavouras, roças) de parentes reconhecidos e valorizados como tais, bem como compadres, comadres, territórios aos quais certas famílias se vinculam no mapeamento social que se produz nas conversas cotidianas, e dentro dos quais há uma liberdade, uma fluência de relações, uma familiaridade, que permite tolerar problemas de animais, água, divisas, bem como desatenções, brincadeiras, dívidas, coisas que em outras circunstâncias poderiam redundar em consequências sérias, grandes rompimentos, mortes.

Por outro lado, o autor (Comerford, 2003) salienta que as circunstâncias, todavia, podem mudar rápida e inesperadamente, e isso não deixa de estar presente como perspectiva, ou ameaçadora possibilidade, mesmo na mais pacífica e familiar das convivências. A familiaridade da família e daqueles que são “como família” está sempre sendo posta à prova, e passam pela interpretação mútua dos atos e relatos. A relação desses atos e relatos com o território é umas das chaves importantes na interpretação, fazendo dos territórios de parentesco um fenômeno da ordem do discurso, da retórica, e da hermenêutica nativa, mais do que da ordem topográfica, jurídica ou econômica.

O termo comunidade será acionado enquanto expressão nativa, que por sua vez corresponde ao que analiticamente estou definindo como território de parentesco. Para viabilizar a descrição e análise da comunidade/território de parentesco lançarei mão do

princípio de configurações de casas³⁶ (Marcelin, 1996). Fazendo uso de Comerford (2003) as casas do Morro das Andorinhas podem ser compreendidas como o “nó” dessa rede de localidades familiarizadas, por se mostrar mais denso e populoso e, portanto, uma referência significativa no discurso. Há outros “nós” apenas pontuais, mas nem por isso menos importantes em certos momentos críticos, tornando-se peças chaves em narrativas de certos dramas. Este é o caso das casas de familiares na localidade do Jacaré, na Região Oceânica, por exemplo, que devido ao seu fácil acesso é valorizado em períodos de doença. Desta forma, esses “nós” formam uma hierarquia bastante flexível, já que se em um dado momento o valorizado é a união da família em um lugar, em outro é reconhecido o valor de ter, ao menos, um parente ou membro da família no lugar certo.

Na análise da comunidade é importante não reduzi-la em um número limitado e definitivo de membros e de tipo de relações interpessoais. A realidade revela-se de forma muito mais complexa e dinâmica, partindo das pessoas e das suas disposições e inclinações básicas orientadas umas para as outras das mais diversas maneiras, constituindo configurações de muitos tipos (Elias, 1980).

Com base nos dados de campo, procuro realizar um exercício para compreender graus de pertencimento e interdependências variados através de um dos princípios de afiliação que integram um conjunto de indivíduos as casas e configurações de casas (Marcelin, 1996). A noção de casa, segundo esse autor, é definida como construção física, não separada dos corpos que a habitam ou que nela transitam, nem das redes de pessoas que a modelam. Essas redes de pessoas no seio de uma casa, constituem redes domésticas na unidade social e física. Essas redes domésticas que constroem-se na dinâmica da casa e em sua cosmologia, são, por sua vez, ligadas a uma dinâmica de redes de casas, interligadas umas às outras. Nesse contexto analítico e sócio-cultural, a casa, assim compreendida, não se deixa pensar como uma unidade absolutamente autônoma ou circunscrita a espaços delimitados. Mas a uma inseparável redes de pessoas e casas onde se define (Marcelin, 1996, p.80)

A casa não é somente um bem individual transmissível, uma coisa, um bem familiar, uma ideologia. Ela é uma prática, uma construção estratégica na produção da domesticidade. Também não é uma entidade isolada, voltada para si mesma. Ela é pensada e vivida em inter-relação com outras que participam de sua construção – no sentido simbólico e concreto (Marcelin, 1996). A noção de casa e configuração de casas é útil por ser uma representação

³⁶ O conceito configurações de casas reconhece a articulação sangue/consideração, mas não se limita a idéia de “família extensa”, que é pensado como um grupo doméstico – pai, mãe, filhos e avós – morando na mesma casa e dá idéia de um grupo corporado.

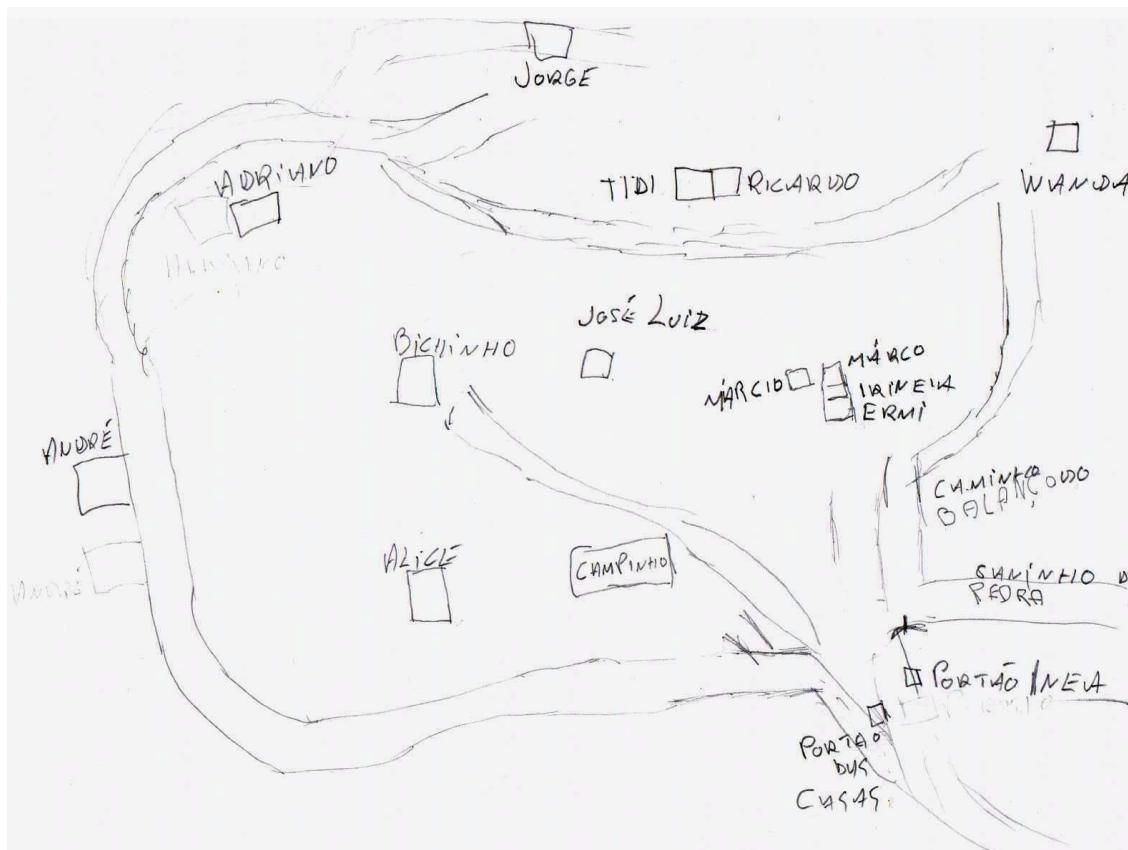
das relações entre agentes familiares originados de diversas casas, que participam de configurações de casas. Desenrola-se nesse processo uma eterna criação e recriação de laços (redes) de cooperação e troca entre entidades autônomas (as casas).

É importante ressaltar que o meu convívio com os moradores/parentes ocorreu em um espaço de tempo determinado, e se deu através de alguns membros. Isto significa que me aproximei de maneira parcial do fundo comum de conhecimento entre os que fazem parte das configurações de casas. Na ocasião da festa junina realizada para a comunidade, tive a oportunidade de verificar que não conhecia várias pessoas que lá estavam. Percebi claramente que todas se conheciam e algumas, inclusive, já tinham até morado no Morro em outra época.

Diante disto, pude perceber que uma comunidade do Morro das Andorinhas, em certo sentido, contém partes de várias comunidades diferentes, e que cada uma das ditas comunidades, não se limitam a uma mera subdivisão geográfica-administrativa (Ver Geertz, 1976). Esta perspectiva foi adotada com o intuito de seguir o diversificado circuito das relações sociais, complexificando, criticando e desnaturalizando a imagem de uma comunidade unitária, sem um limite dado em termos espaciais e administrativos.

Ao cruzar os diversos planos de relações sociais analiticamente identificados, observo que a comunidade mantém um significado social que a análise não poderia perder de vista. No caso em estudo, esta complexidade se atualiza através das redes de interdependência, solidariedade e sociabilidade entre seus membros. Estes participam na realização da festa da família, na construção de uma casa, na ajuda a um parente para que saia de uma situação difícil, etc. Os membros de uma mesma configuração têm obrigação de colaborar e participar em todos os níveis e sob todas as formas.

O ponto de partida para mapear o “nó” dessa rede de casas localizada no Morro das Andorinhas é o desenho realizado por Marcelo, Vice-Presidente da associação de moradores e filho de seu Bichinho.



Desenho das casas do Morro das Andorinhas feito por Marcelo, um dos filhos de seu Bichinho.

Ao adentrarmos no *portão das casas* no topo do Morro, avistamos o *campinho*. O *campinho* é o espaço de sociabilidade e lazer. Neste espaço realizam-se diversas atividades que reúnem os moradores em um interesse comum, seja através do futebol, das reuniões da Associação de Moradores, das festas juninas, ou outras formas. As crianças usam bastante o *campinho*, em especial durante os dias da semana antes ou depois da escola. Neste espaço irmãos e primos se reúnem para brincar: andar de bicicleta, jogar bola, soltar pipa e etc. Nos finais de semana, depois do almoço, reúnem-se no *campinho* diversos moradores para jogar e assistir o futebol. Em geral, jogam os homens, adultos e adolescentes. As crianças, mulheres e idosos costumam assistir, mas presenciei jogos em que também participaram.



Jogo de futebol entre os moradores no final de semana (Acervo pessoal).



Festa junina da comunidade no campinho (Acervo pessoal).

Após o *portão das casas* avistamos quatro casas, construídas de forma conjugada. Uma delas pertence a Ermí, irmão de seu Bichinho, e três, são dos seus filhos: Márcio, Marco e Irinéia. Ermí tem outra filha, Márcia que não mora no morro.

Ermi é divorciado e todos seus quatro filhos são casados. Ermi é pescador em Itaipu e cultivava a roça até a sua proibição. Irinéia é dona-de-casa e Paulo Roberto, seu marido, é carpinteiro, eletricista, “faz tudo”- como disseram alguns. Irinéia tem um filho do primeiro casamento, Leonardo, de 20 anos, que às vezes *ajuda* o avô na pesca.

Márcio, o primogênito de Ermi , já exerceu a atividade da pesca e atualmente é pedreiro. Ele é casado com Silvia, que divide as tarefas de dona-de-casa com o trabalho de empregada doméstica. Este casal tem um filho de 7 anos. Marco, o filho “caçula”, é mergulhador em Itaipu e também atua como guia turístico de caminhadas ecológicas no Morro. No ano passado também passou a exercer a atividade de Guarda-Parque.

Marco recentemente assumiu um relacionamento mais estável e sua companheira está grávida. Durante o trabalho de campo tive a oportunidade de acompanhar o processo de transição de filho “caçula” solteiro para o de “chefe de família”. O interessante é que enquanto solteiro, o filho não tinha cozinha e usava a da casa do pai. Pai e filho se ajudavam nos trabalhos domésticos, mas com a união do filho, iniciou-se a construção de uma cozinha própria, marcando esta nova etapa.



Casa de Márcio (Acervo pessoal).



Galinheiro de Irinéia. Ao lado, as redes de pesca pertencem a Ermí (Acervo pessoal)

Essas quatro casas são interligadas física e socialmente. Essa rede doméstica compartilha a área comum que compreende uma mesa de centro no espaço exterior da casa de Irinéia, como uma varanda coberta que serve de passagem para todas as quatro casas. Ainda no lado externo, próximo à varanda, há um fogão à lenha com uma pequena cobertura improvisada, a qual todos os membros dessa configuração têm acesso. Além deste fogão à lenha no lado externo, há fogão a gás em todas as casas. Um pouco depois do fogão à lenha, avistamos o galinheiro que pertence à Irinéia e na mesa do lado de fora de sua casa, essa rede doméstica costuma se reunir para almoçar, conversar, e jogar cartas.

É muito comum encontrar as cunhadas (Irinéia e Silvia) jogando cartas no final do dia. Os integrantes dessas casas também costumam realizar eventos, como churrasco para si e para alguns convidados, em geral, os familiares que não moram no Morro.



Fogão à lenha da rede doméstica de Ermi (Acervo pessoal).



As cunhadas Irinéia e Silvia jogando cartas, por Marco e pelo cachorro de estimação de uma delas (Acervo pessoal).



Paulo Roberto, trocando as telhas de sua casa com a ajuda do sogro, Ermí (Acervo pessoal).

Após o *campinho*, o caminho segue até a casa de Bichinho. No quintal desta casa, chama a atenção uma figueira enorme, que seu Bichinho plantou há 43 anos, contados pelo ano de nascimento do seu primeiro filho, José Luis. Nos galhos, há redes e balanços, e no tronco dessa frondosa árvore, um viveiro de mudas. No *terreiro* há um fogão à lenha.



Figueira no *terreiro* plantada no nascimento do seu primeiro filho de Bichinho, José Luiz, de 43 anos (Acervo pessoal).



Fogão à lenha no *terreiro* da casa de Bichinho (Acervo pessoal).

Na casa de Bichinho moram sua esposa Aída, seu filho Marcelo (caçula), a sua filha Patrícia com Carlos Augusto (esposo de Patrícia). O casal cuida de Julia, de 7 anos, e está esperando um bebê. Bichinho e sua esposa são aposentados, ele viveu como pescador em Itaipu, e ela também já trabalhou na *pesca de arrasto de praia* na sua juventude como *ponta de cabo* de uma *companha*. Aída pertence a uma antiga família de pescadores artesanais de Itaipu. Depois do casamento passou a exercer a função de dona de casa e *limpa peixe* em bancas de atravessadores na praia.

Marcelo é solteiro e trabalha em um quiosque em Itaipu nos finais de semana e durante a semana *ajuda* os pais no cuidado com a casa, *terreiro*, e participa das reuniões e demais eventos da Associação de Moradores, exercendo a função de vice-presidente. Marcelo faz tratamento de coluna por conta do trabalho de entregador de material de construção em uma loja da região.

Patrícia é dona-de-casa, *toma conta de crianças* e reforça o orçamento revendendo roupas. Seu marido trabalha em uma ONG que cuida de idosos no Rio de Janeiro. Este casal é um sub-conjunto prestes a sair de casa e formar outra unidade. A gravidez acelerou um processo que estava em andamento; a construção da casa em cima da laje dos pais do marido, no local chamado Maravista, no bairro de Itaipu.

A casa de Bichinho situa-se entre as casas da filha Alice e do filho José Luis, os mais velhos. Na primeira casa moram Alice, seu esposo João Euclides e seus seis filhos com idades de 19, 17, 13, 8, 5 e 2. A casa possui um *terreiro*, no qual situa-se o fogão à lenha. Alice é dona de casa e trabalha em quiosque em Itaipu nos finais de semana. Seu marido é pedreiro, o filho de 19 trabalha em um “lava a jato” na região e o de 17 trabalha como ajudante de pedreiro do pai da sua namorada, que mora na subida do Morro.



Casa de Alice (Acervo pessoal).

A casa de José Luiz é de um cômodo e foi construída *quando ele fez família*. O primogênito se uniu com sua esposa Vânia e tem um filho, Luis Carlos, de 17 anos. Desde o início desta união, os sogros de José Luiz, que moravam no Rio de Janeiro, começaram a frequentar a localidade de Itaipu. O casal se agradou da localidade e alugou uma casa na “Fonte”, próximo à entrada de Itacoatiara. Depois de um tempo, os sogros compraram uma casa na praia de Itaipu, na parte aforada pela Colônia de Pescadores.

José Luiz mudou-se com esposa e filho para a casa construída em cima da laje dos sogros. Segundo seu Bichinho, o sogro tem muita *consideração*³⁷ por seu filho, e afirma sempre que ele é *o filho que eu não tive*. Um dos fatores que motivou a saída do casal do Morro foi a dificuldade imposta pela subida íngreme do Morro. José Luiz é pedreiro e

³⁷A palavra **consideração** significa demonstrar que se reconhece ter recebido o que se recebeu, e que se entra assim ativamente no circuito de reprodução simbólica da família e do parentesco (Marcelin, 1996).

diácono da Igreja Evangélica Caminho de Deus. A esposa e o filho, André Luís de 17 também são membros desta Igreja.

Atualmente a casa continua identificada como sendo de José Luiz, mas é ocupada por Aída que, depois de um briga com o marido, passou a usá-la para dormir, mas continua realizando as atribuições de dona de casa, mãe e avó na sua casa oficial.



Casa de José Luiz, o filho mais velho de Bichinho (Acervo pessoal).

Podemos dizer que a casa de Bichinho é o centro de uma rede doméstica que compreende também as casas que não estão inseridas nos limites físicos do Morro das Andorinhas, como as casas de seus demais filhos. A casa da filha caçula Claudia e de José Luiz localizam-se na praia de Itaipu, e a casa da filha Luciana, próximo a praia de Itaipuaçu, em Maricá. Como diria Marcellin (1996), esta casa é um momento de um processo complexo de invenção e reinvenção da família, da amizade, da vizinhança e da iniciação da conjugalidade realizado em sua trajetória particular.



Casa de Bichinho sempre cheia de filhos, netos e genros. (Acervo pessoal)



Alice dando mama para seu filho, 2 anos. Aída enrolando a linha de nylon para o marido e seu Bichinho atando rede para o pescador de Itaipu, Elias (Acervo pessoal).



Aniversário de Vânia, esposa de José Luiz em sua casa. Na foto, em destaque José Luiz almoçando e ao fundo Bichinho, com Patrícia e André, marido de Claudia (Acervo pessoal).



Alice com alguns dos filhos cuidando da casa da irmã em Itaipuaçu (Acervo pessoal).

Luciana, a filha de seu Bichinho é casada com Flávio e tem dois filhos, um de 9 e uma de 8. Ela é dona de casa e seu marido trabalha como fiscal, na área do comércio e também é pastor de Igreja Evangélica. Por conta do trabalho de fiscal, atualmente estão morando em João Pessoa, Paraíba. Enquanto isso, o casal está construindo uma casa em Itaipuaçu que Patrícia e Alice se incumbem de cuidar e limpar e José Luiz, Marcelo e Bichinho *ajudam* na construção. Em alguns períodos do ano, Luciana e sua família voltam para visitar e resolver algumas questões relativas a casa.

Durante a minha permanência na casa de seu Bichinho e Aída, percebia a rotina da casa. Sempre ao acordar, o que acontecia por volta das 8:30h, escutava o som da panela de pressão cozinhando o feijão do almoço, que costumava ser servido ao meio dia. Ao levantar-me, era comum não encontrar seu Bichinho, que costumava sair antes da 08:00h para Itaipu, de onde trazia pão para o café, peixe para o almoço, que costumava ganhar de pescadores, além de notícias sobre a pescaria. Nesse horário ele já estava *atando* a rede de um pescador de Itaipu, Eli, que lhe solicita e paga pelo serviço. Seu Bichinho gosta de fazer este serviço, porque segundo ele *entretece, e no mais, é um trocadinho*. Enquanto isso, Aída adianta o almoço, mas de vez em quando vai para praia de Itaipu trabalhar *limpando peixe*. Patrícia arruma a casa e cuida de Julia e da sobrinha Camilly de 2 anos. As crianças brincam até a hora de irem ao colégio. Na hora do almoço, costuma-se assistir televisão na sala, ou comer do lado de fora da casa, de baixo da sombra de uma árvore.

Os homens que ficam em casa, como seu Bichinho, pescador aposentado, e seu filho, com problema de saúde, cuidam do lado de fora da casa, que chamam de *terreiro*. Limpam os caminhos; cortam a grama; varrem e tiram as folhas. Cuidam também da água que é recolhida da chuva pelas calhas do telhado e precisa ser armazenada nos diversos galões e caixa d'água, ou em cisternas. Auxiliam também no cuidado com as crianças, na faxina mais pesada e na lavagem das roupas, já que não possuem máquina de lavar.



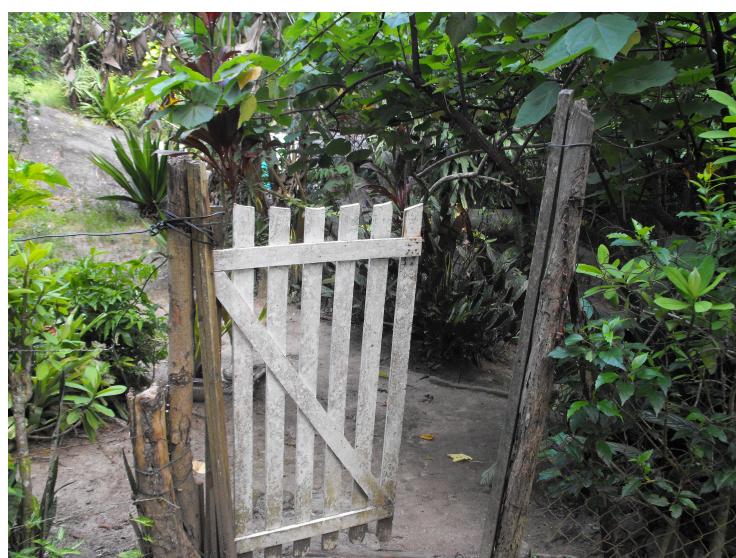
Pai e filho “ajudando” na faxina
(Acervo pessoal).

Gilberto, irmão mais novo de seu Bichinho, morava em uma casa no topo do Morro, junto com a esposa Maura e os filhos Gilberto e André, quando ambos eram solteiros. Na casa

ao lado morava o filho Henrique, casado com Beatriz. Gilberto decidiu morar um pouco mais abaixo e mudou-se para o início da subida do Morro e foi acompanhado pela esposa e pelos filhos. Na época, Henrique construiu uma casa ao lado do pai, na qual morou com a esposa, dois enteados e seus dois filhos pequenos, frutos dessa união. Ao longo dos anos, Gilberto e Maura se separaram e a ex-mulher construiu outra no mesmo terreno, somando-se no total três casas.

A antiga casa de Gilberto localizada no topo do Morro das Andorinhas está “em pé” até hoje, mas a de Henrique, não. A casa foi ocupada durante um tempo por um amigo de Gilberto, que segundo os relatos veio de fora e não tinha parente para acolhê-lo. Quando André, filho de Gilberto, casou, passou a ocupá-la. Atualmente, André é divorciado e mora com suas duas filhas, de 6 e 8 anos.

A casa de André possui cerca-viva com arame farpado e portão, o que também ocorre no terreno onde situam-se as casas de seu pai, mãe e irmãos. Uma interpretação para a presença de cercas e portões pode ser significativa na medida em que cria uma barreira inicial para o acesso. O *terreiro* se mostra regido pelas regras públicas, já que ninguém pode, em princípio, proibir alguém de nele circular, mas ele é também regido segundo os códigos da casa, já que ele é reconhecido como terreiro da casa à qual está ligado, e em caso de inimizade entre parentes e vizinhos, é preferível que um e outro campo mantenham distância desse espaço, de modo a evitar provocações e aborrecimentos. Isto ganhou sentido após uma frase que ouvi de um morador: *eles estão tudo brigado, fez até uma cerca para dividir*.



Portão e cerca da casa de André (Acervo Pessoal).



Casa de André (Acervo Pessoal).

Há quatro casas que os donos são filhos do primeiro e segundo casamento de Manoel e situam-se em torno da casa construída por Manoel. Entre estas há duas que não estão habitadas: uma antiga casa de pau-a-pique em precárias condições e outra de alvenaria sem o telhado (o caso discutido no capítulo anterior).

Adriano é filho do meio do casamento de Manoel e Nilda. Atualmente mora na casa construída por sua irmã Maria de Fátima quando se casou com Renato. As dificuldades de morar lá em cima, como a falta d'água e a subida íngreme teriam incentivado a saída dos recém-casados e Maria de Fátima fez um acordo com Adriano, que desde então, passou a ocupá-la. Adriano já exerceu a atividade da pesca e atualmente trabalha como pedreiro. Ele se casou e se divorciou duas vezes. Destas uniões resultaram quatro filhos, duas do primeiro, com 15 e 17 anos de idades, e um casal do segundo, com 6, 7 anos. Adriano não ficou com a guarda dos filhos, mas as filhas do primeiro casamento moram um pouco mais abaixo, ainda no Morro das Andorinhas junto com a mãe, enquanto os filhos do segundo casamento moram com a mãe no bairro vizinho a Itaipu e, eventualmente, ficam alguns dias no Morro.

A casa construída por Leonel é atualmente dividida em duas. Em uma parte, mora o José, o irmão mais velho com sua esposa, e na outra, Ricardo, o irmão mais novo. O irmão mais velho também já trabalhou na pesca na juventude e atualmente exerce a função de eletricista e presidente da Associação de Moradores. Sua esposa, no período da pesquisa, dividia as tarefas da casa com alguns *bicos*, como venda de congelados, digitação, revendadora de comésticos, etc.

O caçula, vive com a esposa há 7 anos e não tiveram filhos. A esposa tem duas filhas do casamento anterior, já casadas. Uma é mãe de uma menina de 2 anos e um recém-nascido, e a outra de um recém-nascido. Um dos recém-nascidos é afilhado do marido, que por conta desse apadrinhamento, a esposa disse que seu marido *estava todo bobo*. O outro recém-nascido é afilhado de Wanda, irmã de seu Bichinho. Ricardo atualmente é caseiro na região e sua esposa tem um trabalho fixo, como cozinheira em um quiosque na praia de Itaipu. Dois dos irmãos, apesar da proximidade, são brigados e não se falam.



Casa de Adriano, filho do segundo casamento de Manoel. (Acervo Pessoal)



Casa de José, filho do segundo casamento de Manoel. (Acervo pessoal).



Casa de Ricardo, filho caçula do segundo casamento de Manoel (Acervo pessoal).

Os casos verificados de briga de família, seja entre irmãos, seja entre marido e mulher, e/ou pais e filhos desconstroem a idéia da comunidade como uma unidade homogênea e sem conflitos, em que todos vivam em harmonia. Enquanto os diversos aparatos de controle social, como a vigilância sobre as ações um dos outros e a narração das ações e movimentações observadas tornam-se meios de disciplinar tais relações familiares, representadas idealmente com noções de união, solidariedade, confiança, de ordem, de hierarquia, e também de igualitarismo, entre outras. Portanto, a solidariedade e a igualdade que caracterizam tais comunidades, são indissociáveis de uma dimensão conflitiva, como dois lados de uma mesma moeda (Comerford, 2003).

A última casa no topo do Morro desenhada no mapa pertence à Wanda, irmã de seu Bichinho, filha do segundo casamento de Arsênio. A casa pertencia aos seus pais e esta lembrança torna a relação de pertencimento ainda mais forte.



Wanda e Flávio em frente de casa, ao lado a filha de Claudia, esposa de Ricardo, que está grávida. Wanda será a madrinha de seu bebê (Acervo Pessoal).



Wanda, irmã de Seu Bichinho em sua casa, cozinhando no fogão à lenha, na companhia de um dos seus inseparáveis animais de estimação. (Acervo pessoal)

Wanda é casada e tem três filhos; Paulo César, 37 e Adelino, 42 e Átila, 40. Wanda é dona de casa e seu marido Flávio é policial militar aposentado. O casal morou por uns anos nesta casa, quando dona Corina e seu Cecena ainda eram vivos. Flávio é filho único e quando casou recebeu o convite de seus pais para morar com eles no bairro do Jacaré, localizado na periferia da Região Oceânica. Flávio aceitou o convite e após a morte dos pais tornou-se o

dono oficial da casa, na qual mora até hoje. Os dois filhos do casal construíram suas casas perto dos pais, um do lado e outro em frente. Enquanto a filha Átila casou e saiu do Jacaré.

Wanda é o centro desta rede doméstica e costuma ocupar-se bastante nas tarefas domésticas, no cuidado com o marido, filhos, netos, além de criar cachorros, gato, coelho, galinha e plantas. Quando a visitei com seu Bichinho, achei interessante no quintal de sua casa, no Jacaré, ter uma Jaqueira enorme, oriunda de uma muda do Morro das Andorinhas. Esta, somada a tantas criações de animais, diversas crianças que circulavam entre as casas dos avós e a proximidade pessoal entre pais e filhos remeteram-me as sensações que vivenciei no Morro das Andorinhas.

Wanda e Flávio frequentemente estão na casa do Morro das Andorinhas. Nestes períodos, o casal costuma cuida da casa, providenciando uma pintura, limpando, cuidando das plantas e recebe muitas visitas dos filhos e netos. Todos demonstram muito carinho com a casa, que está diretamente ligada à memória de dona Corina. O que Marcellin (1996:106) interpreta como estatuto mítico da casa, presentes no imaginário daqueles que dela se separam há dez anos ou mais e a transforma numa matriz simbólica na qual nascem a coletividade familiar e os mitos de família.

A casa costuma ser bastante freqüentada, tanto pelos membros de sua rede doméstica quanto pelos demais familiares do Morro. A permanência da irmã de seu Bichinho no Morro das Andorinhas é dificultada pela demanda de cuidado com a sua rede doméstica, e por um problema de saúde nas articulações dos joelhos, que é um fato considerável, na medida em que é necessário realizar uma caminhada na trilha íngreme.

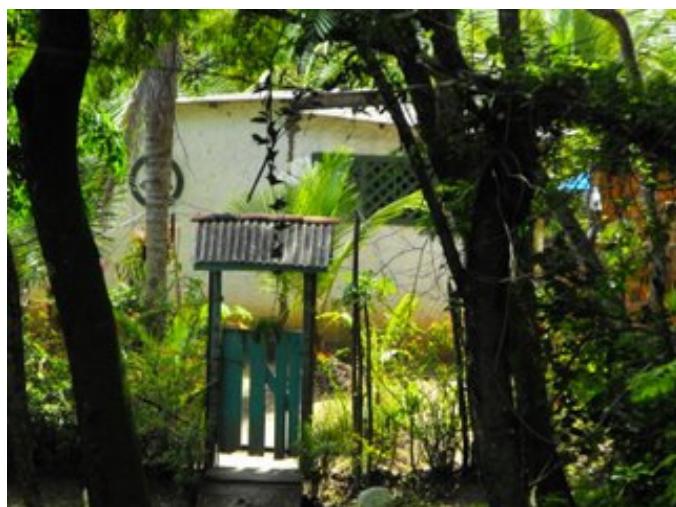


Wanda recebendo a visita de seu Bichinho e de sua filha Àtila. Ao fundo fotografia dos falecidos pais e do irmão que faleceu em um dia de pescaria. Na ausência da irmã, seu Bichinho cuida de sua casa (Acervo pessoal).



Churrasco de Domingo em comemoração aos dias dos Pais na casa de Wanda no Morro das Andorinhas. Ao lado de seu Bichinho está Wanda. Atrás dela está o seu filho e ao lado, Áida. Ao lado de Áida está Flávio, que por sua vez está ao lado do seu outro filho. No lado esquerdo deste filho, está a filha de Wanda abraçada com o marido. Abaixo deste casal está um policial militar que trabalhou junto com Flávio, que o considerava como pai. Este policial está acompanhado da filha adolescente e da mãe (chapéu à esquerda). Abaixo delas está a esposa de José. Ao lado da mãe do policial (chapéu) está a primeira esposa de um dos filhos de filho de Wanda. Abaixo de Wanda estão um dos filhos de Gilberto e Ricardo. Ao ver essa foto, a irmã de seu Bichinho disse que ficou arrepiada, pois lembrou de uma foto que foi tirada com seus pais e todas as crianças no mesmo lugar (Acervo pessoal).

Há outra casa no topo do Morro, que apesar de sua disposição espacial, não é vista como dentro da comunidade. Uma moradora se referiu a esta casa como o “Sítio de Fulano”, mesmo que tenha enfatizado o sentimento de “consideração” para com ele, conquistado pelos vinte anos de convivência enquanto vizinhos, isto não o caracteriza como pertencente à família. A configuração do “território de parentesco”, em certa medida, se assemelha à definição das “configurações de casas” propostas por Marcelin (1996), por ser a representação de uma disposição de posições articulando redes de relações, que se dá num território histórica e socialmente construído, e não leva em conta as divisões administrativas oficiais nem as divisões sociológicas clássicas do espaço.



Sítio do Fulano (Acervo pessoal).

3.1.1. A pesca artesanal, a roça e o trabalho em outras atividades

Na descrição da comunidade do Morro das Andorinhas enfatizou-se a vida doméstica, mas tornar mais claro o modo de vida do grupo buscarei detalhar a relação dos moradores e/ou familiares com o trabalho. A comunidade do topo do Morro das Andorinhas muitas vezes é identificada em diversos fóruns como uma “comunidade de pescadores artesanais” (Simon, 2003). Em primeiro lugar essa relação se dá pela pesca ter sido exercida por diversos parentes ao longo das gerações, como vimos no capítulo anterior. Atualmente alguns moradores continuam exercendo a atividade da pesca, enquanto uns deixaram de praticá-la em virtude de outra, e ainda há aqueles que não trabalharam na pesca. A justificativa para conjugação da pesca com outra

atividade ou mesmo de tê-la *deixado* é que *hoje em dia não dá para sobreviver da pesca como antigamente.*

Ao voltarmos para a realidade da Praia de Itaipu e da comunidade de pescadores artesanais podemos verificar que na maioria dos casos a pesca é conjugada com outros trabalhos. Como já ressaltado, diversas mudanças ocorreram em Itaipu com o advento da urbanização que influenciaram diretamente para a atual situação da pesca artesanal, como a remoção dos pescadores, o aumento da poluição no mar e na lagoa, e a disputa para os usos dos comerciantes de bares e banhistas, já que nos finais de semana e feriados o espaço da praia foi dominado por mesas e cadeiras. Junto a isso está a questão da competição desigual com a pesca industrial que busca em Itaipu iscas, assim como a falta de incentivos aos pescadores nas formas de armazenamento e beneficiamento do pescado, que promovem a maior dependência dos atravessadores.

Neste contexto, novos postos de trabalho surgiram na região em expansão e muitos pescadores passaram a recorrer a outras atividades para complementar a renda. Isto passou a ser uma estratégia para permanecer na pesca artesanal. Observei essa realidade na praia de Itaipu quando fiz a pesquisa de campo na graduação, nos anos de 2004 e 2005. Um pescava e tinha uma loja de móveis antigos, outro era técnico de futebol, havia um que era bombeiro, outro auxiliar de serviços gerais, etc. Nesse percurso uns migraram da pesca para outras atividades e não voltaram mais, já outros, voltavam somente nos tempos vagos, e alguns ainda, intercalavam, entre idas e vindas.

No Morro das Andorinhas, ouvi dois casos que me chamaram atenção: um membro *deixou* a pesca para trabalhar como eletricista e disse que por gostar de pescar, comprou um *caíco* que deixa na praia e pesca nas horas vagas. Outro disse que pescou por falta de alternativa, e hoje gosta de exercer a sua atual função de pedreiro. As diferentes funções exercidas por alguns membros da comunidade do Morro das Andorinhas dão margens a diferenciações econômicas que não existiam antigamente. Nos dias atuais as profissões dos moradores e/ou familiares são as seguintes:

Quadro de Profissões

REDE DOMÉSTICA	MEMBRO	ATIVIDADES PROFISSIONAIS
Bichinho	Bichinho	Aposentado. Pescador e também exerceu alguns trabalhos para complementar a renda, como: jardineiro, pedreiro.
	Marcelo (filho)	Trabalho na pesca na juventude e depois se empregou em uma loja de materiais de construções da região. Atualmente trabalha

		em quiosque na praia de Itaipu nos fins de semana.
	Carlos Augusto (genro)	Funcionário de uma casa de Assistência à Idosos no Rio de Janeiro.
	André (genro)	Pescador. Nascido e criado em Itaipu, pertence a uma família de pescadores.
	Claudia (filha)	Caixa em Farmácia do bairro de Itaipu.
	José Luis (filho)	Na juventude pescou e atualmente exerce a função de pedreiro.
	Flávio (genro)	É fiscal na área de comércio em João Pessoa, PB.
	Euclides (genro)	Trabalha como pedreiro.
	Alice (filha)	Trabalha como cozinheira em quiosque na Praia de Itaipu nas sextas e nos finais de semana.
Ermí	Ermí	Pescador de Itaipu.
	Marco (filho)	Mergulhador em Itaipu, guia ecológico e Guarda-Parque.
	Márcio (filho)	Trabalhou na pesca, e atualmente exerce a função de pedreiro. Pesca nas horas vagas.
	Paulo Roberto (genro)	Atua nas funções de pedreiro, eletricista, pintor, carpinteiro.
Wanda	Marido	Aposentado. Policial Militar.
	Adelino (filho)	Motorista de ônibus.
	Paulo César (filho)	“Motoboy”.
Gilberto	Gilberto	Trabalhou na pesca e empregou-se como segurança. Atualmente é jardineiro e pesca eventualmente.
	André (filho)	Servente de pedreiro.
	Henrique (filho)	Porteiro.
Manoel (falecido)	José (filho)	Exerceu a atividade da pesca em Itaipu, e atualmente é eletricista.
	Adriano (filho)	Exerceu a pesca em Itaipu, e atualmente atua como pedreiro, pintor e eletricista.
	Ricardo (filho)	Caseiro em Itaipu
	Claudia (Nora)	Trabalha em quiosque na praia de Itaipu como cozinheira todos os dias da semana.

As práticas destes outros ofícios não impedem que a pesca esteja presente no cotidiano e na forma de ser desta comunidade, seja nas memórias, nas expressões, nas notícias que circulam, nas lições de vida, no peixe ganho, na rede que se ata para um pescador, etc. Além disso, há que se considerar que ser pescador envolve conhecimentos e pertencimentos, construídos ao longo da vida. Ser considerado pescador subentende-se também compartilhar os saberes sobre os ventos, o mar, o tempo, os peixes, os pontos de pesca, as histórias das pescarias e os pescadores de Itaipu, além das relações com o lugar e de parentesco, vizinhança e amizade.

O vínculo dos moradores do Morro das Andorinhas com a pesca artesanal também é reforçado pela proximidade geográfica. Na praia de Itaipu atualizam as relações de amizade com pescadores, acompanham as notícias, participam da movimentação em Itaipu, onde vê-se canoas entrando e saindo do mar, atravessadores com suas barraquinhas na beira da praia, alguns pescadores consertando a rede, outros realizando o *leilão*, que é a negociação da venda do peixe em atacado aos atravessadores, que vendem no varejo em suas barraquinhas. É comum ver várias pessoas que apesar de não pescarem mais frequentarem assiduamente a praia, alguns por estarem em idades avançadas, outros por exercer funções que não permite mais a dedicação à pesca.

A partir dessa descrição sobre o modo de vida desta comunidade e suas particularidades constatou-se que a reciprocidade entre os membros que torna a comunidade possível, mas a forma como essa lógica da reciprocidade se expressa no cotidiano será tratada a seguir.

3.2. Uma Mão lava a Outra, e as Duas Enxugam o Rosto³⁸

Na realidade local para uma pessoa ser *respeitada* por todos os membros é necessário a prática de alguns deveres. Um deles é estar disposto/a em ajudar aos demais quando necessário, em especial quando se trata da sua própria rede doméstica, como também participar de algumas das atividades coletivas, como a festa junina ou o futebol, por exemplo.

Essas alianças podem ser enfraquecidas ou mesmo rompidas quando a ação de um indivíduo vise unicamente o seu interesse pessoal. Ou, se intrometer na vida alheia, fazer comentários íntimos na frente de outros; ser invasivo, ou seja, entrar na casa sem ser convidado e mexer nas coisas pessoais sem ter permissão/ intimidade necessária para isso. Estas regras locais se dão nos casos de um membro de uma rede doméstica se dirigir uma casa de outra rede doméstica. Aos membros de uma mesma rede doméstica, entretanto, o trânsito é livre, e não necessita dessa formalidade. Há também a regra local de não ser “baraqueira/o”, que seria a pessoa que gosta de arrumar confusão. O não cumprimento dessa regra também

³⁸ Uma das frases do vocabulário de seu Bichinho usada para expressar a importância da ajuda mútua.

pode gerar rompimentos, que pode ser desde uma ação isolada de uma pessoa que decide cortar as relações – como, por exemplo, falar somente o estritamente necessário ou mesmo não falar. Dependendo da situação, estas ações podem ser realizadas pela maioria dos membros que demonstram desacordo em relação ao comportamento. Preza-se a harmonia entre todos, mas a realidade às vezes expressa uma paz tensa, como diria Comerford (2003).

Entre as obrigações que podem manter as alianças destaca-se ser “simples”, em contraposição a ser “metido a rico”. Na percepção deles esta se aproxima da oposição humildade/soberba, arrogância. A essência desta regra local é manter os princípios igualitários, e não hierárquicos, de distinção. A idéia de que ninguém é melhor que ninguém, pois são todos iguais, dentro de suas diferenças e abaixo de Deus.

As alianças são reforçadas através de dádivas que não são livres, nem desinteressadas. São contraprestações, que mesmo feitas tendo em vista não apenas pagar serviços e coisas, têm o objetivo de manter uma aliança proveitosa e que não pode ser recusada. A recusa além de não ser de direito, também não é de interesse. Por outro lado, essa aliança possui ambigüidades, porque é através dessas dádivas que também se estabelece hierarquias. Dar é manifestar superioridade, *ser mais, estar mais alto*, aceitar sem retribuir ou sem retribuir mais, é subordinar-se, tornar-se cliente e servidos, *tornar-se pequeno, cair mais baixo*. As dádivas são, portanto, trocas a partir das quais se constroem relações e obrigações. Nesse sentido, estas trocas são dotadas de tensão por gerar tanto aliança, como ruptura. O que torna a coesão social sempre ambígua e frágil. (Mauss, 1974)

Entre os membros das configurações de casas a ajuda mútua estabelece circuitos de trocas de bens variados, por exemplo, troca de alimento; circulação de dinheiro; objetos rituais de família, serviços espirituais, outros serviços, e não se deixa conter no espaço físico da “comunidade”. Esta “troca de favores” se expressa de diversas formas, pode ser uma “ajuda” em alguma tarefa, o empréstimo de determinado objeto, alimento, ou mesmo uma doação. A “ajuda” em tarefa, doação e empréstimo se verifica em maior grau entre os membros de uma mesma rede doméstica, mas também ocorre de forma intensa entre as configurações de casa, que não se limita ao espaço físico do Morro das Andorinhas e nem às relações de parentesco estritamente, e se estende a amigos e afins.

Há uma relação direta entre o maior grau de proximidade, gerado pelo parentesco e convívio com a relação de dom e contradom. A título de análise poderia classificar a ajuda em cinco maneiras: a) ajuda de Deus; b) ajuda entre a rede doméstica; c) ajuda entre a configuração de casas; d) ajuda “extra familiar”; e) ajuda realizada fora de uma relação de amizade inicial; f) ajuda de instituições religiosas e governo.

Nestes diferentes tipos de ajuda, inclui-se a doação e o empréstimo. Em geral a doação é realizada sem esperar o retorno em igual medida e/ou em um tempo determinado. A idéia é que a doação é realizada sem esperar retorno do bem doado, pois na concepção local quem dará a retribuição é Deus e para isto a ajuda poderá vir de outra fonte que não esta necessariamente. A ajuda no plano espiritual também se expressa de algumas maneiras, como cultos em casa e orações em prol de algo ou alguém. O neto de seu Bichinho, por exemplo, estava doente em casa, com problemas respiratórios com certa gravidade. Ele recebeu a visita em sua casa de membros da igreja evangélica a qual pertence, a mesma que seu tio materno é diácono, para orarem a Deus pela sua melhora.

A doação entre os membros da rede doméstica é intensa e se expressa de diversas formas. A filha de Bichinho, por exemplo, precisou se mudar para outro estado com o marido e filhos. Deixou a casa sob os cuidados de sua irmã, e seu cachorro está sob os cuidados dos pais. A casa da filha está em obras, e de vez em quando o seu marido volta à Niterói para terminá-la aos poucos. Este, conta com a ajuda de seu Bichinho e dos seus filhos. Em contrapartida o genro (marido desta filha) oferece ajuda para contribuir com parte das despesas da casa do sogro.

A relação de doação entre a filha caçula de seu Bichinho e seu esposo com os pais e irmãos dela também é intensa. Como disse acima, a neta de seu Bichinho fica todos os dias da semana na casa de seu Bichinho, sob os cuidados da irmã. Na ocasião da troca dos telhados da casa da filha caçula, ela, o marido e a filha ficaram uns dias na casa de seu Bichinho. Entre alguns dos exemplos de doação que vivenciei, foi quando o marido desta filha (caçula), que é pescador, pediu ao sogro um pedaço de rede de pesca para emendar na sua rede que estava atando em sua casa. Em contrapartida, o genro costuma dar peixes ao sogro.

Além do genro, seu Bichinho costuma ganhar peixes de amigos pescadores. Quando comentei com seu Bichinho sobre isto, ele respondeu: *Eu também dei muito peixe. Eu não ia ficar rico com a pescaria. Às vezes eu não quero, e dizem, não, leva.* Os peixes entram no circuito de trocas, e através deles atualizam-se as alianças entre uma comunidade do Morro das Andorinhas e uma comunidade de Pescadores de Itaipu, integrando a primeira a segunda.



Seu Bichinho limpando em seu *terreiro* o peixe que ganhou de amigos pescadores na Praia de Itaipu (Acervo pessoal).



André pedindo emprestado um pedaço de rede para seu sogro. Filha caçula, mãe e neta observam (Acervo pessoal)



Neta ajudando o avô a atar a rede. No outro dia, a menina cobrou o avô a sua parte, já que ela o tinha *ajudado*. O avô respondeu brincando que ela deu mais trabalho do que ajuda (Acervo pessoal).

A ajuda também se dá intensamente entre os membros das configurações de casas que compõem a comunidade. A doação está no âmbito da cooperação, vivenciada na circulação constante de dons e contradons ao longo dos anos de intenso convívio. Um exemplo é a ocasião em que a filha de Bichinho estava com seu filho caçula com pneumonia e passou na casa do seu primo para pedir o remédio à esposa dele, que também tem filhos pequenos. Outro exemplo que presenciei foi quando a esposa de um dos filhos de Manoel pediu para assar um bolo no forno da casa de seu Bichinho, pois seu gás tinha acabado. Há também ofertas de doação que são recusadas, como a vez que uma moradora ofereceu doar os fubás que sobram todo mês da sua cesta básica para a moradora de outra rede doméstica, caso ela desejasse. Esta agradeceu, mas não quis.



Filha mais velha de seu Bichinho pedindo emprestado um remédio para seu filho à nora do filho caçula de seu pai, que mora na parte “baixa” do Morro das Andorinhas. (Acervo pessoal).

Além da doação, há também os empréstimos entre os membros da rede doméstica e também das configurações de casas. O empréstimo exige uma relação de confiança, já que um determinado bem ficará sob a responsabilidade de outro durante um determinado período e espera-se que retorne da mesma maneira. Há diversos objetos, desde panela, liquidificador, carvão, até mesmo dinheiro.

Uma nora (esposa do filho mais velho) de seu Bichinho emprestou o fogão para o sogro do neto de seu Bichinho, que mora na subida do Morro das Andorinhas. Na preparação do aniversário desse filho de seu Bichinho, a esposa dele ligou para a casa de seu sogro (Bichinho) para pedir de volta o seu fogão de pressão, para ajudar nos preparativos da festa do marido. Seu Bichinho comunicou ao seu neto, que mora na casa ao lado, que pedisse de volta ao seu sogro o fogão e entregasse na casa de seu tio, na praia de Itaipu.

No círculo das dádivas “extra familiar” há doações de diversos bens, inclusive peixes, plantas e sementes. Um amigo pescador pediu uns *caniços de pesca* (feito de bambu) para seu Bichinho. Ele queria pescar *olho de cão* próximo as ilhas do Pai, Mãe e Filha, em Itaipu. Fui com seu Bichinho na mata para pegar os caniços para seu amigo. Enquanto andávamos pelas trilhas, reparei que ele achava algumas sementes e guardava no bolso. Ao perguntar o que se tratava, explicou-me que era semente de mamona roxa e feijão branco. Guardava as sementes

para uma amiga bióloga, que o solicita para distribuir em outras comunidades. Percebi que as plantas são ganhas e dadas entre as pessoas que participam deste círculo social “extra-familiar”. As plantas, árvores, raízes, sementes, ervas, etc, são dádivas, remédios, e assuntos para conversas entre os atores sociais que conhecem profundamente o assunto ou apenas apreciam.

A ajuda “extra familiar” pode ser dada ou recebida. Seu Bichinho lembra que recebeu ajuda de amigos nos períodos que passava por momentos de dificuldade em relação a pescaria e não conseguia um *trocado* com atividades avulsas, como obra, cortar grama. Para criar os filhos, seu Bichinho lembra que vários amigos o ajudaram. Dentre estes, pessoas *de fora*, que não seriam seus iguais, como um amigo sócio de uma livraria, que garantia o material escolar dos filhos. Esse tipo de reciprocidade, para com os *de fora*, gera um tipo de dívida diferente para a parte que recebe, pois não pode ser retribuída da mesma forma.

Além de receber, este tipo de ajuda também era doada. Seu Bichinho lembra que ele, esposa e mãe *ajudavam* uma família que morava próximo ao Morro das Andorinhas. Esta família passava por muitas dificuldades financeiras, e eles costumavam dar comida, pão, peixe, leite, banana. Seu Bichinho finalizou esta história, parou de forma pensativa, e sinalizou a importância da ajuda mútua, com esta frase: *Você não sabe o dia de amanhã, hoje você está comendo e amanhã não sabe.*

Como ajuda de instituições religiosas e do governo verifica-se casos em que se acionam o auxílio institucional, como o benefício do Bolsa Família pelo Governo Federal, ou o serviço de assistência social de entidades religiosas, que doam leite em pó, roupas, brinquedos, remédios, etc.

Como exemplo de ajuda prestada fora de uma relação de parentesco ou amizade inicial poderia incluir a relação com o *pessoal da UFF*, demais pesquisadores, jornalistas, militantes, lideranças e políticos. Em geral estas relações se dão no âmbito da Associação de Moradores, ACOTMA. As relações interpessoais são travadas entre estes diversos atores sociais e determinados membros da comunidade que são mais atuantes, *os de frente*. É importante ressaltar que desde que se iniciou o conflito sócio-ambiental os moradores precisaram acionaram diversas pessoas para *ajudarem* na causa. Em relação às pessoas que contribuíram, os moradores sentem uma grande gratidão e neste caso não há como retribuir, ao menos da mesma forma.

Aos poucos pude perceber que a relação de familiarização não se dava somente comigo, mas com algumas das pessoas que assim como eu, conheceram os moradores por intermédio do conflito sócio-ambiental. Estas ao participarem das reuniões da Associação,

visitas e outros eventos passarem a conviver e entrar na relação de reciprocidade local. O que se expressa no comentário feito pela bióloga e amiga do grupo, enquanto conversávamos após uma reunião da associação: *o pessoal é muito família, se abre mesmo.*

Como vimos, a ajuda mútua entre membros das configurações de casas estabelece circuitos de trocas de bens variados, e a seção seguinte será destacado a circulação de crianças.

3.3. *Minha família do Morrão*

A circulação de crianças se apresenta como parte dos deveres e direitos compartilhados pelos que são “de casa” – entre pais-avós e filhos-pais, mas também se estende entre a rede doméstica. Comerford (2003) observou em seu campo que o cuidado com as crianças varia em intensidade e forma, desde uma obrigação de “olhar” para um familiar até o grau mais avançado de dedicação, tornando-a parte da família, ao ser considerado/a como “filho/a de criação”.

Assim como o autor, tive a oportunidade de verificar essa distinção de intensidade e forma entre os membros da comunidade do Morro das Andorinhas. De maneira geral, poderia classificar três tipos de circulação de crianças. A primeira seria a obrigação de “olhar” uma criança por um tempo curto. Este tipo pode ser verificado quando há a necessidade de uma breve ausência do responsável, como uma ida ao mercado, ou ao posto de saúde, por exemplo.

Outro tipo seria de “tomar conta”. Este seria o cuidado de uma criança por um intervalo maior e com certa freqüência, como por exemplo, durante a jornada de trabalho do responsável. Neste caso é muito comum as filhas ajudarem as mães no cuidado dos irmãos menores, assim como as irmãs se entreajudarem no cuidado dos filhos, e os avôs cuidarem dos netos.



Netos brincando no *terreiro* de seu Bichinho, sob os cuidados de sua esposa e filha
(Acervo pessoal).



Da direita para a esquerda, seu Bichinho, ao lado de sua filha Patrícia, que segura em seu colo a sobrinha (filha de Cláudia, sua irmã caçula). Esta sobrinha fica sob seus cuidados durante a semana, no horário do expediente da irmã que trabalha fora, e no final do dia a mãe assume novamente os cuidados. Ao lado de Patrícia está Cláudia, a esposa de Ricardo, filho de Manoel. Ela está abraçada com Wanda e segura em seu colo sua neta mais velha, que eventualmente fica sob seus cuidados quando a filha precisa se ausentar por curtos períodos de tempo. Em seguida está Aída e Átila que visita a mãe Wanda (Acervo pessoal).

Este segundo tipo verifica-se também entre pessoas de “fora” da família, como vizinhos, por exemplo, que precisam deixar a criança enquanto trabalham. Em geral, estes casos ocorrem de forma temporária, e se verificam mais em situações com a separação dos pais, pois a mãe precisa trabalhar e deixar o filho sob os cuidados de “alguém de confiança”. Em alguns casos este segundo tipo pode desdobrar-se em um grau mais avançado de cuidado,

quando quem cuida cumpre o papel de mãe – de dar amor, atenção, dedicação, etc, e a criança torna-se parte da família.

Fonseca (2004) observa que para muitas pessoas, cuidar de uma criança é um assunto que não se limita à mãe, nem ao casal. Mobiliza uma rede de adultos que se estende para além do próprio grupo de parentesco. Por vezes, o deslocamento da criança é motivado por uma situação de crise - divórcio de pais ou falecimento de um tutor - mas não faltam exemplos em que esta circulação parece plenamente voluntária. Por isso, a pesquisadora ressaltou que apesar do ditado "Mãe é uma só", de fato, muitas pessoas chamam mais de uma mulher por este título.

Este é o caso de uma das filhas de seu Bichinho. Ela tomou conta de uma criança, que era prima de segundo grau de seu marido. A menina ficava diariamente com ela e ao final do dia, a mãe a buscava. Fez isto até ter idade para colocá-la na creche. Outro caso foi uma criança, filha de uma moradora da subida do Morro das Andorinhas. A mãe, quando se separou, deixou a filha durante dois meses seguidos com a filha de Bichinho. Só a pegou de volta, quando reatou o relacionamento com o marido.

Uma destas crianças ficou três anos diretos com a filha de Bichinho. Segundo ele, a mãe da criança era *meio amalucada* e só a pegou de volta depois que *arrumou marido*. Seu Bichinho lembrou que uma vez no mercado, a mãe desta menina, disse: *olha lá seu avô!* Aí a menina saiu correndo para abraçá-lo, e até hoje o chama de *vovô*.

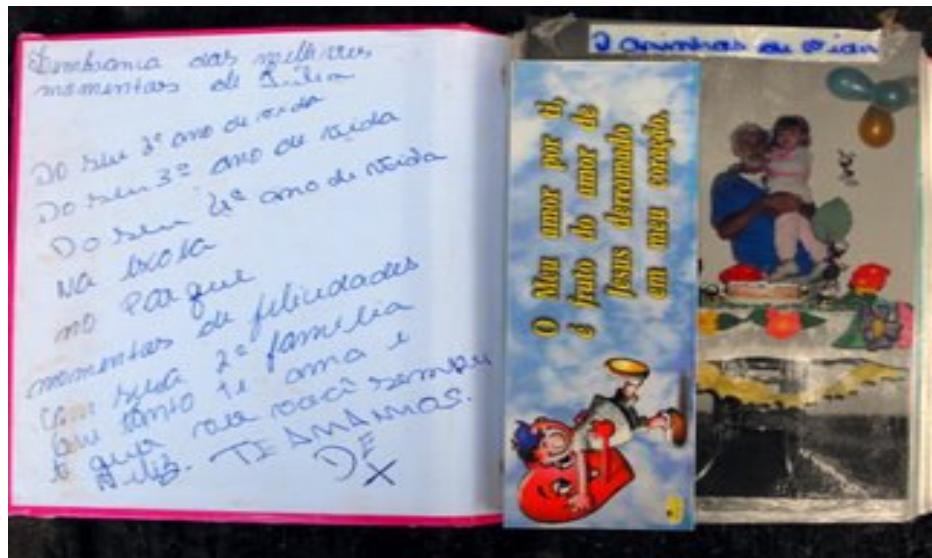
Entre estes casos, destaca-se o de Julia. A primeira vez que a filha de Bichinho falou comigo foi para mostrar sua foto. Parou de varrer a casa e “puxou” conversa comigo mostrando a fotografia: *essa é a minha filha*. Eu fiz algumas observações sobre a beleza da menina, e ela comentou: *Não é de barriga não*. Seu Bichinho interrompeu a conversa, dizendo: *é do coração*.



Mãe Patrícia cuidando da mão de sua filha Julia e *vô* atando rede para o pescador de Itaipu e seu amigo Eli (Acervo pessoal).

A filha de Bichinho e o marido “criam” Julia há sete anos, desde seus três meses de idade. A menina mantém contato com a mãe biológica, Íris, apenas nos finais de semana. Durante toda a semana fica sob os cuidados dos que ela denomina: “*Minha família do Morro*”. O que me fez pensar a importância da convivência do dia-a-dia na casa, os “papéis” representados por pai, mãe, avô, avó, primo, etc, e a referência ao Morro das Andorinhas. Como na fala de seu *vô*:

Pegar uma criança com três meses e ficar com a idade que tá agora que é sete anos, criada com a gente, pode considerar como neta, ainda mais ela que é muito apegada a gente. Ela pode ter mãe, pode ter pai, pra ela Patrícia vai ser a mãe pra ela, a vida toda a mãe dela é Patrícia. Pra mim, eu trato ela igual eu trato as minhas netas, pra mim ela faz parte da minha família, faz parte dos meus netos, eu gosto tanto dela como gosto dos meus netos. E ela adora a gente, você vê como ela trata a gente. Eu principalmente. É o que eu falei pra ela “o que tiver no meu alcance e eu puder fazer.... É a mesma coisa que eu fazer pros meus netos (Seu Bichinho).



Álbum de fotos dos aniversários de Julia, desde 1 até 6 anos. Patrícia escreveu na contra-capa: "Lembrança dos melhores momentos de Julia*. Do seu 1º ano de vida, do seu 2º ano de vida, do seu 3º ano de vida, na escola, no Parque. Momentos de felicidades com sua segunda família que tanto te ama e quer ver você sempre feliz. Te amamos demais."



Julia comemorou todos seus aniversários na sala da casa do vô Bichinho, onde mora. Nesta foto, a menina, no seu aniversário de 6 anos, dá o primeiro pedaco do bolo para mãe Patrícia (Acervo Patrícia).

Quando estava no trabalho de campo dormia no quarto de Julia, e lá havia muitos brinquedos, roupas, sapatos e fotos dela. Em uma noite, Patrícia acompanhada de Julia ficou um pouco comigo no quarto e me mostrou um dos álbuns de fotos de Julia. Patrícia comentou que a menina *puxou* os traços da mãe Íris, mas Julia respondeu prontamente: *puxei tudo da mãe Patrícia*. Patrícia e o marido estão casados há 15 anos, e atualmente Patrícia espera um

bebê e enfatizou durante uma conversa que o mesmo amor que tem pelo seu filho na barriga, tem por Julia. A familiarização de Julia como filha, faz com que Patrícia destine o dinheiro que a mãe Íris paga, para os gastos da própria menina. Patrícia fala que o dinheiro é uma *ajuda simbólica*.

Esse caso me fez lembrar o trabalho de Carsten realizado sob uma comunidade de pescadores em Langkawi, no qual observa que o parentesco precisa ser entendido em termos processuais, pois os laços de procriação não são somente através do nascimento, mas talvez o mais importante seria também adquiridos durante toda a vida por viver junto em uma casa e partilhar a comida. A autora chama as atividades da “vida cotidiana” realizadas em especial pelas mulheres de “processo de parentesco” – que é se alimentar, hospitalidade, casamentos, crianças, adoções – todos os modos nos quais uma pessoa Malay da Ilha torna-se parente (Carsten, 1997).

A relação entre Julia e sua *segunda família* se constrói também nas atividades cotidianas de comer, brincar e dormir juntos. Fazendo uso de Fonseca (2004), este aspecto - relacional - da identidade individual está impresso no próprio vocabulário que descreve a circulação de crianças. "A adoção", palavra freqüentemente usada pelos brasileiros da classe média, não é uma palavra corrente entre os habitantes dos bairros populares. (Sem dúvida ela seria compreendida, mas não aparece espontaneamente nas conversações). Nestes bairros, a idéia da colocação não surge como instituição abstrata tal qual o casamento ou a família. Não se expressa sob a forma de substantivo. (Os termos "pais de criação" ou "filho de criação" existem, mas são raramente empregados). Expressa-se antes por variantes do verbo "criar" : "o menino que eu criei", "a mãe que me criou". A distinção é significativa, pois, lingüisticamente, a ênfase éposta na relação mais do que no indivíduo isolado.

Esses casos, e em especial o de Julia, leva-me a concordar com a hipótese levantada por Fonseca (2004) que, tal como em muitas outras sociedades, o parentesco aqui não se limita ao aspecto biológico, elemento imanente no indivíduo, mas é algo que se nutre na relação social ao longo da vida.

Há outras situações que poderia relatar sobre esse grau mais intenso de cuidado dedicado à criança. Há casos que a criança é da família, mas passa a ser *criada* por outro membro que não a sua mãe biológica. Wanda, por exemplo, fala com um sorriso no rosto e um ar de satisfação: *Eu adoro criar (...) Aqui e na casa da minha mãe, vivia cheia. Eu adoro casa cheia.* Ela passou a *criar* a neta depois que seu filho se separou, *criou* também o irmão do seu marido por parte de pai e uma prima. Ela conta que costuma *ajudar* os familiares em diversas situações, seja na doença, ou outras dificuldades, como tomar conta de crianças, etc.

Wanda *ajudou* a mãe nos cuidados com a casa, com os irmãos, com a roça e criações. Coube a ela também cuidar da mãe, quando esta ficou viúva até a sua morte.

Durante as conversas com alguns moradores observei que a mãe de Bichinho, por sua vez, é lembrada como vó, mesmo que seja por *consideração* por ela ter desempenhado esse papel. Além de *vó de consideração*, a mãe de seu Bichinho também passou a *tomar conta* de uma sobrinha, quando a sua mãe biológica faleceu. A menina, Dina, foi *criada* pela mãe de Bichinho até se casar com um dos sobrinhos de Arsênio. Da união entre Dina e o sobrinho de Arsênio, nasceu Margarida. Com o fim do casamento de Dina, Margarida foi deixada aos cuidados de dona Corina.

Seu Bichinho sempre comenta que a sua casa parecia uma creche. Fora os seus seis filhos, ele e sua esposa também tiveram *filhos de criação*. Estes eram filhos de amigos de Itaipu. No trabalho de campo tive a oportunidade de participar do aniversário de seu Bichinho no ano de 2010. No churrasco de comemoração, me chamou a atenção uma pessoa que ainda não tinha visto, nem ouvido falar, chamando seu Bichinho de pai. Ao conversar com ele sobre isso, me disse: *Fui criado aqui em cima. Aqui é uma terra santa. Eles são minha família. Sempre me ajudaram, nunca me negaram. Amo essas crianças. Para mim é minha família.*



Seu Bichinho e seus filhos comemorando seu aniversário no terreiro de sua casa. No seu lado direito, um dos “filhos de consideração” e nas extremidades os “filhos de barriga” Marcelo e José Luiz (Acervo pessoal).

Além destes filhos, há alguns que *consideram muito* a esposa de seu Bichinho por ela ter lhe dado de mamar, como uma das filhas do irmão caçula de Bichinho. Considera-se o leite materno como uma substância de tremenda importância simbólica - que, ao formar

fisicamente o corpo do bebê, transmite um pertencimento social (Héritier, 1992 apud Fonseca, 2004). O filho mais velho de Manoel e Nilda também teve como *mãe de leite* uma tia, que na época era esposa de um irmão de seu Bichinho. Esse laço foi fortalecido ainda mais quando a criança tornou-se afilhado. Apesar do fim do casamento dos tios, e da constituição de uma nova família pela parte da tia, até hoje madrinha-mãe de leite/afilhado travam relações de família. O filho de Manoel comentou: *ela até teve um enfarte esses dias, mas já está bem. Ele tem uns 60 anos. Ela separou, foi ter outra família, outros filhos com outro casamento. Eu tenho até que ir visitá-la.*

Neste capítulo o esforço em compreender o esquema organizativo deste grupo familiar revelou alguns de seus fundamentos: a) as relações baseadas na reciprocidade, na ajuda mútua que mantém os laços; b) as brigas e demais conflitos são pressupostos destas relações sociais; c) a família não se limita única e exclusivamente ao Morro, nem as relações de descendência; d) o sentimento de pertencimento à comunidade de pescadores de Itaipu; e) a familiaridade com a vegetação do Morro.

No cotidiano do Sítio cultivou-se o “ethos” de cuidar. Muitos dos valores de solidariedade e cuidados compartilhados entre os membros desta comunidade também estendem-se a este espaço, que enquanto para uns é a natureza, para os moradores é a sua casa. Nesse modo de habitar, o cuidado com uma criança ou com um vizinho, não difere do cuidado com uma planta e foi essa relação que possibilitou o lugar de moradia se tornar em um lugar de preservação.

4. CAPÍTULO III: QUANDO A FAMÍLIA VIRA ASSOCIAÇÃO DE MORADORES

O objetivo deste capítulo é analisar como esses atores sociais compreendem e experimentam as práticas relacionadas à questão pública ambiental. É importante salientar que o corte aqui empreendido se dá em virtude de uma opção analítica, já que tais práticas se integram ao cotidiano e a lógica da reciprocidade dos moradores e/ou familiares. O capítulo organiza-se em duas partes principais: a primeira trata do histórico da formação da Associação da Comunidade Tradicional do Morro das Andorinhas (ACOTMA). O período analisado abrange dois eventos com sentidos opostos: a demolição da casa centenária que culmina na fundação da entidade, em 2003; e a homenagem de seu Bichinho com a mais alta condecoração concedida pela ALERJ, em 2007. A segunda parte do capítulo analisa a Associação de Moradores pelo seu nível mais íntimo, a família e o cotidiano³⁹. É importante ressaltar que esta seção não tem o intuito de realizar uma avaliação ou diagnóstico da associação em si. Antes, busca compreendê-la como mais um dos vários vínculos simultâneos existentes entre os membros dessa comunidade. Parte-se da perspectiva de que os cargos e responsabilidades para com a Associação somam-se às relações de parentesco e vizinhança até então existentes e geram uma relação muito singular.

4.1. *A Casa Se Foi, Mas a Nossa Luta Não*

A história da demolição da casa começou quando os moradores do topo do Morro tomaram ciência de uma das reuniões da Comissão de Estudos do Limites do Parque através de uma liderança dos pescadores de Itaipu, o presidente da Associação Livre de Pescadores e Amigos de Itaipu – ALPAPI. Esta liderança, conhecido como “Seu Chico”, também não participava da Comissão, mas soube que seria discutida a anexação do Morro. Os moradores compareceram a reunião junto com “seu Chico” e foram informados que seria necessário

³⁹ A análise da Associação de Moradores inspira-se na perspectiva de Comerford (2003). O autor percebe o mundo da política através da dimensão pública, e não estritamente na “esfera pública”. A dimensão pública e as modalidades de controle social e poder que lhe são solidárias têm suas próprias classificações, hierarquias, e dinâmicas, e as diferenças das condições de respeitabilidade são também diferenças de condição de participação nessa dimensão pública. Ao adotar esta perspectiva na realidade específica de sua pesquisa, o autor constatou que o “povo” se encontrava ativamente envolvido.

cumprir uma suposta decisão judicial que requeria a demolição das casas do topo do Morro das Andorinhas⁴⁰.

A liderança da ALPAPI solicitou ajuda aos antropólogos do NUFEP – UFF. Uma das áreas de pesquisa do núcleo é a administração dos chamados conflitos ambientais envolvendo os pescadores de beira de praia, instituições do Estado e outros atores que participam das disputas por recursos naturais e pelo controle material e simbólico do espaço público. Esta liderança conheceu o antropólogo antes de ser coordenador do núcleo, quando realizou sua etnografia sobre os pescadores da praia de Itaipu na década de 1970.

O primeiro contato entre os moradores do Morro e os membros do NUFEP foi rápido, mas logo iniciaram-se as inúmeras reuniões na universidade. Estes encontros contavam com a presença do representante da ALPAPI, de uma advogada que assessorava o Núcleo e passou a representar os moradores juridicamente, e a equipe de antropólogos responsáveis pelo trabalho de campo. Esta equipe inicialmente foi composta por Andrea Morelli Mendes, Joana Saraiva e Fabio Reis Mota, era coordenada pelos antropólogos Ronaldo Lobão e Roberto Kant de Lima. Os trabalhos desenvolvidos pela equipe do NUFEP de levantamentos das informações dos moradores, documentos, genealogia, etc. além dos efeitos jurídicos e políticos, culminaram em diversas publicações acadêmicas (Mendes, 2004; Lobão, 2006; Mota, 2006; Maranhão, 2007).

Os moradores da comunidade do Morro das Andorinhas se opuseram à demolição da casa que o Promotor havia escolhido demolir, uma de alvenaria em construção. Como alternativa, o Promotor então propôs destruir uma casa centenária erguida no local (Mota, 2009: 154 - 155). A demolição foi uma atitude arbitrária, fruto do abuso de poder do Promotor que não tinha respaldo legal para empreender tal feito. Este ato é compreendido pelos moradores como uma *tragédia, desrespeito, injustiça*.

É difícil dimensionar a importância simbólica por detrás desta casa demolida, apenas apontar que nela seu Bichinho viveu aproximadamente 40 anos. Antes dele, a casa abrigou o seu tio Manoel com a esposa Nilda, e ainda mais atrás, no *tempo do velho*, o tio Meco, com esposa e filhos. Nas narrativas, explicita-se o sentimento dos moradores de que não foi somente a casa que caiu, mas também eles se sentiram demolidos, ou usando as palavras de seu Bichinho: *completamente naufragados*. A fala de José também enfatiza a dificuldade de *se levantar e se erguer novamente*.

⁴⁰ Mais detalhes ver Mendes, 2004; Lobão, 2006; Maranhão, 2007, Mota, 2009.

Quando veio as denúncias que a gente estava desmatando, que estava agredindo o meio ambiente (...) o promotor e todo esse pessoal da prefeitura derrubaram a casinha todinha (...) Ah, pra gente foi um transtorno né. Viver a vida toda de baixo daquele barraco e ver demolir assim não é brincadeira não. (...) Eu senti completamente naufragado, vê fazer aquilo, eles não podiam fazer aquilo de maneira nenhuma (Seu Bichinho).

Acho que de toda essa luta, o momento mais difícil, eu ainda vejo, era só em pensar que o promotor ia, e na nossa cabeça a gente pensava que ele ia tomar todas as casas. Esse foi um momento muito difícil para gente. Quando a gente vê uma casa numa estrutura daquela, uma casa centenária daquela, baixinha, e que eu nasci dentro dela, que os filhos de seu Bichinho nasceram dentro dela, sendo derrubada por um promotor. Realmente eu não consigo entender, como a formação de um promotor de justiça, não vê uma casa como centenária, mas como um risco de a casa cair por cima. Aquilo foi um momento muito difícil para gente. Naquele momento, causou um desânimo e uma fraqueza muito grande. Para a gente poder se levantar e se erguer não foi fácil. Foi muito difícil. Na época foi uma choradeira danada, todo mundo chorou ali. Causou uma tristeza para a gente ali. Até a gente abrir os olhos de novo, colocar a nossa cabeça para cima e dizer assim, caiu uma, mas não vai cair o resto! De maneia nenhuma, vamos lutar e não deixar mais cair casa nenhuma. Acho que aquele momento foi um momento muito difícil para a gente se levantar. Naquele momento abalou demais, jamais podia pensar em um negócio desse (José, presidente da Associação).



Funcionários da Prefeitura demoliram casa construída há mais de cem anos

No dia seguinte da demolição, a foto aparece na capa do Jornal O Fluminense
(fonte: Jornal O Fluminense de 13/08/2001 apud Mendes, 2004).

A demolição é considerada como um dos momentos *mais difícil* de suas vidas e foi um marco na história da família no Morro das Andorinhas, já que foi uma ação que atingiu todos os que estavam a ela relacionada. A demolição da casa desencadeia uma ação: a formação da Associação da Comunidade Tradicional do Morro das Andorinhas – ACOTMA. A principal

motivação da formação desta entidade, portanto, foi evitar a desocupação da área e a demolição das demais casas. Daí fundamenta-se a ideia de que a Associação promoveu a união em prol da defesa coletiva.

Outro ponto é que esta ação - a demolição – por ensejar o desenvolvimento da Associação de Moradores, dá novos significados à família, como era entendida e vivida no decorrer de suas histórias. Nesse sentido a demolição marca a história da família do Morro das Andorinhas. Este capítulo tenta responder em que medida esse evento interfere no esquema organizativo familiar até então conhecido e vivido. Como esses familiares vivem a Associação de Moradores?

A Associação de Moradores foi fundada em 05 de outubro de 2002, conforme registra Mendes (2004). No dia da fundação realizou-se uma assembleia na Praça dos Balanços com a presença desta pesquisadora, de todos os moradores, o advogado do NUPEP, uma moradora⁴¹ de Itaipu e seu marido, pescador em Itaipu, ambos conhecidos de José (filho de Manoel). Mendes (2004) descreve que os moradores se reuniram para o início da cerimônia de fundação da Associação e que foi José quem iniciou o discurso: *Estamos aqui reunidos para a gente montar a nossa Associação, nós vamos eleger a nossa chapa, entendeu? Presidente, vice presidente, primeiro secretário, tesoureiro, conselho fiscal.....*

Segundo a pesquisadora, o discurso de José foi interrompido pelo advogado que ressaltou a importância de explicitar a todos os presentes, os motivos da formação da Associação. O mesmo prosseguiu fazendo um mapeamento da questão política que envolvia aquela fundação. No final, todos assinaram a ata e bateram palmas para a Associação dos Moradores. Como de costume, foi assado um peixe para comemorar o ato.

Nesta ata da fundação consta como atribuições básicas da Associação: garantir a permanência do grupo no Morro das Andorinhas; incentivar e contribuir para qualquer atividade que possa acrescer a Associação dados humanos, culturais, sociais, ecológicos, econômicos, assim como pleitear melhoramentos para a comunidade de forma a preservá-la, sempre, de qualquer instrumento que a descaracteriza, conjugar todos no sentido da conservação das famílias residentes no Morro com seus valores, atribuições e obrigações cíveis, assim como reivindicações de seus direitos (Mendes, 2004).

Desde o início até os dias atuais, o grupo de moradores conta com a assessoria dos antropólogos e advogados vinculados ao NUPEP-UFF na formação da Associação, realização da ata de fundação, demais procedimentos administrativo-burocráticos, jurídicos e

⁴¹Eliana Leite foi organizadora da primeira publicação sobre os moradores. Este que foi lançado em 2003 tem a frase da irmã de seu Bichinho como título - “Morar lá em cima é tudo”.

antropológicos. O comprometimento destes pesquisadores não se explica somente por seus interesses pela temática, mas com a própria compreensão de que possuem sobre seus trabalhos enquanto antropólogos, como se expressa neste trecho da tese de um dos pesquisadores: “interagir com o grupo no sentido de que ao tomar contato com a legislação e as ideologias que estavam sendo acionadas, compreendessem o que lhes estavam acontecendo. Assim, poderiam tornar-se sujeitos ativos do processo” (Lobão, 2006:170).

Segundo Conceição e Maneshy (2003), a constituição desses coletivos como sujeitos políticos através de Associações de Moradores é uma condição *sine qua non* para sua participação ativa no debate sobre conservação dos recursos e sustentabilidade. Há inúmeras experiências de constituição de “associações” nas unidades de conservação, em geral de uso sustentável e com destaque para as ocupações na vasta região amazônica. Há “associações” de grupos de pequenos agricultores, pescadores, ribeirinhos, ou extrativistas, que podem assumir denominações variadas. Entretanto, o desafio existente nos paradigmas do desenvolvimento sustentável é obter, por parte dos moradores as condições de se posicionarem no cenário como sujeitos⁴².

A questão ambiental da preservação ambiental do Morro das Andorinhas fundamentou-se na tentativa de impedir os avanços da especulação imobiliária sobre a vegetação de Mata Atlântica restante. Para tentar conter o capital especulativo, militantes ambientalistas açãoaram a legislação ambiental. O objetivo era garantir o acesso público a espaços que estavam sendo rapidamente privatizados pela expansão imobiliária, o que mostra como os valores conservacionistas puderam se combinar e se associar aos movimentos de ecologia política dos anos 80/90 focados na qualidade de vida urbana. Neste período não havia entre os militantes ambientais uma reflexão clara sobre as populações estabelecidas naquele território, uma vez que a luta contra os “grandes” monopolizava o foco das ações (Fernandez, 2009).

Na luta contra o capital especulativo os mais afetados foram os moradores do Morro das Andorinhas, que tiveram uma das casas centenárias demolidas sob a justificativa de caracterizar um “processo contínuo de favelização”. Os moradores do Morro das Andorinhas buscavam subverter as representações estigmatizantes e ser reconhecidos como sujeitos de direitos a partir da apropriação do debate ambiental. Os principais argumentos dos moradores passou a ser a importância da presença deles e de seus antepassados na proteção das

⁴² Nas diversas experiências provenientes da Amazônia, os indígenas, extrativistas, pescadores, ribeirinhos e diversos grupos de pequenos agricultores – designados pelos termos populações tradicionais – antes excluídos, passaram a ser merecedores de um novo olhar e de novas políticas. Estes são chamados a desempenhar um novo papel (Conceição e Maneshy, 2003).

fronteiras. Além do cuidado empreendido com lugar no combate a incêndios, na realização de reflorestamentos, na construção de infra-estrutura, que inclusive passou a ser compartilhada pelos visitantes como atrativos turísticos - as trilhas, mesas, cadeiras, balanços, e etc.

Quando a gente veio pra aqui, não tinha quase morador nenhum aqui. Quem ficou segurando a peteca aqui? Foi nós que ficamos segurando a peteca aqui até hoje. Se nós não tivéssemos segurando essa peteca aqui, morando aqui, ou já tinha virado uma favela ou o Morro já não existia mais, o mato já tinha tomado. Nós sempre preservando, sempre preservando (Seu Bichinho).

Se por um lado, os moradores resistem às imposições legais, através de seus recursos disponíveis, de outro, eles têm compreensão que precisam se apropriar dos argumentos legais para reelaborar a definição dominante de si mesmos, através da supressão do conjunto de valores que o estigmatizam, e reapropriá-la de acordo com seus interesses (Bourdieu, 2006, p.124). Acionar a dimensão ambiental significa uma tentativa de ter seus interesses legitimados pela nova gramática dos direitos sociais de populações até então invisíveis e alijadas de processos decisórios sobre assuntos que lhes dizem respeito, que a partir disso, passam a se apropriar das questões, da linguagem e da argumentação ambiental para engrandecerem-se em conflitos (Leite Lopes et al, 2004).

A Associação da Comunidade Tradicional do Morro das Andorinhas foi criada em 2002, dois anos depois da vigência da lei do Sistema Nacional de Unidade de Conservação – SNUC. Ao acionar o termo *comunidade tradicional* os moradores se apropriam de argumentos legais no intuito de se distinguir da classificação de *invasor* ou *favela*. A formação da Associação inseriu o grupo de moradores do Morro das Andorinhas em uma questão maior – a dos grupos que se auto-atribuem enquanto “populações tradicionais”, que na conjuntura local sofrem risco de expulsão, seja pela preservação ambiental, seja pela especulação imobiliária.

A associação veio para a gente se unir, para a gente ter uma representação, para a gente poder se defender melhor, lutar pelos nossos direitos, essas coisas todas. Para a gente poder ter voz em algumas reuniões. Porque a gente não tinha voz, não tinha como a gente ser representado, então a gente não tinha voz. (...) a gente começou entrar em evidência com esse negócio do promotor de justiça, que causou a derrubada da casa, a chegada da fundação da ACOTMA, da Associação da Comunidade Tradicional, eu acho que foi um momento muito bom, a gente ficou mais unido, a gente já era uma família unida, sempre acontecia alguma coisa ia todo junto. Mas a gente começou a ter uma direção, quando a gente fundou a ACOTMA, eles já respeitavam mais a gente. Porque eles já chamavam para a reunião, os tradicionais. A gente começou a ter um

olhar mais diferente. Eles já paravam, cumprimentava a gente, a gente passou a ser olhado de maneira que tem uma organização montada, que já tem uma estrutura (...) Quando a gente chegava já se representando eles já não falavam nada. Quem tem que falar é o presidente da ACOTMA. Eles já não falavam pela ACOTMA, aí começou mais a nós falarmos mais sobre a ACOTMA (José).

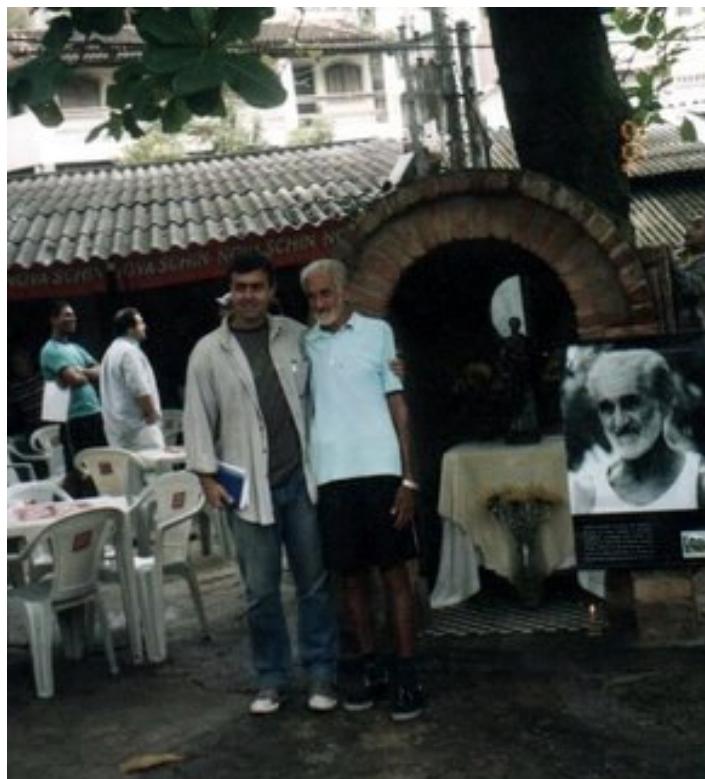
A noção de ‘tradicional’ neste caso, não se reduz somente ao tempo em que o grupo vive em determinado território, mas também, a todo o contexto envolvido na mobilização política, assinalando que as unidades sociais em jogo podem ser interpretadas como unidade de mobilização (Almeida, 2004). Este trabalho de mobilização envolveu a participação em diversos fóruns de discussões locais, reuniões, visitas de pesquisadores, entrevistas, reportagens de jornais, idas a gabinetes, a cartórios, a Defensoria Pública, etc. Como disse seu Bichinho: *A gente foi se divulgando, ou fomos fazendo esses papéis que estamos fazendo, vai para um lado, vai para outro.* Tais ações em prol de uma visibilidade pública se distanciavam completamente do que os moradores do Morro eram acostumados, já que não faz parte de suas trajetórias, história, cultura (Lobão, 2006).

Essas articulações e mobilizações resultaram, cinco anos depois da demolição da casa, em evento com significado oposto: o reconhecimento. Este evento foi a homenagem a seu Bichinho, com a medalha Tiradentes da Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro. O deputado estadual Marcelo Freixo indicou seu Bichinho depois de conhecer um pouco da história dos moradores do topo do Morro das Andorinhas e dos pescadores de Itaipu. O deputado conheceu os moradores através de um dos representantes da Associação dos Sitiantes Tradicionais da Serra da Tiririca (ASSET). O deputado e esta liderança pertencem ao mesmo partido político, Partido Socialismo e Liberdade - PSOL.

A homenagem foi um evento muito significativo, tanto para a vida de seu Bichinho, como para toda a comunidade. Esta, que há cinco anos tinha experimentado o *desrespeito* da demolição, sentia o *reconhecimento*. Como disse Seu Bichinho *algo que nunca imaginei, o reconhecimento para a comunidade. Nunca imaginei que ia fazer entrevista, sair foto no jornal (...)* Há males que vem para o bem. O sobrinho Marco completou: *antes era só paulera, e agora é reconhecimento, a gente agora já tem defesa de pessoas de bem.*

Segundo consta na resolução nº119 de 28 de junho de 2007 da ALERJ, a medalha Tiradentes foi concedida ao pescador Américo Fernandes de Souza, Sr. Bichinho. O evento se realizou na entrada da praia de Itaipu, conhecida como Praça de São Pedro, no dia 29 de junho, que é o dia deste santo conhecido como padroeiro dos pescadores. A homenagem ao seu Bichinho estendeu-se de forma simbólica a todos os pescadores artesanais de Itaipu e

contou com a presença do deputado, assim como amigos, familiares, pesquisadores, militantes e alguns pescadores.



Seu Bichinho e o Dep. Est. Marcelo Freixo, ao lado da capela de São Pedro.
Foto Laura França. (Acervo Bichinho)



Da esquerda para a direita Alice e seus filhos, Aída, Irinéia, Marco, Wanda, Douglas, Bichinho, Flávio, Marcelo e Paulo César. (Foto Laura França, Acervo Bichinho).

O deputado também participou junto com os moradores, membros do NUFEP e outros envolvidos na causa de algumas reuniões realizadas no Morro e no seu gabinete para discutir as alternativas que pudessem dar maior garantia de permanência aos moradores. A opção foi a construção de emenda à lei de delimitação do PEST, na qual estendia-se “aos moradores das áreas retiradas dos limites do Parque, os mesmos direitos assegurados pela lei estadual nº 2393/95, que garante o direito real de uso das áreas ocupadas às comunidades residentes há mais de 50 anos em unidade de conservação no Estado do Rio de Janeiro”.

A pauta sobre o perímetro definitivo do Parque Estadual da Serra da Tiririca foi retomada pelo deputado Comte Bittencourt, e aprovada em 14/08/2007 em regime de urgência e discussão única, no plenário da Assembléia Legislativa do Rio⁴³ (Giulliani et al, 2008). A votação foi assistida por alguns moradores, pesquisadores do NUFEP, amigos e muitas outras pessoas interessadas na discussão. Em grande disputa e expectativa a emenda do deputado Marcelo Freixo foi aprovada. Apesar de anterior ao Sistema Nacional de Unidade de Conservação - SNUC, lei 9985/2000, a validade desta lei estadual foi sustentada com base nos direitos culturais assegurados pela Constituição⁴⁴ (Maranhão, 2007).

Outro ponto que gerou grande discussão foi a decisão da exclusão de determinados espaços, justificada pelos poucos elementos naturais preservados e sob o argumento de evitar gastos excessivos com desapropriações. Como exemplo dessas exclusões, podemos citar um condomínio de casas luxuosas na encosta do Morro das Andorinhas, no lado de Itacoatiara.

Neste breve resumo dos acontecimentos ocorridos no Morro das Andorinhas desde a demolição da casa até a sua anexação ao PESET percebe-se a gradual conquista de reconhecimento dos moradores como sujeitos de direitos através da formação da associação de moradores, da construção de alianças e da resignificação do discurso ambiental. Entretanto, o processo histórico de “ambientalização” implica simultaneamente transformações no Estado e no comportamento das pessoas na vida cotidiana, no lazer, no trabalho (Leite Lopes et al, 2004). Em relação às interferências no cotidiano desses familiares e/ou moradores a pergunta é: O que acontece quando a família vira uma entidade pública: Associação de Moradores?

⁴³ Como a área destinada à preservação era menor do que a anteriormente prevista pelas linhas iniciais de demarcação do Parque, e implicar em desafetação, a demarcação precisou ser submetida à Assembléia Legislativa.

⁴⁴ O artigo 215 da Constituição assegura a todos o pleno exercício dos direitos culturais, bem como o acesso às fontes da cultura nacional, estabelecendo como dever do Estado apoiar e incentivar a valorização e a difusão das manifestações culturais. Enquanto o artigo 216 assegura como patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial que se apresentem , dentre outros, nas formas de expressão e modos de criar, fazer, viver dos grupos participantes do processo civilizatório nacional.

4.2. Tecendo Relações Entre o PÚblico e o Privado.

A Associação de Moradores é aqui entendida como uma região de fronteira, entre a “casa e a rua” (DaMatta, 1985). A “casa e a rua”, na perspectiva de DaMatta, são espaços e esferas de significação social que fazem mais do que separar contextos e configurar atitudes. É que eles contêm visões de mundo ou éticas que são particulares. Não se trata de cenários ou de máscaras que um sujeito usa e desusa (Goffman) de acordo com suas estratégias diante da realidade, mas de esferas de sentido que constituem a própria realidade e que permitem normalizar e moralizar o comportamento por meio de perspectivas próprias.

Seguindo esta linha de raciocínio o esperado e o legitimado é que “casa” e “rua” demarquem fortemente mudanças de atitudes, gestos, roupas, assuntos, papéis sociais e quadro de avaliação da existência em todos os membros de nossa sociedade. O comportamento esperado não é uma conduta única nestes espaços, mas um comportamento diferenciado de acordo com o ponto de vista de cada uma dessas esferas de significação. Nessa perspectiva, as diferenciações que se podem encontrar são complementares, jamais exclusivas ou paralelas.

A Associação de Moradores não é tratada aqui pela perspectiva da “esfera pública” que pressupõe instituições especializadas e uma separação entre “público” e “privado”, “sociedade civil” e “Estado” (Comerford, 2003). A análise desta organização é tratada como uma dimensão pública, que se constitui nas relações mais cotidianas, sem presumir uma separação e especialização, ainda que pressupondo, regras, modos de ação, e formas de interpretação complexas e dinâmicas.

4.2.1. *O dono do Morro:* as relações de poder local

Na luta pela permanência, os moradores e/ou familiares precisam se adaptar à nova realidade do Morro das Andorinhas. Precisa-se normatizar os direitos e deveres de seus membros, “congelando” os pertencimentos que são construídos no dia-a-dia, como a própria compreensão local de comunidade e família, por exemplo. A primeira questão é a rigidez da legislação ambiental frente às relações fluídas existentes neste território de parentesco. No estatuto da Associação o direito de ser sócio está reservado aos que são da família e distribuem-se nas seguintes categorias:

Associado Efetivo são “aqueles que se reconhecem como integrantes da Comunidade Tradicional do Morro das Andorinhas e são por ela reconhecidos enquanto tal, denominados por; e, Associado Efetivo Morador os que moram no antigo Sítio da Jaqueira, em uma das doze casas existentes.

Entre os direitos dos sócios destaca-se votar e ser votado para os cargos eletivos e tomar parte nas Assembléias Gerais. Conforme o estatuto ser da família é um requisito para a participação efetiva na Associação. Entretanto, somente aos moradores das doze casas do topo do Morro que se atribuem os direitos de moradia:

o associado efetivo morador tem o direito de continuar a residir no Território Tradicional da Comunidade Tradicional em conformidade com o Termo de Compromisso Ambiental – TCA – que será firmado com o Instituto Estadual do Ambiente - INEA com a interveniência do Ministério Público Federal.

A sobreposição do território de preservação e do território de parentesco promoveu a distinção entre “ser da família” e “ser da família e morador”. Esta regra formal estabelece uma fronteira mais rígida que confronta com a fronteira dinâmica estabelecida na relação entre localidade e família, que podem extrapolar as dimensões físicas do Morro das Andorinhas. Esse confronto entre a regra formal e moral é exemplificada em um caso ocorrido pouco tempo depois da fundação da Associação. Na primeira eleição José foi designado como presidente e desde o início era o realizador dos contatos com os atores sociais “de fora” que apoiaram a causa. O vice-presidente eleito na época foi Gilberto, o irmão caçula de seu Bichinho. Gilberto morava no topo do Morro, mas decidiu construir outra casa na subida do Morro, junto com as demais construções que se iniciaram por ali, a partir da década de 1980. A distância da atual casa de Gilberto até a anterior, no topo do Morro, é percorrida entre 10 a 15 minutos de caminhada. Como referido anteriormente esta casa foi ocupada pelo filho mais velho de Gilberto.

Desde a formação da Associação de Moradores foram realizadas algumas reuniões na Defensoria Pública. Em uma destas, o vice-presidente foi informado pelo promotor que a casa no topo do Morro era considerada como sendo de seu filho, não sua. O vice-presidente ficou contrariado e perdeu o interesse de participar da Associação, já que não era considerado morador, e, não teria os mesmos direitos. Por outro lado, a saída da Associação não significou a perda do contato de Gilberto e da sua rede doméstica com os demais familiares do topo do Morro.

Um morador explicou o caso da seguinte forma: *eles são tudo da mesma família, e participar da Associação pode participar, mas só que eles fizeram casa onde estão os invasores.* Gilberto, embora tenha se mudado para a subida continuou a morar no Morro das Andorinhas e compartilhar o território de parentesco. Com o advento da Associação de Moradores, estas relações passam a ser regidas por novas regras, sendo estas bem mais rígidas do que estavam acostumados.

Dentre as novas regras impostas sobre este território social, algumas foram incorporadas pelos moradores, outras não. As categorias *invasor* e *comunidade tradicional*, por exemplo, passou a fazer parte do vocabulário dos moradores. Essa distinção é acionada para demarcar as fronteiras do Morro das Andorinhas, como vimos na fala do morador acima. Estas expressam disputas por direitos de permanecer no lugar, e diferenciam as diversas ocupações no Morro das Andorinhas como alguns explicavam: *aqui é uma coisa, lá é outra, lá não conseguem provar mais de quarenta anos.*

A questão sobre a posse da casa construída por Gilberto e depois ocupada por seu filho não é questionada pelos demais moradores. O que está em jogo nisso é o fundamento da argumentação dos moradores, pois na hermenêutica local ser *tradicional* se aproxima de *ser antigo*, e vincula-se tanto às relações de parentesco entre si, como a de moradia no topo do Morro, na área do Sítio da Jaqueira.

Outras regras rígidas impostas ao padrão de território de parentesco foram a proibição da roça. Como vimos, desde o início da ocupação a pesca e a roça garantiam o sustento dos moradores. Até hoje muitos moradores possuem conhecimentos sobre as técnicas de cultivo e colheita que foram passadas de geração a geração. A roça para os moradores é considerada uma prática com grande importância no orçamento familiar e na segurança alimentar. Uma das preocupações dos moradores é que a geração mais nova não tenha o contato com a roça e enquanto o tempo passa os detentores desse conhecimento estão envelhecendo. A proibição da roça pode ser um fator que também incentivou a prática de outros ofícios para reforçar o orçamento doméstico. Uma moradora lembra que tudo era tirado dali, as roupas, calçados, livros, etc. Disse que dinheiro não tinha, mas tinha muita coisa para comer. Uma moradora lembra os tempos passados e observa que:

era tudo humilde, mas fartura nós tínhamos. De fome a gente não morria. Eu sempre tive a minha rocinha, sempre gostei. Agora não quer que plante nada, só arvoredo. Para que só arvoredo? Tem que ter frutas. Não tem o que comer lá em cima. Tinha muita banana, mamão, laranja, tangerina, cana e agora, cadê? No lugar de plantar, tem que comprar para comer (Wanda).

A proibição de novas construções é apontada no próprio estatuto da associação que estabelece o direito aos *associados efetivos moradores* de continuarem a viver em suas casas e permiti apenas a realização de reformas nas casas existentes. Isto torna a manutenção da comunidade pelas próximas gerações uma incógnita.

Pra mim é chato à beça, porque a maioria do pessoal todo morando aqui e eles casando e separando, arranjando família e as famílias deles morando no outro lado, a gente não pode fazer nada, se pudesse fazer, pra mim, tá morando tudo que era gente, pra mim sinceramente. (...) são tudo neto, são tudo da família, se quiser casar tem que comprar um terreno, comprar uma casa pra morar porque aqui não tem condição, não pode fazer mais nada. É como diz o ditado: “quem casa quer casa”. Cada um na sua casa, eu também concordo com isso, casou samba fora, arrumou família é um compromisso que a pessoa vai apanhar, família é um compromisso, quem casa quer casa, e aqui em cima se pudesse fazer, olha que beleza, pra mim seria um orgulho ver um monte de casinha (...) meus netos que moram ali, meus sobrinhos, meus netos, pra gente era beleza (...) daqui pra frente não vai acontecer isso, que agora eles não vão deixar fazer mais nada, de maneira nenhuma eles não vão deixar fazer mais nada (seu Bichinho).

Por conta dessas proibições e interferências, fui ao campo esperando que fosse encontrar as questões em torno da preservação do meio ambiente, Parque, ou associação como uma grande preocupação coletiva. Para minha surpresa, os moradores pareciam seguir as suas vidas, seu dia-a-dia e pouco ouvia conversas sobre o assunto. Estas questões eram algumas das muitas que os moradores precisavam se preocupar no dia-a-dia. Veyne (1995:15 apud Goldman, 2006) comenta que a política pode ser uma das coisas mais importantes deste mundo ou do outro, sem que por isso deixem de ocupar, na prática, um lugar estreito.

Compreendi que o Parque e a associação eram uma questão minha, mas para os moradores, seus cotidianos. Diante disso, busquei perceber como eram vividas na rotina dos moradores. Logo observei a quantidade considerável de pessoas que subia para caminhar nas trilhas, ver a paisagem, filmar, fotografar, entrevistar e conversar com os moradores. Poderia relatar várias visitas recebidas por seu Bichinho. Além da minha presença, enquanto pesquisadora, alunos da geografia da UFF fizeram um dia de trabalho de campo no Morro, alunos das escolas municipais frequentemente são recebidos, representantes do Museu Arqueológico de Itaipu, etc. Outro ponto era os convites para participar de atividades acadêmicas e de mobilização política na região. Um exemplo foi o convite que seu Bichinho recebeu para dar uma palestra para os alunos de Geografia-UFF. Contou com orgulho que foi

aplaudido quando perguntaram o que aconteceria se ele saísse do Morro, e respondeu que ficaria igual peixe fora d'água e não aguentaria.

Quem conhece seu Bichinho hoje, falando, brincando, rindo, fazendo pose para fotos, sentindo-se à vontade na presença de pesquisadores, políticos, militantes, etc. não imagina que antes, ele era bem diferente. Ele próprio analisa a sua mudança e lembra como foi difícil adquirir essa performance pública, de se envolver com *pessoas de fora*.

Eu era fechado (...) não sou igual meus sobrinhos, mas eu era bem fechado falava bem pouco, não falava nada, sempre fui pacato. (...) a gente primeiro não tinha esse envolvimento, só fomos ter depois que aconteceu essa tragédia aí. Conhecer pessoas pra mim principalmente foi muito difícil (...) passou a vida toda fechado, depois de burro velho, daqui pra praia, casa, trabalho, hoje em dia, vai aqui, vai ali (...) nunca na minha vida eu calculava uma fotografia, uma entrevista no jornal, quando que eu calculava entrevista no jornal, nunca. Pra Deus nada é difícil (Bichinho).

Primeiro eu era um pacato não fazia nada depois que eu comecei a me envolver com esse troço aí graças a Deus foi abrindo a mente e começou a me divulgar. Primeiro eu era um pacato não sabia nada hoje em dia advogado do Brasil todo me conhece, eu conheço muita gente. (...) e como foi difícil, mas se eu não fizesse isso, quem ia fazer? Eu tinha que me expressar de uma maneira ou outra, ou eu não me metesse ficasse de fora ou me envolvesse, mas graças a Deus me envolvi e graças a Deus me dei bem (Bichinho).

Foram vários os processos até começar a sentir-se mais à vontade em relação aos códigos da “rua” de se comportar, vestir, falar, etc.. No entanto, é importante ressaltar que essa mudança de performance não foi incorporada por todos os moradores e familiares. Grande parte dos moradores tendeu a se manter como era o costume, pouco à vontade em relação aos *de fora* (da comunidade).

Foi um trabalho, até então ele não falava. Ele era uma pessoa muito presa. (...) Foi muita luta. Nós passamos por muita dificuldade. Eu acho que o que nos deu mais força foi ver o seu Bichinho, que é de idade, não tinha, vamos dizer, tirar o seu Bichinho de casa, para mim, nossa! Seu Bichinho hoje para mim, seu Bichinho hoje entra dentro de UFF, fala, entra dentro de gabinete, entra dentro de tudo, está uma pessoa totalmente solta. Mas seu Bichinho não era uma pessoa tão fácil assim. Para eu, para gente poder botar sapato, botar seu Bichinho para andar, para entrar nas coisas. Isso motivou de ver essa luta, de ver ele entrando dentro desses lugares conosco, nos deu muito mais força para superar muita coisa (José, presidente da Associação).

Na hierarquia local seu Bichinho estava acostumado a lidar com o respeito dos demais familiares por ser o morador mais velho. Depois da sua iniciativa em participar ativamente da Associação, foi galgando um lugar que não tinha antes. O que consolidou-se quando recebeu a homenagem. Passou a ser procurado pelos *de fora* como uma referência para falar pela Associação de Moradores. Passou a receber telefonemas de jornalista, antropólogo, administração do Parque, dep. Estadual, etc. Seu Bichinho brinca *minha agenda tem telefone até do presidente da República*. Seu Bichinho agora, na sua casa, é tido como *o famoso*.

Uma mudança nas relações entre os parentes e a Associação é que desde o início do conflito sócio-ambiental José representou a comunidade. José era o que *ficava de frente*, falava *para fora* (da comunidade), *articulava, ligava para um lado, ligava para o outro*, enquanto os demais apenas o acompanhavam. Era o que mais tinha conhecimento sobre os andamentos da associação, e guardava a maior parte da documentação, de reportagens de jornais, fotos, etc. Nesses sete anos que representou a comunidade, José foi o que mais se familiarizou com os trâmites burocráticos e jurídicos, apesar de ter momentos que precisava de esclarecimentos da assessoria antropológica-jurídica.

Na narrativa de José a sua representação aparece como uma *missão de defender o seu povo sofrido*, esta atuação também o expôs-se a críticas dentro de sua própria família. O presidente rebatia dizendo que não se importava e não se arrependia do esforço empreendido na causa, pois esta é a sua *missão*, a de defender o que os seus antepassados deixaram.

Acho que se eu estou aqui esse tempo todo na luta, na luta, teve muita gente que falou para mim, para com isso, para de lutar. Você vai lutar, lutar e esse povo não vai te dar valor. Eu não estou me importando se eles vão me dá valor, com que eles fazem e deixam de fazer. O importante é eu fazer o que eu quero fazer. Eu alcançar, fazer por mim, fazer pelas pessoas. Se disserem que não querem, ou que não está nem aí eu não estou nem esquentando minha cabeça. Mas o importante é lutar pelos meus antepassados pelo que eles deixaram. Pelo que eles lutaram para manter isso aqui, como Tio Cecena lutou por isso aqui pra caramba. Como meu pai lutou. Como Solino lutou. Como seu Américo lutou. Então, eu acho que o mais importante, mas eu dei de fazer muitas coisas na minha vida. O que eu poderia ter feito, que eu perdi muita oportunidade. Perdi sim, muita oportunidade porque eu não pude fazer para lutar por essa causa. Que é uma causa muito bonita e muito justa. E não estou arrependido por isso (José).

Essa fala de José é interessante por se remeter aos antepassados da família. Lutar para guardar o que os antepassados deixaram. O que remete novamente ao que foi discutido no primeiro capítulo, em que os moradores não se vêm enquanto proprietários, mas como

guardiões do patrimônio de um conjunto que engloba os mortos, os vivos e os que virão a nascer (Woortmann, 1990). Essa lógica é vista como uma missão e dá sentido à Associação de Moradores.

A questão é que com a Associação, a missão de defender esse patrimônio ganhou visibilidade e se fortaleceu ao se aliarem com *pessoas de fora*, ou como disse o sobrinho de Bichinho, *pessoas de bem*. Por outro lado, esses novos círculos de intimidade são construídos, em geral, pelos que estão *sempre lá representando*, mas não se estende da mesma maneira para os demais moradores e familiares. Desta forma, a participação ativa da associação e a conquista de relacionamentos pessoais com os *de fora* - pesquisadores, políticos, militantes, e etc. - desafiam a lógica da família governar as relações entre si e com o lugar.

Como diria DaMatta (1985:43) não se pode transformar a casa na rua e nem rua em casa impunemente. Há regras para isso. Esses espaços na sociedade brasileira são “inimigos”, já que a rua é local de individualização, de luta e de malandragem. Na rua pode-se admitir contradições, se essas contradições que são próprias desse espaço. Mas na casa as contradições devem ser banidas, sob pena de causarem um intolerável mal-estar. Afinal de contas, a casa não admite contradições, se essas contradições não podem ser imediatamente postas em ordem: em hierarquia ou graduações.

A expressão *dono do Morro* é acionada quando estas contradições são percebidas. Este termo tem um tom de crítica e em alguma medida dá elementos para explicar como estes atores sociais compreendem e experimentam a hierarquia local. Nesta lógica *ser o dono do Morro* é querer ser mais do que realmente se é. O que revela o trabalho coletivo para evitar uma relação desigual de poder - econômico, político e/ou intelectual.

Sem esta vigilância a organização social local se desestabilizaria, mesmo que esta em alguma medida já a comporte em alguns níveis e situações consideradas previstas e legítimas, como da autoridade do pai sobre os filhos por exemplo. Cabe aqui a consideração de Sarti (1995:147) sobre a noção de família patriarcal no contexto dos pobres urbanos⁴⁵ enquanto modelo de autoridade, no que se refere às relações internas da família, em que o homem tem precedência sobre a mulher, os pais sobre os filhos e os mais velhos sobre os mais novos; e,

⁴⁵ Evidentemente, não se trata da família patriarcal associada ao poder político pela “tradição autoritária” ou “conservadora”. Quando Sarti (1995) afirma que os pobres têm como referência simbólica um padrão de autoridade patriarcal que não é apenas seu, não está, portanto, corroborando a tese do “triunfo da ideologia dominante” ou da “integração” dos pobres ao mundo ideológico capitalista, implicando sua “alienação” ou incapacidade de construções culturais próprias; mas implica pensar que a elaboração de traços culturais próprios se dá pela retradução, pela reinterpretiação de matrizes simbólicas socialmente dadas, com seus recortes, suas tensões e ambigüidade de não ter apenas uma face.

ainda, como paradigma de uma concepção moral fundada no princípio de reciprocidade que rege a lógica da casa e dá sentido também às relações fora do âmbito familiar.

Neste campo de relações, ser taxado de *dono do Morro* envolve fronteiras flexíveis, e varia de acordo com as diversas combinações possíveis (quem fez o que, contra quem, como, quando, etc.). De maneira geral significa: “querer mandar”. Especificamente, ouvi este termo se referindo a: 1) participar da “dimensão pública” e ter conhecimento com “os de fora”; 2) ser uma referência para “os de fora”; 3) tratar de questões coletivas sem passar pela Associação; 4) tratar de questões pessoais na Associação; 5) “chamar a atenção” dos outros; 6) ser “garanhão” (ser bem quisto pelas mulheres). Seu Bichinho conta algumas situações.

Depois que eu fui homenageado com essa medalha, conhecimento, às vezes eu vou lá na UFF, dar uma entrevista, fazer aquele trabalho, escuto ‘o dono do morro’, se eu pudesse eu nem ia. Eu faço isso é pra ajudar, não é pra me engrandecer não, é uma força que eu estou dando, se todo mundo fizesse a parte que eu faço tava bem pra caramba. Conhecimento muito grande, onde eu passo todo mundo fala comigo (seu Bichinho).

Na Associação cada um tem uma parte para fazer até formar um conjunto. (...) Eu faço isso porque eu quero passar a minha velhice aqui em cima onde a gente se criou. Não é só um ou dois que tem que trabalhar para todos. Um fica no alto, e outro no baixo. Eu chamo atenção e depois fica dizendo que eu quero ser o dono do Morro. Faço isso para ajudar, não é para engrandecer não (Seu Bichinho).

Várias são as situações em que as relações de família e de vizinhança vinculam-se aos cargos e responsabilidades da Associação. Fazendo uso de Bailey (1971), poderíamos chamar estas relações simultâneas de “multiplex”. Por exemplo, seu Bichinho e seu filho moram na mesma casa e participam ativamente da Associação. Atualmente, o pai ocupa o cargo de conselheiro fiscal e o filho é o vice-presidente.

O presidente da Associação também construiu novos círculos de intimidade e neste contexto conheceu uma mulher *de fora*, com quem passou a morar junto no Morro. Ela conheceu os demais moradores no contexto de Parque Estadual e da associação de moradores e tinha dificuldades de saber os limites de atuação da entidade no cotidiano, e incomodou alguns com o seu *ar de autoridade*. Um exemplo desses ocorreu na ausência de seu marido, em que foi até a casa de seu Bichinho chamar Marcelo para resolver um problema em sua casa. Segunda ela, como ele era o vice-presidente, deveria substituir o presidente. Seu Bichinho interferiu e disse que Marcelo não ia, pois cada um que resolvesse seus problemas pessoais.

Outra situação foi uma briga de família que envolveu dois irmãos, que para resolver a questão, recorreram ao seu Bichinho. Este tratou os dois em condições de igualdade e não favoreceu nenhum dos lados, pois via os dois como irmãos, que poderiam ser seus filhos. O fato de um deles ser o presidente da associação gerou o sentimento de que o trabalho empreendido na associação não foi valorizado. O que fez com que se ausentasse do Morro e da associação.

Tempos depois, José retomou o seu trabalho na Associação e voltou a frequentar o Morro em visita a alguns familiares. Atualmente esboça o retorno a sua casa, pois disse que não consegue ficar em outro lugar. Duarte (2008) chama a atenção para a emergência da auto-affirmação individual, por diferentes vias e através de diferentes processos, que impõe o afastamento da casa original, com rompimentos mais ou menos radicais com a ideologia da casa. Segundo o autor, pode-se dizer que existem três modalidades de afastamento/proximidade nas relações entre os integrantes da rede familiar, das famílias nucleares constituídas e da família extensa: afetivo, afetivo-espacial e espacial.

No primeiro caso, o membro da família se dissocia afetivamente dos demais, sem a proposta de mudança de local de moradia – não rompe com a localidade. O afastamento afetivo-espacial se dá de forma mais radical, havendo tanto um afastamento da rede familiar quanto da localidade. Já no terceiro caso, há o desligamento da localidade, mas não dos familiares, mesmo que isso possa dificultar um contato mais próximo com as atividades coletivas promovidas pela rede familiar. Poderia dizer que José transitou por esses distintos graus de afastamento/proximidade. Em um primeiro momento o afastamento afetivo-espacial, mas aos poucos foi se reaproximando da família e vislumbra o retorno à localidade.

No intervalo entre a saída e retorno do presidente, realizou-se uma reunião da Associação de Moradores. Em uma manhã de domingo, o evento contava com maciça participação dos moradores, além de três antropólogos da UFF (um destes foi o mediador da reunião), um morador de Itaipu e pescador, junto com sua esposa, uma bióloga, dois representantes da Assoc. de Sítiantes Tradicionais da Serra da Tiririca (ASSET), uma jornalista e ex-administradora do PEST, e mais três representantes da Associação dos moradores da Duna de Itaipu (ACODUNA). O evento estava sendo realizado no quintal de seu Bichinho, o que ainda não tinha visto. A casa abriu-se para a “rua”, transformando aquele espaço doméstico, que era o terreiro em algo público, área onde “estranhos” podem circular livremente.

A reunião tinha como foco principal os esclarecimentos sobre uma suposta intimação sobre a desapropriação dos moradores do Morro das Andorinhas⁴⁶. Apesar da forma vaga da intimação, não explicitando se os moradores do topo estavam incluídos, alguns antropólogos do NUFEP optaram por fazer um alerta para todos já estarem cientes. Além deste ponto, colocou-se em discussão a recomposição da Associação de Moradores. O motivo era a urgência da necessidade da Associação estar estruturada frente a tais acontecimentos, já que José aparentemente tinha deixado o cargo de Presidência da Associação.

Um dos antropólogos fez uma proposta: seu Bichinho assumir a presidência. Seu Bichinho, sentado em uma cadeira, ficou quieto, com os braços cruzados, com uma cara de desconfiado. Até que ele falou: *Eu gosto disso aqui e quero partir para o outro lado aqui, mas eu, sem mandar em nada, já falam que eu quero ser o dono do Morro.*

A segunda proposta então era que seu Bichinho ficasse como Presidente do Morro por um ano. A resposta de seu Bichinho era que não queria excluir José do Morro. Seu Bichinho queria esperar o próprio *dizer com a sua boca que iria entregar o cargo, já que o tinha assumido*. E ressaltou: *não sou eu só que quero saber, mas todo mundo que faz parte da comunidade, que conviveu, que ajudou, quer saber*. Nas questões relativas à Associação o presidente é a *autoridade máxima e ele que fala pela comunidade*, mas na comunidade ficou claro que era percebido apenas como mais um parente, com autoridade igual a dos demais.

As relações entre os membros da família à priori são igualitárias. A expressão *dono do Morro* denuncia quando estas relações hierárquicas estão em desequilíbrios na lógica da “casa”. Em relação a seu Bichinho, por exemplo, que era visto como uma autoridade local por ser o mais velho, ao participar ativamente da dimensão pública e ser homenageado, passa também a falar pela comunidade. Tornou-se uma figura de referência, reconhecida e respeitada como tal pelos *de fora* da família, o que lhe proporcionou um status diferenciado. Entretanto, alguns membros de dentro da família ao usar tal expressão não reconhecem essa “autoridade” da mesma forma como os *de fora* o fazem. Ou seja, a expressão *dono do Morro* fundamenta-se na lógica da “casa”, das relações igualitárias. Passa a ser acionada também para arrumar a “casa”, diferenciando-a da “rua”. Como se colocasse os “pingos nos is”, localizando o lugar da família, e o da associação, na tentativa de amenizar os conflitos que possam surgir nesse contexto ambíguo – território de preservação sobrepondo-se ao território de parentesco.

⁴⁶ Tratava-se de uma intimação aos moradores do condomínio de luxo, localizado no Morro das Andorinhas, na vertente Itacoatiara.

4.2.2. Festa Junina: a Celebração das Relações Sociais e Políticas

A festa junina da comunidade era uma prática realizada antes da sobreposição do território de preservação ao território de parentesco. Como vimos esse ocorrido ameaçou diretamente os modos de vida na localidade, estimulando a emergência de novas estratégias para legitimar a presença no espaço que ocupam há gerações. Uma delas foi a formação da Associação de Moradores, que refletiu diretamente no modo de ser da festa da comunidade, pois incorporou seus propósitos: promover alianças, dar visibilidade à luta pela permanência. Neste sentido, a festa junina passou a celebrar não só as relações sociais locais expressas nas configurações de casas, mas também a própria organização da Associação de Moradores.

Como enfatizado ao longo do trabalho, o Sítio da Jaqueira tem no parentesco um dos elementos centrais de sua identidade e, por isso, a família é um valor fundamental. A festa junina sempre foi a própria celebração das teias de relações sociais que dão significado à comunidade, mas depois da fundação da Associação, passou também a celebrar a mobilização política em prol de uma visibilidade pública e dos direitos de moradia.

Desde então, a festa junina passou a ser praticada de dois modos uma “só para a comunidade” e outra, convidando quem era *de fora* (da família). A primeira é definida pelo seu caráter espontâneo, com uma prática livre, sem formalizações, feita pela própria comunidade, conhecida apenas como uma prática da comunidade, possuindo um significado particular, construído dentro do Sítio e pelas pessoas do Sítio, ou seja, a festa como prática integrada à vida social. O outro modo se deu após a fundação da Associação, a festa realizada para os *de fora* da comunidade, (membros do NUFEP⁴⁷/UFF, ONGs, políticos, candidatos, militantes e etc.), pessoas que, de alguma forma, se envolveram com a causa do grupo, ou como dizem *entrou na nossa briga*. Contava também algumas doações e contribuições destes. Desde 2003, portanto, os moradores do Morro das Andorinhas passaram a organizar duas festas juninas por ano.

A festa com este novo contorno era organizada pelo presidente da Associação, que se incumbia de decorar o centro do campinho com um painel de fotos e reportagens sobre a comunidade, o que era acompanhada do antigo pilão utilizado pela família para moer o café que lá plantavam. Durante a festa, o presidente da associação operava o som e recebia os convidados. Os *de fora* se reuniam e interagiam com alguns moradores, mas a maioria dos moradores e demais familiares costumavam formar seus próprios grupos. O trabalho para a

⁴⁷ Eu inclusive participei de duas dessas festas com os membros do NUFEP.

realização da festa ficava por conta dos moradores e familiares, que recebiam doações de bebidas, dinheiro de alguns apoiadores da causa.

A festa passou a ser investida de um caráter para além do lazer como único fim, devido à necessidade de se manterem unidos, reforçando os laços familiares na intenção de lutar pela terra, considerada moralmente de direito. A festa representa, sobretudo, um momento de reunião e união, fortalecimento das relações sociais e familiares, assim como a reafirmação dos moradores como os verdadeiros herdeiros do território.

No ano de 2009, entretanto, realizou-se somente a festa junina⁴⁸ *para a comunidade* cujo propósito era de *reunir somente os parentes*. A justificativa era que assim todos poderiam ficar mais à vontade para se divertirem. Um familiar acrescentou que assim *não ia ficar só falando dessas coisas de Parque*. A realização da festa junina *só de parente*, por um momento me deixou na berlinda, pois uns comentaram que eu não era da comunidade, mas Patrícia disse que eu já era *de casa*. As organizadoras da festa foram Patrícia, Irinéia e Silvia.

Apesar das três organizadoras possuírem cargos na associação, privilegiou-se o tempo da casa, da família e dos amigos, que se refaz a cada reunião de parentes, amigos, compadres, nos almoços de domingo e nas festas onde se celebram as próprias relações sociais (DaMatta, 1985: 43). É importante ressaltar a conjuntura política mais favorável e a visibilidade pública já alcançada neste momento, o que pode ter contribuído para permitir essa escolha.

Todos os moradores contribuíram de alguma forma, seja nos preparativos, na arrumação, servindo os convidados, cuidando do som, das brincadeiras, etc. A festa foi realizada no campinho. O canto esquerdo foi reservado para a fogueira; no centro um bambu prendia as extremidades das bandeirinhas, que foram amarradas em pontos diversos do campo; no canto direito ficaram as barraquinhas. A barraca, feita com bambu, se dividiu em três partes. No lado esquerdo, localizava o som, revezado por alguns moradores, e com um repertório bem variado; música infantil, pagode, *funk*. No meio da barraquinha alguns moradores se revezavam em servir os doces e os salgados, oferecidos pelas mulheres, e as bebidas, refrigerante e cerveja, doados pelos homens. No lado direito ocorria a brincadeira da pescaria, destinada para as crianças menores de 7 anos. As crianças ganhavam prendas, que também foram doadas pelas mulheres, em especial as que tinham filhos pequenos.

Até o dia da festa percebe-se certa ansiedade, em especial pelas crianças que comentam bastante e já começam a fazer as bandeirinhas. Dias antes, Patrícia passou em cada casa para confirmar a contribuição e saber o que cada uma das mulheres ia levar, e evitar a

⁴⁸ A festa Junina foi remarcada para o dia 08/08/09, por conta das chuvas no final de semana anterior.

repetição dos pratos. Segundo ela era importante frisar a questão da contribuição, pois todos faziam a festa com muita dificuldade. No dia da festa, pela manhã, uma grande agitação envolve o Morro. Um morador aprontou a fogueira, outro as barraquinhas de bambu. Alguns moradores saíram para comprar prendas, a lona das barraquinhas, as bebidas e o que faltava para fazer os pratos.

A noite começava a chegar e os preparativos estavam quase prontos. Alguns terminaram de cuidar das barraquinhas, cedendo mesas e cadeiras, e outros já começavam a se arrumar a caráter, em especial as crianças. Enquanto os moradores e familiares chegavam, fui com Alice e seu filho, Douglas na casa de Wanda para ajudá-la a trazer os pratos, bebidas e prendas. Como estava bem escuro eu não conseguia enxergar o caminho, e me surpreendia quando me informavam todas as raízes da trilha com antecedência.

Os únicos moradores que não compareceram à festa foram José e sua esposa, que optaram por ficar em casa. No dia seguinte perguntei à esposa do presidente porque não tinham ido à festa. A resposta foi que ele discordava que a festa não fosse para *todo mundo*. O que significa que para ele, a festa também deveria ser uma celebração da Associação de Moradores com os amigos *de luta*.

De qualquer forma, a festa parecia cumprir seu propósito inicial. As crianças se divertiam bastante brincando na pescaria, correndo de um lado para o outro, ou de brincadeiras como dança das cadeiras, morto vivo, e outras. Os adultos também se divertiam, conversavam, dançavam, bebiam, comiam, e também participavam das brincadeiras. De todos esses momentos o que mais se destacou foi a hora da quadrilha, pois praticamente todos presentes participaram.

Durante maior parte da festa fiquei ajudando a servir as bebidas, os doces e os salgados. Algumas pessoas demonstravam seu carinho por mim, como Marcelo, que disse que eu *caí de pára-quedas e agora faço parte da herança do Morro*. Aída me abraçava e dizia várias vezes que ela era *minha segunda mãe*. Wanda me convidou para a comemoração dos dias dos pais que teria no dia seguinte em sua casa. Cláudia, esposa de Ricardo também me abraçava e me chamou para as comemorações do aniversário de seu marido e dos seus sete anos de casados no final do mês.



Festa Junina só para a comunidade. Agosto, 2009. (Acervo pessoal)

As relações sociais locais precedem em grau de importância à organização da Associação de Moradores. As duas se misturam quando é uma emergência. Quando a permanência da família está sob risco é consenso dividir o espaço de lazer e diversão com o de *luta*. Entretanto, a atitude do presidente da Associação me levou a entender que nem para todos as duas coisas podem ser vistas de formas separadas, pois criou-se laços de amizade com muitos *aliados*.

Ao longo do tempo estes indivíduos souberam lidar com habilidade e adaptação a diversas questões e para lidar com a política do Estado houve uma reconfiguração da família através da Associação de Moradores. Esta organização apresenta-se como uma entidade híbrida regida ao mesmo tempo pelas regras da “casa”, das relações familiares e a da “rua”, através das relações com os *de fora*, o que pode promover algumas tensões entre a autoridade moral e a autoridade formal. Ao reforçar a prática do mesmo tratamento a todos os membros, pois todos são parentes, pode-se dizer que a associação insere-se na lógica da família gerir o território, e por isso, ocupa um lugar secundário. É o instrumental necessário para lutar pelos bens mais sagrados, o território e a família.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

“Não é por acaso que no início do terceiro milênio boa parte da biodiversidade do planeta está na posse de povos indígenas, de comunidades camponesas e outros tipos de organizações sociais que nunca perceberam a natureza como um recurso natural, mas sempre parte da sua própria natureza e assim a preservaram, preservando-se também eles” (Santos, 2006).

A “descoberta” da natureza como um bem finito e ameaçado tem mobilizado ambientalistas e cientistas no sentido de pressionar os aparelhos do Estado a atuar na defesa de áreas de relevância ecológica. Por outro lado, essas áreas, na maioria das vezes, correspondem a territórios de diversos grupos sociais que possuem outra significação do lugar onde vivem há gerações. Estes grupos têm nestes territórios a experiência vivida e compartilhada coletivamente, com profundas relações de afeto, e um sentimento de pertencimento.

Essa realidade desafia o tipo de percepção de preservação ambiental sustentada na exclusão da população. A legislação das Unidades de Conservação de Proteção Integral, como é o caso dos parques, reproduz essa visão de natureza, como terra intocada. Isto faz com que a aplicação desta política pública na realidade empírica promova tensões entre o Estado e os grupos de moradores.

A instauração de um Unidade de Conservação restritiva estabelece uma relação de poder desigual entre estes atores sociais. Na medida em que o poder público passa a ter domínio sobre o território, impõe-se a percepção de natureza que lhe é própria. Na prática, este domínio é exercido através das imposição de novas regras às formas de uso e ocupação até então estabelecidas.

A pesquisa analisou as interferências dessa questão pública ambiental nas relações familiares e no cotidiano do grupo social do Morro das Andorinhas. O eixo estruturante da dissertação é a relação da família com a localidade. Os dados da pesquisa fizeram-me compreender que, para estes indivíduos, a terra não é uma mercadoria. A terra é vista como patrimônio familiar.

Os moradores não se vêm enquanto proprietários. Inclusive, não há uma clareza quanto o estatuto legal de propriedade. A relação de propriedade não é uma questão para os moradores, eles sentem-se com direito inquestionável a ela, o que implica o dever de zelar este patrimônio familiar que engloba os mortos, os vivos e os que virão a nascer. Esta relação

com o “lugar” desenvolveu-se através do seu uso, o que reflete na própria vegetação do Morro das Andorinhas e que se expressa no nome do Sítio da Jaqueira.

Essa íntima relação entre família, localidade e memória foi interpretada como “território de parentesco” o que possibilitou compreender o esquema de organização social deste grupo familiar de forma mais dinâmica, fluída e interligada. Partiu-se da perspectiva das casas como “espaço moral” demarcado não somente com o seu contraste com a rua, mas também com as demais casas: uma “configurações de casas”.

A ênfase sobre estes pontos mostrou-se relevante para compreender as interferências no cotidiano dos moradores no contexto de conservação ambiental. Observei a Associação de Moradores como uma espécie de entidade híbrida, que é regida ao mesmo tempo pelas regras da “casa”, das relações familiares e a da “rua”, através das relações com “os de fora”.

Esta entidade pública é compreendida como o instrumental necessário para lutar pelos bens mais sagrados: o território e a família. A Associação integra-se às obrigações para com a família, com o passado e com o lugar. Percebi que de certa forma, as interferências promovidas pela instauração da APP, em seguida, do Parque, foram incorporadas ao cotidiano dos moradores. Os moradores e/ou familiares lidam com esta realidade como algo que terão que enfrentar por toda a vida já que, *Quando o Parque entrou aqui, já encontrou a família. [É Jo Parque que faz parte de nossa família]*, como entende seu Bichinho.

Neste sentido, o Morro das Andorinhas pode ser entendido como um território híbrido. É tanto um “território de parentesco”, quanto “de conservação”. A pesquisa revelou a versatilidade deste sistema organizativo local que, ao mesmo tempo em que tenta uma convivência com as novas regras impostas pelo poder público, não abre mão da preservação desse território como de “parentesco”.

Isto revela a versatilidade deste sistema organizativo local, pois, ao mesmo tempo em que se adaptam ao “território de conservação”, preservam o “território de parentesco”. Entretanto, a adaptação à essa situação não significa uma solução definitiva. A relação com o órgão ambiental é sempre tensa e delicada. Disputa de interesses podem gerar conflitos mais, ou menos, externalizados, como o caso presente sobre a reivindicação da população de acesso à água encanada ainda não liberada pelo INEA. Nessa experiência, os moradores ainda buscam que seus modos de vida sejam respeitados, com condições de vida dignas.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE ET AL. Caracterização e análise do sistema lagunar de Itaipu e de sua bacia hidrográfica contribuinte. Trabalho de final de curso, disciplina Gerenciamento de Bacias Hidrográficas (Pós-Graduação em Planejamento Ambiental), Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1992.

ALMEIDA, Alfredo W.B. ‘Terras tradicionalmente ocupadas: processos de territorialização e movimentos sociais’. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*. Rio de Janeiro, vol. 6, nº1, maio 2004.

_____. Terras de quilombo, terras indígenas, “babaçuais livres”, “castanhais do povo”, faxinais e fundos de pasto: terras tradicionalmente ocupados. Tese. PPGSCA-UFAM, Manaus, 2006.

ANJOS, José Carlos Gomes dos. Identidade étnica e territorialidade. In: **ANJOS**, José Carlos Gomes dos; **SILVA**, Sérgio Baptista. *São Miguel e Rincão dos Martimianos*. Ancestralidade negra e direitos territoriais. Porto Alegre: Editora da UFRGS, Fundação Cultural Palmares, 2004

ARAÚJO, D.S.D. & **VILAÇA**, A. M. N. A avaliação da cobertura vegetal remanescente de Itaipu. Rio de Janeiro, 1980.

BAILEY, F. G. *Gifts and Poison: the politics of reputation*. New York, Schocken Books. 1971.

BACHELARD, Gáston. *Contribuição para uma psicoanálise do conhecimento*. Rio de Janeiro: Contraponto. 1996.

BARRETO FILHO, Henyo Trindade. Da nação ao planeta através da natureza: uma abordagem antropológica das unidades de conservação de proteção integral na Amazônia brasileira. Tese de Doutorado em Antropologia Social, FFLCH/USP, 2001.

_____. “Populações tradicionais: introdução à crítica da ecologia política de uma noção”. In: Adams, C., Murieta, R.S.S. & Neves, W. A. (eds.). *Sociedades Caboclas Amazônicas: modernidade e invisibilidade*. São Paulo: Annablume, 2006.

BENSUSAN, Nurit. *Conservação da biodiversidade em áreas protegidas*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 2006.

BOURDIEU, P. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Betrand Brasil, 2006.

CARSTEN, Janet. *The Heat of the Heart. The process of kinship in a Malay fishing community*. Clarendon Press, Oxford, 1997.

CARNEIRO, Maria José. Terra da Pobreza: um estudo antropológico de uma comunidade rural piauiense. Dissertação de Mestrado, Museu Nacional, 1976.

COMERFORD, John. *Como uma família*: sociabilidade, territórios de parentesco e sindicalismo rural, Rio de Janeiro, Editora Relume Dumará, 2003.

_____. Comunidade rural. In: **MOTTA**, Márcia (orgs.). *Dicionário da Terra*, São Paulo: Editora Civilização Brasileira, 2005.

CONCEIÇÃO, Maria de Fátima Carneiro; **MANESCHY**, Maria Cristina. Pescadores, Agricultores e Ribeirinhos na Amazônia Oriental: associativismo e sustentabilidade. In: Esterci, N; Lima, D; Léna, P. (eds.). *Boletim Rede Amazônia*: dinâmicas de ocupação e de exploração – efeitos e respostas sócio-culturais. Ano 2, n.1, 2003.

DIEGUES, Antônio Carlos Diegues. *O Mito Moderno da Natureza Intocada*: Populações Tradicionais em Unidades de Conservação. 2a edição. São Paulo, Hucitec, 1996.

_____. (orgs). *Etnononseriação*: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos. São Paulo: Annablume: Hucietc/NUPAUB – USP, 2000.

_____. & Nogara, Paulo José. *O nosso lugar virou parque*: estudo sócio-ambiental do Saco do Mamanguá – Parati – Rio de Janeiro. São Paulo: NUPAUB/USP, 1999.

DAMATTA, Roberto. *A casa e a rua*: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil. São Paulo, Brasiliense, 1985.

DUARTE, Luis Fernando Dias. *Três famílias*: identidades e trajetórias transgeracionais nas classes populares. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

ELIAS, Norbert. *Introdução à Sociologia*. Lisboa, Edições 70, 1980.

FERNANDEZ, Annelise Caetano Fraga. Do Sertão Carioca ao Parque Estadual da Pedra Branca: a construção social de uma unidade de conservação à luz das políticas públicas ambientais fluminenses e as evolução urbana do Rio de Janeiro. Tese (Doutorado em Antropologia), Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, UFRJ, Rio de Janeiro, 2009.

FERREIRA, Helena Catão Henriques. Redefinido territórios: preservação e transformação no Aventureiro – Ilha Grande, RJ. Dissertação (Mestrado em Ciências) - Instituto de Ciências Humanas e Sociais, UFRRJ, Rio de Janeiro, 2004.

FONSECA, Claudia. *Mãe é uma só?*: Reflexões em torno de alguns casos brasileiros. Psicologia USP, vol 13, nº. 2, 2002.

_____. *Família, fofoca e honra*: etnografia de relações de gênero e violência em grupos populares. Porto Alegre: Editora FURGS, 2004.

GEERTZ, C. Form and Variation in Balinese Village Structure. In: Peasant Society: A Reader, Potter, Diaz e Foster (orgs.) Little Brown e Co., Boston, 1976.

GIULIANI ET AL. Parque Estadual da Serra da Tiririca. Relatório do Observatório de Parques Estaduais do Estado do Rio de Janeiro realizado pelo Grupo de Áreas Protegidas e Inclusão Social – GAPIS, 2008.

GOLDMAN, Marcio. Introdução. In: _____ *Como funciona a democracia: uma teoria etnográfica da política*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2006. 368 p.

HAESBAERT, Rogério. *O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2004.

_____. Concepções de território para entender a desterritorialização. In: **SANTOS**, M. et al.. *Territórios, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.

IRVING, M.. *Parques Estaduais do Rio de Janeiro: construindo novas práticas para a gestão*, São Carlos, RiMa: 2008.

KANT DE LIMA, Roberto. *Pescadores de Itaipu: meio ambiente, conflito e ritual no litoral do Estado do Rio de Janeiro*, Niterói, EDUFF, 1997.

LENOIR, Remi. Objeto sociológico e o problema social. In: **CHAMPAGNE**, P. et al. *Iniciação à prática sociológica*. Rio de Janeiro, Vozes, 1998.

LEITE, Eliana (orgs.). *Morar lá em cima é tudo*. Rio de Janeiro; Copyhouse, 2003.

LEITE LOPES et al. *A Ambientalização dos Conflitos Sociais: Participação e controle Público da Poluição Industrial*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2004.

LITLE, Paul.“Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil”. Anuário Antropológico/2002-2003: 251-290. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2004.

LOBÃO, Ronaldo Joaquim da Silveira. Cosmologias políticas do Neocolonialismo: como uma política pública pode se transformar em uma política do ressentimento. Tese (Doutorado em Antropologia) – Instituto de Ciências Sociais, UNB, Brasília, 2006.

MALINOWSKI, Bronislaw. Argonautas do Pacífico Ocidental. In: *Malinowski*, Coleção os Pensadores, São Paulo, Editora Abril Cultural, 1978.

MARANHÃO, Tatiana Calandrino. *Relativizando direitos: uma reflexão crítica sobre a defesa judicial do meio ambiente a partir do caso do Morro das Andorinhas, Niterói-RJ*. Monografia. Faculdade de Direito, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2007.

MARCELIN, Louis. A invenção da família afro-americana: família, parentesco e domesticidade entre os negros no reconcavo baiano. Tese. (Doutorado em Antropologia), PPGAS-MN-UFRJ, 1996.

MAUSS, M. Ensaio sobre a dádiva. Forma e razão da troca nas sociedades arcaicas. In : _____. *Sociologia e Antropologia*. v. II. São Paulo : Edusp. 1974

MENDES, Andrea Moreli. Conflito, meio ambiente e desenvolvimento no Morro das Andorinhas (Niterói/RJ) – Uma andorinha só não faz verão... Dissertação (Mestrado em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

MIBIELLI, B. Mestre Cambuci e o “sumiço da tainha”: uma nova imagem da praia de Itaipu. Monografia, (Ciências Sociais) - Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal Fluminense, 2004.

MOTA, Fábio Reis. Cidadãos em toda parte ou cidadãos à parte?: Demandas de direitos e reconhecimentos no Brasil e na França. Tese. (Doutorado em Antropologia), Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2009.

MOTTA, Márcia Maria Menendez. Pelas “Bandas D’álem”: fronteira fechada e arrendatários-escravistas em uma região policultora – 1808-1888. Dissertação. (Mestrado em História), Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1989.

PANTOJA, Mariana Ciavatta. *Os Milton*: cem anos de história nos seringais. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2004.

PESSANHA, Elina Gonçalves da Fonte. *Os companheiros*: Trabalho e sociabilidade na pesca de Itaipu, Niterói, EDUFF, 2003.

PINA CABRAL, João de. *Os contextos da antropologia*. Lisboa, Difel, 1991.

QUIJANO, Aníbal. Dom Quixote e os moinhos de vento na América Latina. Revista Estudos Avançados, São Paulo, Universidade de São Paulo, v. 19, n. 55, setembrozembro.2005.

RAFFESTIN, Claude – Écogénèse territoriale et territorialité In:Auriac,F. & Brunet,R., *Espaces, jeux et enjeux*, S.L., Paris, Fondation Diderot/Fayard,1986

SANTOS, Boaventura de Souza. O fim das descobertas imperiais. In: _____. *A gramática do tempo*: para uma nova cultura política; São Paulo, Cortez Editora, 2006.

SARTI, Cynthia. A família como ordem moral. In: Cad. Pesq., São Paulo, nº91, p.46-53, Nov. 1994.

_____. O valor da família para os pobres. In: **DUARTE**, Luiz Fernando et al. *Família em processos contemporâneos*: Inovações culturais na sociedade brasileira. São Paulo: Loyola, 1995.

SILVA, Aurélia da. A degradação ambiental em Itaipu, Niterói, no Estado do Rio de Janeiro, em virtude de um processo de urbanização sem planejamento ambiental. Monografia. Curso de Pós-Graduação de Geografia e Meio Ambiente, PUC, 1993.

SIMON, Alba Valéria Santos. Conflitos na Conservação da Natureza: o caso do Parque Estadual da Serra da Tiririca. Dissertação. (Mestrado em Ciência Ambiental), Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2003.

SOARES ET AL. Laguna de Itaipu/RJ: contribuição à análise geoambiental. Trabalho de final de curso, disciplina Gerenciamento de Bacias Hidrográficas (Pós-Graduação em Planejamento Ambiental), Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1994.

TUAN, Ti-Fu. *Topofilia*: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. São Paulo, Editora DIFEL, 1980.

VIANA, Lucila Pinsard. Considerações críticas sobre a construção da idéia da população tradicional no contexto das unidades de conservação. Dissertação. (Mestrado em Antropologia), Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996.

_____. *De invisíveis a protagonistas: populações tradicionais e unidades de conservação*. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2008.

VIEGAS, Susana de Matos. Comer e habitar: a ligação entre as pessoas e as casas. In: _____ *Terra Calada*: Os Tupinambá na Mata Atlântica do Sul da Bahia. Rio de Janeiro: 7Letras, 2007.

WEHRS, Carlos. *Niterói cidade sorriso* (a história de um lugar). Rio de Janeiro, Sociedade Gráfica Vida Doméstica, 1984.

WOORTMANN, Ellen F. Herdeiros, parentes e compadres. São Paulo: HUCITEC; Brasília: EdUnB, 1995.

WOORTMANN, Klaas . *Com parente não se neguceia*: o campesinato como ordem moral. Anuário Antropológico, Rio de Janeiro, n. 87, p.11-73, 1990.

ANEXO

ANEXO A: QUADRO DE ENTREVISTAS

DATA	REFERÊNCIA DO ENTREVISTADO
17/03/2009	Américo (seu Bichinho) (EGO)
17/03/2009	José (Morador do Morro das Andorinhas e Presidente da Associação)
18/03/2009	Marco (Morador do Morro das Andorinhas – sobrinho de Bichinho)
20/03/2009	Américo (seu Bichinho) (EGO)
22/03/2009	Jorge (seu Chico) Morador da Praia de Itaipu, no passado pescador, atualmente Presidente da Associação Livre de Amigos e pescadores de Itaipu – ALPAPI
23/03/2009	Américo (seu Bichinho) (EGO)
28/08/2009	Wanda (Moradora do Morro das Andorinhas – irmã de seu Bichinho)
11/12/09	Adriano Melo (Administrador do Parque -2007 a 2009)

**ANEXO B: COMPOSIÇÃO DA ASSOCIAÇÃO DA COMUNIDADE TRADICIONAL
DO MORRO DAS ANDORINHAS (ACOTMA)**

PRESIDENTE	José Siqueira da Silva
VICE-PRESIDENTE	Marcelo Fernandez de Souza
1º SECRETÁRIO	Silvia Gonçalves Tenório
2º SECRETÁRIO	Patrícia Fernandez de Souza
1º TESOUREIRO	Irinéia Antônio de Souza
2º TESOUREIRO	Marco Antônio de Souza
CONSELHO FISCAL	Américo Fernandez de Souza, Alice Fernandez de Souza, Wanda Souza